



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LUCAS LUCENA BARBOSA MONTENEGRO

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PRIMEIRA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DA PARAÍBA (1951-1972)**

JOÃO PESSOA-PB

2025

LUCAS LUCENA BARBOSA MONTENEGRO

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PRIMEIRA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DA PARAÍBA (1951-1972)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
Conclusão do Curso de Bacharelado em
Serviço Social da Universidade Federal da
Paraíba.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aline Maria Batista
Machado.

JOÃO PESSOA-PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M777m Montenegro, Lucas Lucena Barbosa.

O movimento estudantil na primeira escola de serviço social da Paraíba (1951-1972) / Lucas Lucena Barbosa Montenegro. - João Pessoa, 2025.

123 f. : il.

Orientadora : Aline Maria Batista Machado.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Movimento estudantil. 2. MESS. 3. Serviço social. 4. Ditadura. I. Machado, Aline Maria Batista. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 323.1

LUCAS LUCENA BARBOSA MONTENEGRO

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PRIMEIRA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DA PARAÍBA (1951-1972)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, apreciado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Aprovado em: ____ / ____ / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Dr.^a Aline Maria Batista Machado (DSS/PPGSS/UFPB)

Dr.^a Gisele Caroline Ribeiro Anselmo (DSS/PPGSS/UFPB)

Dr.^a Nívia Cristiane Pereira da Silva (DSS/UFPB)

Estudante protestando erguendo a bandeira do CASSLC/UFPB



Fonte: Instagram do CASSLC (2023).

Aos que nos antecederam e deixaram a coragem de continuar; aos que hoje seguem firme, construindo com força e esperança; e aos que ainda somarão a este projeto coletivo.

Que este trabalho seja parte da luta que não cessa.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, minha maior incentivadora, por acreditar em meu potencial e torcer pelo meu sucesso.

À minha família, por proporcionar momentos de escape diante das sobrecargas do cotidiano e, em outros momentos, por compreender as ausências.

Aos meus amigos e minhas amigas, pelas risadas, pela escuta e por me lembrarem que é necessário seguir juntos.

À professora Aline Machado, pelos anos de aprendizado e parceria entre sala de aula, iniciação científica e grupo de estudos. Sua orientação, confiança e sensibilidade marcaram a minha trajetória.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (Gepedupss), por todas as trocas, debates e experiências que, a partir da sua pluralidade e potencialidade, ampliaram meu conhecimento.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento de minha bolsa de iniciação científica ao longo de três anos (2022-2025).

Ao Movimento Estudantil, ao Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), à Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e ao Centro Acadêmico de Serviço Social Luciana Cantalice (CASSLC) por me forjarem enquanto pessoa, estudante, cidadão e futuro profissional.

Aos companheiros e às companheiras de luta, por apoiarmo-nos mutuamente e perseveramos, guiados pelo compromisso coletivo com nossos ideais.

E a mim mesmo, por persistir, acreditar e me dedicar para concluir este ciclo. Que este reconhecimento seja também um lembre que, quando penso que não, me provo que sou capaz.

MONTENEGRO, Lucas Lucena Barbosa. **O Movimento Estudantil na primeira Escola de Serviço Social da Paraíba (1951-1972)**. Orientadora: Aline Maria Batista Machado. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre o Movimento Estudantil construído pelas alunas da primeira Escola de Serviço Social da Paraíba (ESS/PB), durante o período em que a instituição esteve ativa, tendo como objetivo analisar o Movimento Estudantil na Escola de Serviço Social da Paraíba no período de 1951 a 1972. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o presente estudo se caracteriza como uma pesquisa documental e bibliográfica, de cunho exploratório e abordagem qualitativa. A fase da análise e organização dos dados foi apoiada na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977) e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação foi fundamentado no método dialético de Marx. Utilizamos como fonte Peixoto (1994), Moraes (2002), os documentos da própria ESS/PB armazenados no Arquivo Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA/UFPB) e no *drive* Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (Gepedupss), o Banco de Dados Memórias Reveladas e os relatórios das Comissões da Verdade. O estudo revelou que a Escola de Serviço Social da Paraíba foi verdadeiramente marcada pela militância das suas alunas, especialmente quando organizadas e representadas pelo Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino (DASTA), acompanhando o cenário estadual e nacional do Movimento Estudantil (ME), sobretudo em uma conjuntura ditatorial, corroborando para um ME alinhado à uma perspectiva ético-político crítica. O Movimento Estudantil de Serviço Social existe pela coragem e pelo legado daqueles e daquelas que nos antecederam, e permanece resistindo graças à luta incansável de quem o constrói no presente.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; MESS; Serviço Social; ditadura.

ABSTRACT

This work deals with the Student Movement built by the students of the first Escola de Serviço Social da Paraíba (ESS/PB), during the period in which the institution was active, with the objective of analyzing the Student Movement at the Escola de Serviço Social da Paraíba in the period from 1951 to 1972. From the point of view of technical procedures, the present study is characterized as documentary and bibliographic research, with an exploratory nature and qualitative approach. The data analysis and organization phase was supported by the content analysis technique (Bardin, 1977), and the treatment of the results obtained and interpretation was based on Marx's dialectical method. We used as sources Peixoto (1994), Morais (2002), the ESS/PB's own documents stored in the Arquivo Setorial of Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA/UFPB) and in the drive of the Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (Gepedupss), the Banco de Dados Memórias Reveladas, and the reports of the Comissões da Verdade. The study revealed that the Escola de Serviço Social da Paraíba was truly marked by the activism of its students, especially when organized and represented by the Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino (DASTA). This reflected the state and national Student Movement (SM), especially during a dictatorial period, supporting a SM aligned with a critical ethical-political perspective. The Social Work Student Movement exists because of the courage and legacy of those who preceded us, and it continues to resist thanks to the tireless struggle of those who build it today.

Keywords: Student Movement; MESS; Social Work; dictatorship.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Prédio da UNE incendiado (1964).....	27
Imagens 02 e 03 - Matéria de jornal da época (s.d.).....	47
Imagem 04 - Matéria do jornal O Norte (1952).....	49
Imagem 05 - Sede definitiva da ESS/PB (s.d.)	53
Imagem 06 - Alunas da ESS/PB em estágio na Maternidade Cândida Vargas (1970).....	54
Imagem 07 - Alunas da ESS/PB em estágio no Lar do Menor Jesus de Nazaré (1971)	54
Imagem 08 - Matéria do jornal O Estado (1954)	58
Imagem 09 - Cronograma de aulas (1967).....	61
Imagem 10 - Comunicado da UEEP ao Reitor da UFPB (s.d.).....	66
Imagem 11 - Ofício nº 53/64 (1964)	70
Imagens 12 e 13 - Ofício nº 18/66 do DASTA (1966).....	72
Imagem 14 - Foto de fichamento de Socorro Fragoso ao ser presa (1968).....	74
Imagem 15 - Socorro Fragoso (Jô Moraes) quando foi deputada entre 2015-2018..	76
Imagem 16 - Cartaz do I ENESS (1978)	79
Imagem 17 - Ato Nacional “3J” Fora Bolsonaro (2021).....	86
Imagem 18 - Post de apresentação da Comissão Gestora do CASS	87
Imagem 19 - Ato contra o racismo e a transfobia na UFPB (2022)	88
Imagem 20 - Píxo “TRAVESTYS VIVAS” (2022)	88
Imagem 21 - Chapa eleita e Comissão Eleitoral (2022).....	89
Imagem 22 - Ato contra o aumento da tarifa do transporte coletivo (2023)	91
Imagem 23 - Coordenadores/as do CASS e estudantes do curso no ato (2023).....	92
Imagem 24 - Gestão “Eu Sou Porque Nós Somos” do CASSLC	93
Imagem 25 - Velório da Intervenção na UFPB (2024).....	95
Imagem 26 - Logo do CASSLC.....	96
Imagem 27 - Participantes do XLII ERESS (2025)	97
Imagem 28 - Participantes do XLIII ENESS (2025)	97
Imagem 29 - Estudantes da Paraíba, Pernambuco e Ceará (2025)	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição dos documentos do PIBIC por década	19
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAS - Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC - Ação Católica
AC - Agência Central
ACE - Ação Católica Especializada
AI-5 - Ato Institucional nº 5
AIB - Ação Integralista Brasileira
AP - Ação Popular
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ASV - Agência de Salvador
CA - Centro Acadêmico
Camde - Campanha da Mulher pela Democracia
CASS - Centro Acadêmico de Serviço Social
CASSLC - Centro Acadêmico de Serviço Social Luciana Cantalice
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCC - Comando de Caça aos Comunistas
CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CEAS - Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEPALR - Campanha de Educação Popular
CEVPM-PB - Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CG - Comissão Gestora
CMMU - Conselho Municipal de Mobilidade Urbana
CN - Coordenação Nacional
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEBE - Conselho de Entidade de Base Estadual
CoMu - Centro de Referência de Políticas de Prevenção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres da UFPB

CONESS - Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social
CONSUNI - Conselho Universitário
CONUNE - Congresso da União Nacional dos Estudantes
CORESS - Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social
CPC - Centro Popular de Cultura
CR - Coordenação Regional
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
CRESS/PB - Conselho Regional de Serviço Social 13ª Região/Paraíba
CSN - Conselho de Segurança Nacional
DA - Diretório Acadêmico
DASTA - Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino
DCE - Departamento Central dos Estudantes
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DNE - Diretório Nacional de Estudantes
DOC - Desenvolvimento e organização de comunidade
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DSS - Departamento de Serviço Social
EBSA - Editora do Brasil S/A
ELESS - Encontro Local de Estudantes de Serviço Social
ENESS - Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENESS - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social
ERESS - Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social
ESS/PB - Escola de Serviço Social da Paraíba
FAC - Frente Anticomunista
FOCAS/CCHLA - Fórum de Centros Acadêmicos do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
GAP - Grupo de Ação Patriótica
Gepedupss - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais
ICFCH - Instituto Central de Filosofia e Ciência Humanas
IPÊ - Institutos Paraibanos de Educação
Ipes - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JAC - Juventude Agrária Católica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JIC - Juventude Independente Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
MAC - Movimento Anticomunista
Maed - Movimento de Arregimentação dos Estudantes Democráticos
MCP - Movimento de Cultura Popular
ME - Movimento Estudantil
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério da Educação brasileiro
MESS - Movimento Estudantil de Serviço Social
MJC - Missionárias de Jesus Crucificado
MS - Movimento Social
NEP - Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNA - Programa Nacional de Alfabetização
PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PUC/BH - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RII - Região II da ENESSO
SESI - Serviço Social da Indústria
SESSUNE - Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes
SNFPMESS - Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social
SNI - Serviço Nacional de Informações
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UCF - União Cívica Feminina
UCSal - Universidade Católica do Salvador
UEE - União Estadual dos Estudantes
UEEP - União Estadual dos Estudantes da Paraíba
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNES - União Nacional dos Estudantes Secundaristas
UNIPÊ - Centro Universitário de João Pessoa
UPB - Universidade da Paraíba
URGS - Universidade do Rio Grande do Sul
URRJ - Universidade Rural do Rio de Janeiro
USAID - United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. AS RAÍZES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	22
1.1 A trajetória histórica do Movimento Estudantil no Brasil.....	22
1.2 A Ação Católica e a organização estudantil: antecedentes históricos do MESS.....	34
1.3 A Ação Popular e a contribuição de Paulo Freire para o Movimento Estudantil.....	39
2. O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PRIMEIRA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA PARAÍBA - ESS/PB.....	45
2.1 A primeira Escola de Serviço Social da Paraíba (ESS/PB).....	45
2.2 O Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino (DASTA).....	56
2.3 As ações do ME e sua perspectiva ético-política na ESS/PB.....	62
3. ENTRE O ONTEM E O HOJE: O MESS E SUA PERMANÊNCIA NA LUTA ESTUDANTIL	78
3.1 O Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS).....	78
3.2 Memórias das minhas vivências como um integrante do MESS na UFPB.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	103
ANEXOS.....	109

INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O Movimento Estudantil na Primeira Escola de Serviço Social da Paraíba (1951-1972)” deriva da minha participação no projeto de iniciação científica “SERVIÇO SOCIAL, HISTÓRIA E MEMÓRIA: da primeira Escola de Serviço Social da Paraíba ao processo de implantação do Curso de Serviço Social na UFPB (1951-1972)”, do qual sou pesquisador bolsista PIBIC/CNPq há 3 (três) vigências em que vem sendo desenvolvido (2022/2023, 2023/2024 e 2024/2025).

O referido projeto de PIBIC emerge no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - Gepedupss/UFPB e objetiva estudar a história e memória do processo de implantação do curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Foi idealizado e é coordenado pela Prof.^a Dr.^a Aline Maria Batista Machado (DSS/PPGSS/PPGE/UFPB) e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Durante a fase da pesquisa e organização documental no Arquivo Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA/UFPB, os documentos analisados provenientes da Primeira Escola de Serviço Social da Paraíba - ESS/PB (1951-1972) revelaram, dentre tantas informações, a existência de um Diretório Acadêmico (DA) durante o período em que a Escola de Serviço Social - ESS/PB esteve ativa. O então Diretório, intitulado São Tomás de Aquino, carregava o nome de um santo da Igreja Católica, e era a entidade representativa das alunas¹ da ESS/PB.

Tais descobertas me despertaram interesse em aprofundar a investigação, por se tratar de um movimento no qual adentrei ao iniciar o curso de graduação em Serviço Social, de modo que compus três gestões do Centro Acadêmico de Serviço Social Luciana Cantalice (CASSLC) da UFPB. Nesse espaço, pude entender na prática a organização da luta que, para muitos, fica restrita ao estudo em sala de aula.

Segundo Pires e Melo (2008, p. 438):

Na universidade, os Centros e Diretórios Acadêmicos se constituem como espaços legitimados para o primeiro contato do estudante com o movimento

¹ Utiliza-se a palavra *alunas* no feminino porque não houve estudantes do sexo masculino formados pela ESS/PB.

estudantil. A vivência neste ambiente, fora da sala de aula, propicia a identificação e o entendimento de fatores e problemas do contexto social, permitindo ao estudante conhecer sua realidade. Além disso, amplia-se a compreensão do papel e da prática na futura profissão.

Os Centros e Diretórios Acadêmicos (CAs e DAs) são entidades de base que representam os/as estudantes de seus determinados cursos. Em âmbito nacional, a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) é a entidade máxima de representação estudantil do curso de Serviço Social. Essas entidades, isso é, os CAs/DAs e a ENESSO, organizam o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) brasileiro.

Ainda que a ENESSO seja essencialmente construída por e para estudantes, seu reconhecimento se dá por toda a categoria profissional, de maneira que é renomada como uma das entidades do Serviço Social brasileiro, ao lado do conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social) e a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

Nesse sentido, historicamente, o MESS tem sido uma ferramenta fundamental para o fortalecimento do Projeto Ético-Político de Serviço Social seja como espaço de formação política e profissional das/os estudantes, construindo as campanhas das entidades da categoria, ou como parceiro da classe trabalhadora brasileira em suas pautas conjunturais (ENESSO, s.d., p. 11).

Diante do exposto, o estudo do tema se evidencia relevante para compreender o Movimento Estudantil de Serviço Social inserido na construção sócio-histórica do Serviço Social brasileiro no período e espaço proposto, em especial no Nordeste, considerando as particularidades da sua emergência e desenvolvimento atravessados por questões conjunturais e territoriais próprias do estado e região. Tratar de tal compressão, parte da necessidade de conhecermos a história da própria profissão, o que não é apenas sobre o passado, mas sim a relação entre passado e presente que apontam para o futuro.

Desta maneira, contribuímos

(...) com a recuperação e publicização da história e memória do curso de Graduação em Serviço Social da UFPB, bem como, com os debates, as pesquisas e os estudos sobre o Curso de Serviço Social nas demais universidades brasileiras, seja de natureza institucional públicas ou privadas, sobretudo por percebemos que há muitas lacunas e muito a ser

dito por aqueles que fundaram, registraram, construíram e reconstruíram os Cursos de Serviço Social no nosso país (Machado, 2024, p. 6).

Há, ainda, de se considerar o movimento que este estudo corrobora ao lançar olhar ao nosso próprio território e suas particularidades, sem reproduzir uma visão reduzida, como costumeiramente ocorre ao tratar do surgimento das Escolas de Serviço Social no país, limitando-se apenas à região Sudeste. Por conseguinte, detém importância ao resgatar um período do Serviço Social e sujeitos históricos concernentes à gênese do curso na Paraíba, o que, apesar de se dar em um momento no qual a profissão sofria forte influência da Igreja Católica, não podem ser apagados da história (Montenegro, 2023).

Outro aspecto posto é que, apesar do Serviço Social ser uma profissão que historicamente caminha lado a lado com os movimentos e lutas sociais, há um distanciamento por parte significativa dos/as estudantes de Serviço Social com os espaços de construção desses movimentos. Os/as estudantes devem considerar as Lutas e Movimentos Sociais² para além de um objeto de estudo teórico em sala de aula, mas enquanto um espaço possível de efetivação na prática, pois, levantar a bandeira é valoroso, mas construir a luta é potencializador. Destarte, o presente estudo contribui evidenciando o Movimento Estudantil de Serviço Social, na expectativa de que os/as graduandos/as em Serviço Social percebam-no enquanto parte do processo de formação acadêmica e política.

Por fim, ao tratar de estudos e pesquisas sobre a história do Serviço Social, devemos ser nós mesmos/as os/as mais interessados/as em resgatar e compreender a nossa própria história, por um compromisso histórico e ético-político.

Através do presente estudo objetivamos analisar o Movimento Estudantil na Escola de Serviço Social da Paraíba - ESS/PB no período de 1951 a 1972. Especificamente, objetivamos: 1) Identificar o panorama do Movimento Estudantil no Brasil no período em que a Escola de Serviço Social da Paraíba - ESS/PB esteve ativa (1951-1972); 2) Buscar aspectos históricos do Movimento Estudantil na ESS/PB a partir do que as fontes documentais e bibliográficas conseguirem revelar; 3) Analisar qual perspectiva ético-política o Movimento Estudantil na ESS/PB estava alinhado; e 4) Verificar nos documentos as ações do Movimento Estudantil por meio do Diretório São Tomás de Aquino na ESS/PB.

² Disciplina básica obrigatória da estrutura curricular do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o presente estudo se caracteriza como uma pesquisa documental e bibliográfica, de cunho exploratório e abordagem qualitativa. Segundo Gil (1991), a pesquisa documental é desenvolvida com base em materiais que não receberam tratamento analítico, ao passo que a pesquisa bibliográfica utiliza materiais já elaborados que receberam esse tratamento, como livros e artigos científicos. Enquanto uma pesquisa exploratória, segundo o autor, essa objetiva explicitar ou construir hipóteses sobre o objeto de estudo, sempre a fim de uma maior compreensão. Por sua vez, a abordagem qualitativa, de acordo com Silva e Menezes (2001), considera a relação subjetiva entre a realidade e o sujeito, de maneira que não pode ser traduzida em número, mas a partir da interpretação dos fenômenos e atribuição de significados.

Durante os meses de fevereiro e março do corrente ano, realizamos o levantamento bibliográfico através do site da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que detém um recurso que possibilita uma pesquisa integrada em âmbito nacional. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave/descriptores: Movimento Estudantil, Movimento Estudantil de Serviço Social e Escola de Serviço Social da Paraíba. Entretanto, a ferramenta de filtragem do sistema não apresenta a opção “TCC”, apenas “teses e dissertações”, limitando nosso levantamento. Como resultado, constatamos 176 dissertações e teses para o descritor “Movimento Estudantil”, 2 dissertações e teses para o descritor “Movimento Estudantil de Serviço Social” e nenhuma dissertação ou tese para o descritor “Escola de Serviço Social da Paraíba”.

No site do Repositório Institucional da UFPB, sistema que armazena a produção científica da instituição, foi possível identificar para o descritor “Movimento Estudantil” 4 dissertações, 2 teses e 1 TCC, já para os descritores “Movimento Estudantil de Serviço Social” e “Escola de Serviço Social da Paraíba” não houve nenhum resultado, o que só demonstra a relevância desta investigação.

Cabe destacar que o número identificado das dissertações e teses pode não corresponder fidedignamente ao número real das produções, visto que nem todas as obras já desenvolvidas por estudantes da própria instituição constam no site da Biblioteca Central ou no site do Repositório Institucional, fato constatado ao observar que a dissertação de Peixoto (1994), obra utilizada como fonte de pesquisa, não consta nos referidos sistemas, ou ainda a tese de Moraes (2002) que não consta no

Repositório Institucional da UFPB, mesmo sendo uma produção da própria instituição.

Ainda assim, temos motivos para crer que os dados obtidos assemelham-se à realidade, haja vista que desde a pesquisa PIBIC nos deparamos com um número restrito de obras sobre o tema. Tal fato aponta mais uma vez para a importância do presente estudo ao contribuir para uma temática ainda pouco explorada.

Foram utilizadas como fontes de pesquisas duas produções que foram identificadas e vêm sendo trabalhadas na pesquisa do PIBIC: 1) A dissertação de Mestrado em Serviço Social, defendido no ano de 1994, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPB, pela mestranda Márcia Carlos de Souza Peixoto, com o título “A(s) ideologia(s) na formação profissional do Assistente Social: um estudo de caso em João Pessoa”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida; e 2) A tese de Doutorado em Sociologia, defendida em 2002, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFPB, pela doutoranda Giacomina Magliano de Moraes, com o título “Caridade e Militância: o percurso de assistentes sociais que fizeram história - com paixão”, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Neide Miele.

Também foram utilizados como fonte deste TCC documentos fonte da pesquisa PIBIC, da Prof.^a Aline Machado, que tratam sobre a Escola de Serviço Social da Paraíba (ESS/PB) e o processo de implantação do Curso de Serviço Social na UFPB. Segundo Montenegro (2023, p. 22), no primeiro ano da pesquisa PIBIC, foram verificados 4.172 documentos, de 72 tipos diferentes, datados da década de 1940 a 1980, o que dispõe a tabela abaixo.

Tabela 01 - Distribuição dos documentos do PIBIC por década

DÉCADA	QUANT. (Nº)	PORC. (%)
1940	1	0,02%
1950	641	15%
1960	1.883	45%
1970	1.418	34%
1980	18	0,4%
S/D	211	5%
TOTAL:	4.172	100%

Fonte: Montenegro (2023).

Dos 4.172 documentos, cuja elaboração foi maior nas décadas de 1960 e 1970 respectivamente, 383 documentos foram selecionados pela sua relevância, digitalizados e armazenados em um *drive* da pesquisa (*Ibidem*, p. 22). No *drive*, foram sistematizado em 4 eixos temáticos: Eixo I - Escola de Serviço Social (ESS); Eixo II - Incorporação da Escola à UFPB; Eixo III - Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e Eixo IV - Temas transversais (Guedes, 2023)³.

Para o presente TCC, recorreremos em especial a dois materiais já identificados durante a pesquisa PIBIC e provenientes do Arquivo Setorial do CCHLA: o Livro de Atas das sessões da Congregação da Escola de Serviço Social da Paraíba, contendo 58 atas, e o Livro de Atas das sessões do Conselho Técnico Administrativo da ESS/PB, contendo 132 atas.

É com base nos documentos analisados durante a pesquisa PIBIC que comprovamos antemão a existência de um Diretório Acadêmico (DA) durante o período em que a ESS/PB esteve ativa, mas também nos levam a hipótese de que as estudantes corroboravam para um Movimento Estudantil de perspectiva crítica, o que propõe analisar o terceiro objetivo específico do presente estudo.

A fase da análise e organização dos dados foi apoiada na técnica de análise de conteúdo porque, de acordo com Bardin (1977, p. 42),

é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (...) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Segundo a autora, há três fases cronológicas da análise de conteúdos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na fase da pré-análise, o primeiro contato com o material é marcado por uma leitura flutuante, possibilitando uma visão geral e a formação das primeiras impressões. Na segunda fase, de exploração do material, procede-se a identificação e caracterização dos sujeitos mencionados nos materiais.

Na terceira e última fase da análise de conteúdos, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação foi fundamentado no método dialético de Marx. Esse método não é constituído por regras formais já definidas a serem aplicadas sob

³ Bolsista da pesquisa PIBIC responsável pela sistematização dos documentos no *drive* da pesquisa em seu primeiro ano, juntamente com a pesquisadora voluntária Rhadja Queiroz Cordeiro, estudante do curso de Serviço Social da UFPB.

um objeto de uma investigação determinada, nem mesmo é possível, a partir do método em questão, escolher as regras desejadas para “enquadrar” o objeto investigado (Netto, 2011, p. 52). Entretanto, se põe fundamental considerarmos as categorias da totalidade social, da complexidade e historicidade do social, e a relação entre teoria e *práxis* (Boron, 2007), pois, somente assim, conseguiremos ir além da aparência posta no imediato do objeto, desvendando a essência (a estrutura e a dinâmica) do fenômeno.

Dessa maneira, o presente trabalho está estruturado de modo que, no primeiro capítulo, tratamos sobre as raízes do Movimento Estudantil do Serviço Social brasileiro. Inicialmente, apresentamos a trajetória histórica do Movimento Estudantil (ME) no país - partindo dos primeiros registros que datam do período colonial até as lutas empreendidas pós-redemocratização. Em seguida, elucidamos como a Igreja Católica, por meio da Ação Católica, forjou o início da militância de muitos/as jovens, inclusive das/os estudantes de Serviço Social - daí o título do capítulo - apontando como o pensamento do educador Paulo Freire contribuiu para esse movimento.

No segundo capítulo, abordamos sobre o Movimento Estudantil na primeira Escola de Serviço Social da Paraíba (ESS/PB). Introduzindo uma explanação sobre esse espaço político-pedagógico que foi a ESS/PB, discorreremos acerca do Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino (DASTA) - entidade representativa das alunas na instituição - para, assim, apresentar as ações identificadas do Movimento Estudantil e sua perspectiva ético-política na ESS/PB.

Por fim, no terceiro capítulo, nos debruçamos sob o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), desde sua emergência até sua estruturação a partir da Executiva Nacional de Estudante de Serviço Social (ENESSO). Dando espaço, em seguida, para o registro de memórias pessoais acerca dos anos que, enquanto estudante de Serviço Social na UFPB, integrei o Movimento Estudantil de Serviço Social.

1. AS RAÍZES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

1.1 A trajetória histórica do Movimento Estudantil no Brasil

Toda sociedade é construída por um conjunto de forças, que podem estar alinhadas ou disputar pautas e projetos societários antagônicos. Dentro dessa perspectiva, os movimentos sociais desempenham um papel fundamental, organizando indivíduos de um grupo social em torno de uma causa em comum, que podem resultar em mudanças sociais, políticas, econômicas ou constitucionais na sociedade.

Segundo Viana (2015 *apud* Silva, 2016), são necessários cinco elementos que, em conjunto, configuram um movimento social enquanto tal: situação social, insatisfação social, senso de pertencimento, mobilização e objetivos.

Hodiernamente, são diversos os movimentos sociais existentes, cabendo para o presente estudo tratar sobre o Movimento Estudantil (ME). O ME é um movimento que organiza os/as estudantes enquanto grupo social a partir de um *locus* educacional, como a escola ou a universidade. É um movimento pluriclassista e heterogêneo, ou seja, é construído por uma diversidade de estudantes, de diferentes classes sociais, raça, etnia e gênero, filiados/as a diversos partidos políticos, com diferentes ideologias e tendências, além de uma parte sem filiação partidária, construindo um movimento estudantil autônomo.

Os/as estudantes são uma parcela da população com particularidades, apresentando demandas e potencialidades específicas. Suas bandeiras de luta, isto é, suas pautas, são, sobretudo, em relação à educação, mas, historicamente, a luta tem transcendido para pautas políticas, culturais, sociais, ambientais, entre outras, a partir da articulação com outros movimentos e lutas sociais. Hobsbawm (1995), ao tratar da população estudantil no século XX, afirma que:

Os grupos jovens, ainda não assentados na idade adulta estabelecida, são o locus tradicional da alegria, motim e desordem, como sabiam até mesmo os reitores de universidades medievais, e as paixões revolucionárias são mais comuns aos dezoito anos que aos 35, como têm dito gerações de pais burgueses na Europa a gerações de filhos e (mais tarde) filhas cétricos. Na verdade, essa crença se achava tão entranhada nas culturas ocidentais que o establishment em vários países - talvez sobretudo nos latinos dos dois lados do Atlântico - já contava com a militância estudantil, chegando mesmo à guerrilha armada, na geração jovem.

Ao fazer uso dos termos “motim” e “desordem” para caracterizar os grupos jovens, ao contrário do que possa parecer em primeiro momento, o autor não submete a juventude a uma representação negativa, mas evidencia a capacidade que, por essência, a juventude tem de contestar e se revoltar.

Ainda conforme o autor, foi com essa capacidade que os/as estudantes, principalmente tomados/as pela irrupção de maio de 1968 em Paris, epicentro de um levante estudantil continental, se rebelaram dos Estados Unidos e México, no Ocidente, até a Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, socialistas. Esse momento correspondeu ao levante mundial simultâneo com que os revolucionários sonhavam após 1917, mas não foi a revolução, pois, embora capazes do “motim” e da “desordem”, não conseguiriam sozinhos.

Tal fato histórico, nos revela uma necessidade que transpassou o tempo e se faz muito atual, qual seja a necessidade de articulação entre as massas, para nós, entre os movimentos.

No Brasil, alguns autores indicam a ocorrência da primeira manifestação estudantil ainda no Brasil Colônia, no século XVIII. Em setembro de 1710, estudantes dos conventos e colégios dos Jesuítas, juntamente com milicianos, escravizados e militares, expulsaram do Rio de Janeiro uma tropa de soldados franceses que intencionavam roubar o ouro (Invasões [...], s.d.). Bilac (s.d. p. 117-125 *apud* Poerner, 2004, p. 53-54) afirma que a tropa somava mais de mil homens, enquanto os defensores chegavam, se muito, há cerca de quatrocentos ou quinhentos, sendo a maioria estudantes.

Já entre os anos de 1786 e 1789, Brasil Colônia, há a indicação de que estudantes brasileiros matriculados em universidades em Portugal e na França atuaram em prol da Inconfidência Mineira, ao lado de sua maior liderança, Tiradentes. O que iniciou com um clube secreto de doze estudantes brasileiros no exterior, culminou no retorno de alguns desses ao Brasil para participar do levante em Minas Gerais contra a dominação portuguesa. À face do exposto, Poerner (2004, p. 58) evidencia:

O papel precursor que os estudantes desempenharam na Conjuração Mineira, como fontes revolucionárias de inspiração e esclarecimento – hoje, diríamos de agitação e politização –, se assemelha bastante, nesse ponto, à posição do movimento estudantil na sociedade, respeitadas as devidas proporções.

O autor também aponta o envolvimento de estudantes em outro movimento separatista que objetivava romper com a dependência de Portugal, qual fosse a Revolução Pernambucana de 1817, o único movimento emancipacionista do Período Colonial que conseguiu tomar o poder, mesmo que por um curto espaço de tempo.

Vale salientar que tratamos os eventos supracitados na condição de manifestações estudantis ou com a participação desses, mas não havia um Movimento Estudantil organizado, dado que, de acordo com Jensen (2014 *apud* Silva, 2016), um movimento social só se configura enquanto tal a partir da ação coletiva frequente de um grupo social e sua tomada de consciência coletiva, o que, no período aludido, ainda não era o caso dos/as estudantes. O que existia eram resistências ou revoltas com atuação de estudantes, geralmente, isolados ou em pequenos grupos.

Em meio às transformações políticas, econômicas e culturais movidas pela chegada da coroa portuguesa ao Brasil, em 1808, surgiram os primeiros cursos de nível superior. No mesmo ano, foi inaugurado o curso de Medicina, em Salvador e no Rio de Janeiro, e, em 1827, o curso de Direito, em Recife e São Paulo. Acerca desse cenário, Poerner (2004, p. 61) destaca:

os propósitos que nortearam a localização das primeiras faculdades não impediram que muitos filhos da oligarquia paulista e do latifúndio açucareiro pernambucano se engajassem, tão pronto ingressavam nos cursos, nas campanhas estudantis pela abolição da escravidão e pela proclamação da República.

E continua:

E são justamente essas campanhas que dão início a uma tentativa de sistematização do movimento estudantil, 'deixando o repentismo, para um trabalho quase didático, através das discussões dentro da universidade, dos comícios políticos, da propaganda pela imprensa. Até mesmo a greve é usada, antecedendo a Proclamação da República' (Noronha Filho; Meira, 1966 *apud* Poerner, 2004, p. 61).

Já no Período Republicano do país, Gohn (1995, p. 58), ao realizar um mapeamento dos movimentos e das lutas sociais empreendidos pela sociedade civil brasileira nos séculos XIX e XX, aponta para ações do Movimento Estudantil no ano de 1896, em São Paulo, com "atos de protestos contra artigo ofensivo à mulher

brasileira, de desagravo a professores, apoio à guerra contra a Alemanha por esta ter torpedeado navio brasileiro, protesto contra o governo etc”.

Embora a autora utilize o termo Movimento Estudantil para atribuir a esse as ações sucedidas, ao tomarmos como referência a concepção de Jensen (2014 *apud* Silva, 2016) sobre movimento social (já mencionada), interpretamos que ainda não se tratava do ME propriamente dito, haja vista que o que se tinha eram lutas fragmentadas e ações pontuais, abrangendo um grupo específico de estudantes que não conseguiam se organizar enquanto categoria. Em outro momento, a própria autora afirma que “um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas, poderão ser estratégias de ação de um movimento social mas, por si sós, não são movimentos sociais” (Gohn, 1997, p. 246).

Em todas as situações é importante percebermos que as ações que apresentamos foram empreendidas por estudantes com perfis e interesses, muitas vezes, singulares à época, raízes que refletem o caráter histórico do Movimento Estudantil. “A ideologia, a direção e as alianças caracterizam a natureza e ação do Movimento, adquirindo um conteúdo próprio no processo de organização e mobilização, em contextos historicamente determinados” (Ramos; Santos, 1997, p. 143).

Até o final do século XIX, havia no Brasil tão somente 24 instituições de ensino superior, restritas a apenas cerca de 10 mil estudantes (Teixeira, 1969 *apud* Martins, 2002). Todavia, no início do século XX, acompanhando o processo de industrialização e urbanização que iniciava no país, a quantidade de estudantes também aumentou. Para dar conta dessa realidade e superar as lutas fragmentadas, o ponto de partida foi a criação da Federação dos Estudantes Brasileiros, em 1901. Embora tenha operado por um curto tempo, foi a primeira entidade que buscou representar os/as estudantes de todo o Brasil, iniciando o processo de organização dos/as estudantes em entidades representativas. Esse momento histórico compreendemos enquanto a gênese do Movimento Estudantil organizado no Brasil, que motivou, anos mais tarde, a realização do I Congresso Nacional de Estudantes, em 1910, em São Paulo.

Em meio a fascistização do Estado a partir do Golpe de 1930, surgiram organizações de jovens estudantes como a Juventude Comunista, a União Democrática Estudantil, a Federação Vermelha dos Estudantes, a Frente

Democrática da Mocidade - essas organizações de caráter progressista e democrático - e a Juventude Integralista - da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fascista de extrema-direita. Apesar da diversidade de ideologias dos movimentos que emergiram no período, a vontade geral dos/as estudantes caminhava para a criação de uma entidade representativa nacional.

Foi então que em 1937, período do Estado Novo, em um encontro na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade de representação máxima dos/as estudantes do ensino superior brasileiro, oficializada pelo Decreto-Lei nº 4.080/42. Sua criação marca a maturidade do Movimento Estudantil no país e, de acordo com a ENESSO (2014), foi um passo importante para superar as ações pontuais de enfrentamento a problemas específicos e regionais, passando a atuar nacionalmente em uma luta unificada.

Segundo o site da UNE (História [...], s.d.), nas décadas seguintes, a UNE se mostrou ativa não somente com as pautas estudantis, mas com o cenário internacional e nacional. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, os/as estudantes se posicionaram de maneira contrária ao nazi-fascismo de Hitler, pressionando o governo de Getúlio Vargas a tomar posições firmes perante a Guerra.

O referido site informa que, entre o final da década de 1940 e início dos anos de 1950, a UNE protagonizou a campanha “O Petróleo é Nosso”, defendendo a exploração do petróleo brasileiro pelo próprio país, o que culminou na criação da Petrobras, em 1953. A campanha também contou com a imprescindível participação dos/as estudantes secundaristas, que organizaram, em 1948, o 1º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas, na Casa dos Estudantes, no Rio de Janeiro, ocasião na qual foi fundada a União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UNES). No ano seguinte, a UNES passou a se denominar União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), e há 77 anos é a entidade máxima de representação dos/as estudantes do ensino fundamental, médio, técnico e pré-vestibular no Brasil.

Em 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, os/as estudantes integraram-se à Campanha da Legalidade para apoiar a posse à presidência do vice João Goulart, e, já durante seu governo, uniram-se à Frente de Mobilização Popular, juntamente com outras organizações e partidos políticos, em

prol das Reformas de Base no país. Sobretudo para os/as estudantes do ensino superior, havia a defesa pela reforma universitária.

Com o início da ditadura empresarial-civil-militar em 1964, a perseguição e censura acometeu os movimentos e organizações políticas e sociais da sociedade civil brasileira. No que tange ao Movimento Estudantil, a sede da UNE foi incendiada e fuzilada logo no primeiro dia do golpe, o que visualizamos na Imagem 01.

Imagem 01 - Prédio da UNE incendiado (1964)



Fonte: Rio Memórias⁴.

Sobre o fato, Braga (s.d.) afirma que “grupos paramilitares invadiram o local, depredaram as salas e arremessaram móveis, papéis e livros pelas janelas. As pessoas que ficaram na salvaguarda do prédio precisaram sair às pressas, pelos fundos. Em pouco tempo, avistavam-se as chamas - coquetéis Molotov foram jogados nos três andares do edifício”.

A repressão foi legitimada por leis que revogaram o direito de organização e manifestação, como a Lei nº 4.464/64 (Lei Suplicy), que colocou na ilegalidade a UNE (substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes - D.N.E.) e a UBES, impondo ainda que as demais entidades estudantis reformassem seus regimentos, no prazo de 60 dias, de acordo com o que apresentava a nova lei.

⁴ Disponível em: <<https://riomemorias.com.br/memoria/ataques-a-sede-da-une/>>. Acesso em: 29 set. 2025.

Em 1968, quatro eventos relativos à luta estudantil merecem destaque no site da UNE: o primeiro, o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março, atingido por um tiro de um policial militar durante uma invasão da polícia ao restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, onde estudantes manifestavam contra o preço e a má qualidade da comida. O site da UBES (História [...], s.d.) indica que Edson Luís foi “(...) o primeiro estudante assassinado pela repressão. O velório no Rio de Janeiro levou mais de 50 mil pessoas para as ruas e se tornou em um ato de resistência à ditadura, transformando o jovem em um grande símbolo da luta contra a ditadura”.

O segundo evento foi a Passeata dos Cem Mil, realizada em 26 de junho, também no Rio de Janeiro. A manifestação, organizada pelo Movimento Estudantil com participação de artistas, intelectuais, operários e outros setores da sociedade, pautava o restabelecimento da democracia, a suspensão da censura aos veículos de comunicação e o investimento na educação.

O terceiro evento, destacamos o XXX Congresso da UNE (CONUNE), ocorrido na ilegalidade na cidade de Ibiúna-SP, em outubro de 1968. O XXX CONUNE é lembrado por ter sido alvo de uma operação policial, no dia 12 daquele mês, que prendeu aproximadamente 700 estudantes, dentre esses/as as suas principais lideranças.

Já o quarto evento foi a Reforma Universitária de 1968 (Decretos-Lei nº 53/66 e 252/67), pauta dos/as estudantes desde a luta pelas Reformas de Base no governo de João Goulart. A Reforma Universitária, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior brasileiro, foi parte de um projeto nacional da ditadura, que, apesar de todo o conservadorismo, contraditoriamente impulsionou a expansão das universidades federais do país sob a perspectiva de modernização/estruturação das políticas sociais. Assim, a ditadura foi um período contraditório que conciliava repressão e concessão, mas, principalmente, para amortecimento das resistências populares.

No final do ano de 1968, com a instituição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o ME teve seus/suas militantes perseguidos/as, torturados/as, assassinados/as e exilados/as. Adensando a repressão, é promulgado, em 1969, o Decreto-Lei nº 477/69 (conhecido como o “AI-5 das Universidades”), que visava punir professores, alunos ou funcionários de instituições de ensino público ou privado que fossem acusados de subversão ao regime. Apesar da instituição do AI-5, o mais duro dentre

os 17 atos institucionais decretados pela ditadura empresarial-civil-militar, Gohn (1995, p. 104) afirma que naquele momento o Movimento Estudantil chegou ao apogeu, visto que:

Neste período o ME passou a representar não apenas os estudantes, mas todo o povo brasileiro, que estava sofrendo as consequências do processo recessivo de 1964-66 e os primeiros efeitos do arrocho salarial que se estava implantando no país entre as classes populares.

Ramos e Santos (1997, p. 146), explicam essa façanha ao apontarem que, na década de 1960, predominou no Movimento Estudantil uma concepção de que sua função diante da conjuntura ditatorial era de denunciá-la por meio de manifestações públicas de destaque, o que, justamente, levou o ME a representar todo o povo brasileiro democrático através da “luta na rua”. Divergente dessa concepção, outra parte acreditava que o foco deveria ser a “luta nas escolas”, de modo que as lutas educacionais não poderiam ser secundarizadas no cotidiano das universidades (consequência da concepção da “luta na rua”), devendo o ME agir pela conscientização no meio universitário e, ao se organizarem, apoiar o movimento dos/as trabalhadores/as.

Se dentre os/as estudantes, que faziam resistência à ditadura, haviam disputas pela direção política de suas ações, isso demonstra como não devemos idealizar uma imagem única do Movimento Estudantil e da juventude que vivenciou o período ditatorial brasileiro. Em vista disso, fato parcamente abordado é que, ao passo que existiram os/as estudantes militantes contrários ao regime, que manifestaram nas ruas, haviam também aqueles/as que se ausentaram da luta ou, pior, que eram coniventes com o regime.

Braghini e Cameski (2015) afirmam que, no início dos anos 1960, havia um grupo de estudantes denominados neutros, aqueles/as jovens que não eram a favor e nem contra os movimentos estudantis. Verificaram ainda, ao analisarem a Revista de Editora do Brasil S/A (EBSA)⁵, a atuação de outro grupo de estudantes intitulados “estudantes democráticos”. Fazendo oposição aos seus pares etários, considerados “rebeldes” e “comunistas”, os chamados “estudantes democráticos” eram a

⁵ Revista educacional periódica, conservadora, anticomunista e pró-“Revolução”, publicada pela Editora do Brasil S/A, editora que alçou o posto de principal produtora de livros didáticos do país, em 1972 (Braghini; Cameski, 2015).

juventude estudiosa do bem que atuava politicamente, mas por outro caminho. Conforme as autoras:

O termo 'estudantes democráticos' foi reforçado durante o processo de constituição da Lei Suplicy (Lei nº 4.464). Foram chamados 'democráticos' os estudantes que, em comitiva, foram até Brasília apontar sugestões ao projeto de extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e entidades congêneres (Braghini; Cameski, 2015, p. 951).

E continuam:

De acordo com a publicação, o próprio Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, teria recebido estudantes interessados em 'analisar e apresentar ideias visando solucionar alguns casos no âmbito das entidades que os representam' (EBSA, 1964, p. 28-29 *apud* Braghini; Cameski, 2015, p. 951).

Ocorre que esses pseudos "estudantes democráticos" atuavam juntos a setores conservadores da sociedade como a União Cívica Feminina (UCF) e a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) que financiavam suas participações em congressos próprios ou da oposição, como da UNE. A UCF e a Camde, afligidas pelo medo da ameaça comunista e agindo, segundo eles, em defesa da família e da liberdade, foram responsáveis pela organização da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", manifestações que aconteceram no Brasil, em 1964, e foram essenciais para a crise política que levou ao Golpe empresarial-civil-militar.

Esse cenário serve como exemplo para assegurar o pensamento de Gohn (1997, p. 250) ao dizer que, embora, historicamente, foram os grupos minorizados e subordinados os que mais construíram lutas e movimentos sociais, os setores dominantes também construíram as suas, esses também em busca de construção de sua historicidade.

Na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, diversos foram os grupos de "estudantes democráticos" que a integraram:

Grupo de Ação Patriótica (GAP), patrocinado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes); a Vanguarda Universitária Católica; Associação dos Estudantes Democratas; Movimento de Arregimentação dos Estudantes Democráticos (Maed); Frente Estudantil de São Paulo; Movimento Estudantil Democrático; Movimento Estudantil de São Paulo; Frente da Juventude Democrática; Associação de Estudantes Democratas; Associação Cristã de Moços (São Paulo e Rio de Janeiro); Frente da Juventude Democrática (Rio de Janeiro) (Simões, 1985, p. 158-161 *apud* Braghini; Cameski, 2015, p. 955-956).

Braghini e Cameski (2015, p. 956-957) ainda apontam para três grandes grupos estudantis anticomunistas que atuaram nessa conjuntura: a Frente da Juventude Democrática, a Cruzada Estudantil Anticomunista e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Esse último atuava em conjunto com a Frente Anticomunista (FAC) e o Movimento Anticomunista (MAC), e juntos foram denominados como a “pirâmide do terror”.

Destarte, não podemos cair no erro de desconsiderar tanto a existência de um contingente juvenil organizado conservador, que, até os dias atuais, antagoniza a luta progressista objetivando manter o *status quo*, bem como de uma ala reacionária na defesa de um estado anterior.

De acordo com Ramos e Santos (1997), apesar de todas as adversidades, o Movimento Estudantil “rebelde” voltou a se reorganizar gradualmente na década de 1970, sobretudo no enfrentamento a uma conjuntura ainda ditatorial, havendo os primeiros encontros de estudantes por área, como Engenharia, Medicina, e, em 1978, de Serviço Social.

Ainda conforme as autoras, no ano de 1979, em meio aos primeiros sinais de enfraquecimento do regime militar e à pressão popular por uma abertura política e democrática, aconteceu o Congresso de Reconstrução da UNE, na Bahia, a partir da necessidade de reconstrução das entidades centrais de estudantes, inclusive da UBES. A UNE foi a “primeira entidade organizativa de âmbito nacional com caráter de massa a se reorganizar nessa conjuntura de democratização da sociedade civil brasileira” (Ramos; Santos, 1997, p. 148). Em 1980, os/as estudantes tentam retornar à sede da UNE no Rio de Janeiro, anteriormente fuzilada e incendiada, mas o prédio foi demolido por ordem do presidente ditador João Figueiredo (mandato de 1979 a 1985). Em contrapartida, o governador do estado, Leonel Brizola, cedeu à entidade outro espaço para funcionamento da sede, em 1983.

Em meio ao processo de reorganização das entidades estudantis no início da década de 1980, Ramos e Santos (1997, p. 153) identificam uma crise do Movimento Estudantil, posto que as entidades estudantis, em sua maioria, apresentavam uma visão política e ações distanciadas do cotidiano dos/as estudantes, o que restringiu as ações do ME. “A crise (...) deve ser remetida ao quadro complexo e dinâmico das modificações ocorridas na sociedade brasileira e mundial, nas esquerdas e na própria juventude”.

Nessas circunstâncias, o Movimento Estudantil teve que refletir sobre seu papel social e redefinir seus objetivos e estratégias. Para esse intuito, contribuíram teoricamente o pensamento de intelectuais como Gramsci, que, depois de uma fraca tentativa de inserção no Brasil na década de 1960, voltou a circular e ser apropriado não só pelo ME, mas pelos movimentos sociais de modo geral e pela esquerda brasileira a partir da segunda metade da década de 1970.

O debate sobre o destino do Movimento Estudantil é aflorado com a criação de diversas executivas de curso⁶, como a de Serviço Social em 1988, denominada, naquele momento, Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes (SESSUNE) - sobre a qual nos debruçaremos no tópico 3.1, ao tratar do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS).

No que tange o fim da ditadura empresarial-civil-militar, esse foi um processo lento e planejado, preparado para os militares saírem ganhando, o que é possível constatar por meio da própria Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79), sancionada ainda durante o governo de Figueiredo, que, embora concedeu perdão a crimes políticos e conexos cometidos entre 1961 e 1979, isentou de punição a força militar responsável pelos bárbaros crimes.

Após seis governos ditatoriais (21 anos), o fim do regime é marcado pela eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República, em 1985. Opositor ao regime, o Movimento Estudantil apoiou sua candidatura e participou ativamente da campanha popular das “Diretas Já”, que, embora não tenha alcançado seu objetivo de retornar com as eleições diretas para a presidência por meio da Emenda Dante de Oliveira (PEC nº 05/83), foi essencial para o processo de redemocratização e a eleição indireta de Tancredo Neves. No mesmo ano, o Congresso Nacional aprovou a volta da UNE para a legalidade, bem como a reabertura dos grêmios estudantis nas escolas, por meio da Lei do Grêmio Livre, de autoria do deputado Aldo Arantes, ex-presidente da UNE.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 para elaborar a nova Constituição Federal, houve a participação da sociedade civil e entidades sugeridas, e a UBES defendeu e conquistou o voto facultativo para os jovens maiores de 16 e menores de 18 anos nas eleições.

⁶ “As executivas de curso são entidades que estão próximas às áreas de interesse profissional dos(as) estudantes, possibilitando-lhes a discussão de questões concretas acerca da organização curricular, do papel social do(a) profissional e de propostas alternativas para as políticas públicas” (Ramos; Santos, 1997, p. 155).

Na primeira eleição direta pós-ditadura e após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em 1989, a UNE apoiou a candidatura do então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, lançando a campanha “Lula UNE o Brasil”. Como resultado da eleição, o opositor Fernando Collor de Mello foi eleito, apresentando um projeto neoliberal do qual o ME se mostrou contrário. Após escândalos de corrupção envolvendo o mandato do presidente Collor, o ME cooperou com a campanha “Fora Collor!”, marcada, em especial, pelos/as estudantes secundaristas “cara-pintadas”, culminando com a renúncia do presidente, em 1992.

A continuação da década de 1990 foi marcada por novos desafios mediante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994 e reeleito em 1998. Nesse período, evidenciado pela falta de diálogo com os movimentos sociais, as principais pautas dos/as estudantes foram contra o projeto neoliberal de privatização do governo, sucateando as universidades públicas.

Desde então, o Movimento Estudantil tem se feito notar no desenvolvimento da sua luta. Nesse tempo, atravessou governos progressistas e outros conservadores, batalhando contra um insistente projeto neoliberal de privatização e sucateamento da educação. Os governos progressistas foram os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e um da presidente Dilma Rousseff (2011-2016), visto que teve seu segundo mandato interrompido por um processo de *impeachment* articulado pela direita conservadora, daí ser compreendido pelos movimentos sociais como um golpe. Quanto aos governos conservadores tivemos o de Michel Temer (vice-presidente do governo de Dilma, que assume após o golpe (2016-2019) e do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2023). E, atualmente, Lula da Silva retorna para seu terceiro mandato presidencial, mas agora com um governo de coalizão devido a conjuntura de ameaça à democracia.

Assim, o ME testemunhou surgir lutas e movimentos de diversas tendências, como o Movimento Passe Livre, as Jornadas de Junho, o Movimento Vem Pra Rua, o Movimento Ele Não, entre outros, e àqueles que cabiam, uniu forças. Em alguns momentos, conseguiu avançar com suas pautas, em outros as viu retroceder. Mas, entre avanços e retrocessos, o Movimento Estudantil tem feito das ruas espaço de resistência, preservando seu compromisso na luta por um projeto de sociedade justa e igualitária.

1.2 A Ação Católica e a organização estudantil: antecedentes históricos do MESS

Antes de discorrermos acerca da Ação Católica (AC) no Brasil e como essa organizou um contingente de jovens estudantes, inclusive de Serviço Social, parece-nos necessário apresentar, mesmo que sucintamente, os precedentes que levaram a sua manifestação no país. Para tanto, nos apoiaremos em Souza (2006), cuja Ação Católica foi objeto de sua pesquisa.

A Ação Católica surgiu oficialmente durante o pontificado de Pio XI, papa da Igreja Católica de 1922 a 1939, ficando conhecido como o “papa da ação católica” e o “papa das missões”. Contudo, suas primeiras expressões datam de 1867, com a criação da “Sociedade da Juventude Católica” por dois jovens membros dos “círculos da juventude católica” difundidos na Itália. Segundo Souza (2006, p. 45-46):

A ‘Sociedade da Juventude Católica’ tinha como finalidade: a formação religiosa de seus membros; a profissão pública da fé católica; o empenho missionário, particularmente pelo testemunho de vida, a fim de reavivar na juventude e no povo o sentimento religioso. Como meios eram previstos: oração; freqüência aos sacramentos; lealdade, amizade e caridade entre os membros; testemunho cristão de vida; cooperação para garantir o decoro das festas religiosas, a educação moral e religiosa do povo, o óbolo de S. Pedro e a imprensa católica.

De acordo com o autor, de 1868 - quando a “Sociedade da Juventude Católica” foi reconhecida oficialmente pelo Papa Pio IX - até 1874, caracterizou-se o 1º período da Ação Católica. Ele explica que em 1903, o Papa Pio X, a fim de fortalecer a Igreja Católica, solicitou a realização de um “novo ordenamento da ação católica”. A solução foi um “projeto de união” entre as associações católicas existentes, resultando no surgimento da: União Popular Católica Italiana; União Católica Italiana das Associações Eleitorais; União Católica Italiana das Instituições Econômicas e Sociais; em 1909 a União das Mulheres Católicas. Essa última, posteriormente, foi fundida à Juventude Feminina Católica (criada em 1919), originando a União Feminina Católica Italiana. As transformações econômicas, políticas e sociais ocasionadas pela I Guerra Mundial (1914-1918) abalaram ainda mais a Igreja Católica, que, desde o século XVIII, enfraquecia diante das ideias liberais e iluministas. Na tentativa da retomada de sua hegemonia, a Igreja Católica

buscou resgatar das classes mais oprimidas aqueles/as que se encontravam afastados e/ou descrentes.

É com essa perspectiva que, em 23/12/1922, Pio XI lançou sua primeira encíclica, denominada “Ubi Arcano Dei Consilio”, na qual reconheceu a Ação Católica enquanto um “conjunto de movimentos, organizações e obras tão caros ao nosso coração paterno” (tradução própria) e estabeleceu suas bases ideológicas, inaugurando uma nova etapa do movimento. À vista disso, a data é reconhecida como a do surgimento oficial da Ação Católica.

No pontificado de Pio XI encontramos uma renovação da Ação Católica pelo menos em três aspectos: Primeiro, ela é um apelo constante ao caráter apostólico ou ativista dos cristãos; Segundo, ela atinge todas as camadas sociais e Terceiro, ela tem um caráter confessadamente leigo ou de comprometimento com a profanidade (Souza, 2006, p. 42).

No Brasil, o surgimento da Ação Católica entrelaçou-se com a emergência do Serviço Social. Ao chegar ao país, em 1932⁷, o Serviço Social encontrou a burguesia católica e a Igreja Católica - aqueles que mobilizaram a sua vinda - em uma luta para restabelecer a sua hegemonia, o que, conforme já elucidado, foi justamente o propósito com o qual foi criada a Ação Católica. Nesse sentido, propositadamente, a AC surge no Brasil, em 1935, enquanto ferramenta para unificar o povo brasileiro em torno do cristianismo e fortalecer a família operária na fé cristã (Martinelli, 2000, p. 127).

Analisando tais fatos, compreendemos como a Ação Católica foi um espaço para o qual o Serviço Social foi inclinado desde o princípio, haja vista que “(...) ao chegar ao Brasil, o Serviço Social encontrou já a esperá-lo uma missão e uma causa, as quais demandavam um imediato engajamento, até mesmo no sentido de somar esforços com aqueles que por elas estavam lutando” (*Ibidem*).

Souza (2006, p. 49) destaca que “em 1945, com o fim da ditadura Vargas, a Ação Católica Brasileira tornou-se importante instrumento para a participação dos leigos na vida democrática e no exercício pleno da cidadania”.

De acordo com o autor, a década de 1950 viu nascer um novo modelo de pastoral com os jovens através da Ação Católica Especializada (ACE), antes disso

⁷ Data da criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo - CEAS, no qual foi realizado o primeiro curso de preparo para o exercício da ação social denominado Curso Intensivo de Formação Social para Moças, ministrado pela assistente social bega Adèle de Loneux, da Escola de Serviço Social de Bruxelas (Martinelli, 2000, p. 123).

(1935-1950) havia uma Ação Católica Geral. A ACE era composta por a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Com isso, “a Ação Católica teve o mérito de levar a doutrina social da Igreja às escolas, às universidades, às fábricas, aos meios de comunicação, aos sindicatos e estimulando a criação de inúmeros outros movimentos sociais de inspiração cristã” (Souza, 2006, p. 49).

Dentre os diferentes setores da ACE, nos cabe focar, para fins do presente estudo, na JEC e na JUC, organizações estudantis católicas que colaboraram para com o Movimento Estudantil. Enquanto a JEC era voltada para os/as estudantes da educação básica, a JUC organizava os/as estudantes do ensino superior. Embora conectadas, por organizar o mesmo grupo social, a diferença dos espaços nos quais se articularam seus/suas integrantes destinou à JUC maior destaque, uma vez que a universidade se tornou solo de efervescência do Movimento Estudantil.

Vale destacar que foi através da Ação Católica, mais precisamente da Juventude Universitária Católica, que muitas alunas de Serviço Social iniciaram a militância estudantil, por efeito, sobretudo, da própria relação histórica da profissão com a Igreja Católica.

Na década de 1950 as Ações Católicas Especializadas foram intensificadas, ao passo que, ao final da década, passaram por uma radicalização política, em particular a JUC. Essa, direta e intensamente envolvida nos debates sobre os problemas estruturais da sociedade brasileira, foi influenciada pelos demais movimentos que construíram esses espaços, levando-a a se direcionar para além das questões puramente religiosas e doutrinárias (Dias, 2008). A Igreja Católica viu suas ACE se aproximarem de ideologia de cunho marxista.

Todavia, não eram todos/as os/as integrantes da JUC que passaram a expressar preocupações ideopolíticas. Lowy (2000 *apud* Closs *et al.*, 2021, p. 68) aponta que, nesse momento, divergiram duas tendências no interior da JUC: uma composta por um segmento democrata-cristão, embasado no pensamento do filósofo francês Maritain; e outra com uma direção política vinculada ao socialismo, a partir das ideias de pensadores do catolicismo francês, como Lebreton e Mounier.

Diante das duas tendências que emergiram, as/os estudantes de Serviço Social que compunham a JUC compatibilizaram-se com aquela de ideais socialistas. Foi, em especial, por esse caminho tomado por elas, que o Serviço Social se

aproximou do pensamento francês de Lebreton e Mounier (Closs *et al.*, 2021, p. 68). Embora sejam fontes hoje já superadas pelo Serviço Social, tal fato revela a contribuição do segmento estudantil na trajetória de consolidação da dimensão teórico-metodológica da profissão até chegar ao marxismo, propriamente dito, décadas depois.

Paulatinamente, uma massa estudantil da JUC foi se distanciando do perfil conservador e clerical que tinha a organização ao ser criada, e se aproximando do Movimento Estudantil à esquerda. O novo caráter que a JUC ganhava foi refletido no documento “Diretrizes mínimas para o ideal histórico do povo brasileiro”, elaborado durante o Congresso de 10 anos da organização, em 1960. Dividido nos eixos religioso, econômico e político, segundo Dias (2008, p. 169-170), o documento pontuava a necessidade da superação do capitalismo e incentivava a participação dos/as jovens católicos/as junto aos partidos políticos. Lima e Arantes (1984, p. 28 *apud* Closs *et al.*, 2021, p. 38) acrescentam que o documento demarcou a “opção por um socialismo democrático” e pela “revolução brasileira”.

Fazendo valer o novo direcionamento que se estruturava, a JUC se aliou à juventude do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para ganhar a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE), estabelecendo o início de uma hegemonia na gestão da entidade a partir de 1961. Como resposta às novas perspectivas e alianças da juventude jucista, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou, naquele mesmo ano, um documento episcopal no qual afirmava:

O jucista tem uma doutrina da qual não lhe é lícito afastar-se. Ninguém, nem dos quadros da JUC, nem de fora deles, pode apresentar interpretações ou estabelecer linha de conduta que leve o Movimento jucista ou um só dos seus membros a discrepar da orientação que lhe dá a Hierarquia Católica. (...) Se a ação for em nome da JUC, ou dos militantes jucistas, como tais – seja sempre recordado o princípio de quem age por mandato, está ligado ao pensamento e às diretrizes de quem lhe conferiu esse mandato (CNBB, 1961, p. 947 *apud* Dias, 2008, p. 167).

No mesmo documento, estabelecia que, a partir de 1962, qualquer dirigente da Juventude Universitária Católica que intentasse ocupar um cargo em outro organismo estudantil ou participar de partidos políticos, deveria renunciar sua posição na direção da JUC.

No anseio de assumir cada vez mais uma posição política, mas encontrando-se limitada sob autoridade da hierarquia eclesiástica, um grupo

significativo no interior da JUC, denominado “Grupão”, começou uma discussão acerca da criação de uma organização laica, que organizasse os/as jovens não mais pelo vínculo com a Igreja Católica, mas a partir das suas motivações políticas. Foi então que, em 1963, ocorreu o congresso de fundação da Ação Popular (AP), em Salvador/BA.

A Ação Popular se definiu como:

um grupo ideológico não-confessional (...), um movimento amplo, com ideologia definida, englobando todos os setores de atividade, visando a se constituir numa expressão de um pensamento organizado, definido e orientador da luta revolucionária pela emancipação nacional (Garcia, 1979 *apud* Dias, 2008, p. 170).

Segundo Dias (2008, p. 171), com a fundação da AP, parte dos/as jovens integrantes optaram por continuar com a militância na JUC, uma vez que essa não tinha uma ideologia política própria. Em consonância com o autor, Becker (2021, p. 40), à época estudante de Serviço Social e militante pela AP, acrescenta que as duas organizações, em conjunto, promoviam:

(...) cursos, seminários e diversos fóruns de discussão. Procuravam-se discutir diversas formas de socialismo, que não fossem totalitárias, embora radicais. O próprio conceito de radicalismo era questionado, opondo-se, no nosso entender, ao sectarismo. Éramos então, socialistas não totalitários e não marxistas, porém radicais (Becker, 2021, p. 40).

Apesar da Ação Popular ter nascido da tentativa de romper com a Igreja Católica, a nova organização ainda recebia influência do cristianismo, combinado ecleticamente ao existencialismo e ao marxismo. Tal influência foi contrastada pela ampla colaboração do Padre Henrique Vaz, que assessorou a AP na elaboração de seu Documento base.

Em meio a ditadura empresarial-civil-militar iniciada em 1964, a Ação Popular viu a necessidade de romper com a influência católica e construir uma nova identidade a partir de uma maior apropriação do marxismo. Nesse processo, criaram-se duas correntes no interior da AP, ambas apontavam o marxismo-leninismo como uma teoria necessária, mas cada uma ao seu próprio modo. O segmento de cunho maoísta, influenciado pela revolução chinesa, prevaleceu sob o segmento de cunho foquista, influenciado pela revolução cubana, de modo que foram expulsos/as em 1968, fundando, no ano seguinte, o Partido

Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Como desdobramento, em 1971, a organização passa a se chamar Ação Popular Marxista Leninista do Brasil.

Da mesma maneira que o Serviço Social se aproximou, como mencionado, dos pensamentos de Lebrete e Mounier por meio do segmento estudantil, Closs *et al.* (2021, p. 74) afirma que, segundo depoimentos, a profissão se aproximou do marxismo por meio da militância política e não através da universidade.

Diante do exposto, torna-se evidente que a Ação Católica, por meio da Juventude Estudantil Católica, da Juventude Universitária Católica e da Ação Popular (preservando a tentativa de ruptura desta última), fez germinar as raízes do Movimento Estudantil de Serviço Social, que teve seu marco de organização na segunda metade da década de 1970. Ao nos direcionarmos para o passado da profissão, resgatamos a coragem daquelas/es estudantes que, com ousadia, contribuíram para a consolidação do Serviço Social como conhecemos hoje.

1.3 A Ação Popular e a contribuição de Paulo Freire para o Movimento Estudantil

Neste tópico objetivamos expor como o pensamento do educador Paulo Freire contribuiu para o Movimento Estudantil, em especial por meio da Ação Popular (AP), e, conseqüentemente, para o Serviço Social por meio do seu segmento estudantil que integrou a AP, conforme exposto no tópico anterior.

Paulo Reglus Neves Freire, mais conhecido como Paulo Freire, foi um dos filósofos da educação mais influentes do século XX. Hoje celebrado como patrono da educação brasileira, sua contribuição à pedagogia crítica lhe rendeu reconhecimento por todo o mundo, em especial pela obra “Pedagogia do Oprimido” (1987), tecendo críticas ao modelo bancário de educação.

Teoricamente, Freire foi influenciado pelo existencialismo, a fenomenologia, o humanismo, o marxismo e o cristianismo. Contudo, Faleiros (2021, p. 26) ressalta que:

(...) sua obra tem um eixo integrador que não o enquadra num ecletismo explícito. Esse eixo é a construção da libertação da opressão pela tomada de consciência da realidade e pela ação dos oprimidos para mudar ou transformar essa realidade de dominação.

Em 1947, quando finalizou sua graduação em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, Freire começou a trabalhar no Serviço Social da Indústria (SESI), período no qual se aproximou dos camponeses e trabalhadores analfabetos, segmentos que seriam o centro do seu trabalho anos mais tarde.

Na década de 1960, estabelecendo-se como um educador progressista, Paulo Freire iniciou no Nordeste brasileiro um movimento popular de alfabetização destinado aos camponeses e trabalhadores. Nessa quadra histórica, o analfabetismo era uma questão gritante. Em 1962, a região Nordeste era habitada por 25 milhões de pessoas, das quais 15 milhões eram analfabetas (Díaz, s.d., tradução própria).

O movimento de alfabetização contou com a participação da Igreja Católica, que, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), iniciou o Movimento de Educação de Base (MEB), em 1961. Detinha o objetivo de alfabetizar, mas também de levar conhecimentos básicos de higiene, vida familiar, associativismo, preparação profissional e crescimento espiritual (Becker, 2021, p. 42). Apesar da autora indicar o início do MEB em 1961, Gavião (2007, p. 100) afirma que já haviam atividades desde 1958, nas quais se fazia presente a **Juventude Universitária Católica (JUC)**. A influência do cristianismo no pensamento de Freire se deu por meio da Teologia da Libertação, conforme se desenvolveu na América Latina. Essa, “ênfatizava a importância de praticar os ensinamentos de Jesus Cristo em vez de seguir obedientemente a hierarquia da Igreja Ortodoxa estabelecida” (Díaz, s.d., tradução própria).

A relação entre Paulo Freire e o Movimento Estudantil (ME), em particular da **JUC**, se dá, até mesmo, por parte dos teóricos que os influenciaram. Conforme já indicado, na década de 1950, surgiram entre os/as estudantes da JUC duas tendências que absorveram os pensamentos dos franceses Maritain e Mounier separadamente, teóricos que, de acordo com Faleiros (2021, p. 25), estavam entre os que influíram no pensamento de Freire.

Além da Igreja Católica, a articulação com governos progressistas, por parte de Freire, foi fundamental para fortalecer os movimentos de educação popular que emergiram. Em 1961, a pedido de Miguel Arraes, prefeito do Recife, Freire encabeçou o Movimento de Cultura Popular (MCP), que, segundo Semeraro (1994, p. 84-85 *apud* Gavião, 2007, p. 100), “foi promovido pelas iniciativas de **universitários**, artistas e intelectuais de Pernambuco, que inspirados em ideias

socialistas e cristãs, buscavam conscientizar as massas por meio da alfabetização, teatros, artes plásticas, artesanato, canto, dança e música popular”. No MCP, Freire desenvolveu seus “círculos de cultura”⁸, nos quais buscava alfabetizar e estimular a tomada de consciência crítica dos/as alunos/as.

No mesmo ano, João Goulart (Jango), líder populista com o qual Freire se alinhava, foi eleito Presidente da República, formando a base do seu governo o **Movimento Estudantil**⁹, os sindicatos e as ligas camponesas na luta pelas Reformas de Base. Neste ponto, o fato do ME e Paulo Freire apoiarem o governo Jango não é mera coincidência, mas revela uma intrínseca correspondência entre suas bandeiras de luta em prol das camadas populares e da educação.

Um outro aspecto de conexão do ME e Freire, se deu pela colaboração do Padre Henrique Vaz na aproximação dos/as estudantes, especificamente da **Ação Popular (AP)**, com categorias do pensamento Freiriano, comuns também ao marxismo. Vaz, que, conforme já mencionado, atuou em 1963 como espécie de assessor da AP na formulação do seu Documento base, debateu “a cultura como dimensão central para o entendimento da realidade e para um projeto de transformação que, por seu turno, exigia um projeto educativo” (Teixeira, 2008 *apud* Closs *et al.*, 2021, p. 69). A mesma centralidade da cultura é compreendida por Freire, que, ao discorrer sobre a categoria, “insiste na necessidade de ir ao encontro da realidade, na pluralidade de relações com o mundo e na busca da criticidade, da rebeldia e da autonomia, contrariamente à acomodação e à adesão” (Faleiros, 2021, p. 27).

Acerca da relação entre a **JUC/AP** e Paulo Freire, Semeraro (1994, p. 88 *apud* Gavião, 2007, p. 100) ainda enfatiza que:

A concepção de homem que então predominava nas investigações de Paulo Freire orientava-se pelas perspectivas delineadas no pensamento cristão renovador. Foi o período em que Freire conviveu mais de perto com os jovens militantes católicos da JUC e da AP.

⁸ Posteriormente denominados “círculos de investigação” (Freire, 1987, p. 112 *apud* Faleiros, 2021, p. 27).

⁹ Rememorando (p. 17): Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, os/as estudantes integraram-se à Campanha da Legalidade para apoiar a posse à presidência do vice João Goulart, e, já durante seu governo, uniram-se à Frente de Mobilização Popular, juntamente com outras organizações e partidos políticos, em prol das Reformas de Base no país. Sobre tudo para os/as estudantes do ensino superior, havia a defesa pela reforma universitária.

O ano de 1961 também foi palco do surgimento do Centro Popular de Cultura (CPC) da **União Nacional dos Estudantes**¹⁰. Com inspiração no Movimento de Cultura Popular, com o qual os/as estudantes tiveram contato durante a passagem da UNE Volante¹¹ por Recife, o CPC da UNE “promovia excursões que apresentavam peças teatrais em praças públicas, sindicatos e organizações camponesas. Voltados para o público estudantil, os militantes apresentavam shows, documentários, exposições gráficas e exhibições de filmes” (Gavião, 2007, p. 100).

Paulo Freire enxergou nos/as estudantes que compartilhavam dos seus ideais uma oportunidade de potencializar o movimento de alfabetização. No ano de 1963 e início dos anos de 1964, o educador e sua equipe proporcionaram, para **estudantes universitários** e outros interessados, capacitação em como trabalhar com alfabetizadores adultos, o que foi conveniente para a Ação Popular, que, conforme Lima e Arantes (1984 *apud* Closs *et al.*, 2021, p. 73), buscava ampliar seu trabalho de base, além de com estudantes, junto aos operários e camponeses.

Em 1963, na cidade de Angicos, Paulo Freire aplicou pela primeira vez seu método de alfabetização em grande escala. Cerca de trezentos trabalhadores rurais foram alfabetizados em apenas 40 horas. A experiência de Angicos foi o projeto-piloto do Programa Nacional de Alfabetização (PNA) do governo de João Goulart, instituído em janeiro de 1964 (Decreto nº 53.465/64). “Freire planejava alcançar o máximo possível do Brasil, estabelecendo mais de 20.000 círculos culturais em todo o país. O plano de Freire era ensinar cinco milhões de alunos adultos a ler e escrever em um período de dois anos” (Díaz, s.d., tradução própria).

Não obstante, o PNA foi cancelado com o início do golpe empresarial-civil-militar de 1964. Os movimentos de educação popular que se encontravam em plena efervescência foram interrompidos. O projeto de alfabetização de Paulo Freire foi considerado subversivo, levando a sua demissão e apreensão dos materiais didáticos. Sob interrogatório, foi acusado de ser comunista e preso por 75 dias pelo regime militar, momento no qual começou a escrever sua primeira obra “Educação como Prática da Liberdade” (1967). Freire disse “ter

¹⁰ Conforme indicado (p. 27), neste período iniciou uma hegemonia na gestão da UNE através da aliança da Juventude Universitária Católica (JUC) e da juventude do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

¹¹ No ano de 1962, a UNE Volante, junto com o Centro Popular de Cultura (CPC), aproveitou a discussão à nível nacional sobre as reformas de base propostas pelo governo Jango e realizou um movimento itinerante pelo Brasil tratando sobre a reforma universitária. Uma das principais bandeiras foi a reivindicação da paridade nos conselhos universitários, o que culminou na “Greve do 1/3” (Dayane, 2018).

assumido sua prisão para dar testemunho à **juventude brasileira** que acreditou no seu trabalho” (Silva, 1989, p. 102 *apud* Gavião, 2007, p. 100). Após sua detenção, Freire e sua família deixaram o Brasil em outubro de 1964, vivendo na Bolívia e depois no Chile, onde deu continuidade ao seu projeto de alfabetização com agricultores chilenos.

Como constatado até aqui, diversos foram os encontros teóricos e práticos entre o Movimento Estudantil e Paulo Freire. Seu pensamento influenciou e contribuiu não apenas para o ME, mas para o próprio Serviço Social.

No que se refere às formulações de Paulo Freire, a força, **a amplitude e a influência do seu pensamento educacional contribuíram para importantes vetores de criticidade na profissão** (grifo nosso), em temas como a conscientização, a opressão, a libertação, a crítica ao assistencialismo, bem como em novas metodologias interventivas, num diálogo que remonta à década de 1950 e cuja relevância se faz sentir na atualidade (SCHEFFER, 2013). Esta influência do pensamento freiriano encontrou passagem entre estudantes e profissionais do Serviço Social, principalmente através do exercício da militância política, seja nos quadros da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Universitária Católica (JUC) como da Ação Popular (AP) (Closs *et al.*, 2021, p. 66).

A contribuição do pensamento de Freire para vetores de criticidade e novas metodologias interventivas do Serviço Social “relacionam-se diretamente com o processo de erosão do Serviço Social tradicional no Brasil (Netto, 2004 *apud* Closs *et al.*, 2021, p. 65) - particularmente no que se refere às experiências heterodoxas de desenvolvimento de comunidade” (Ammann, 2009 *apud* Closs *et al.*, 2021, p. 65).

Na década de 1960, a modalidade de intervenção “Desenvolvimento e organização de comunidade” (DOC) passou a ser questionada pela profissão por estar alinhada a ideias e projetos dos blocos dominantes que reproduziam uma “invasão cultural”. Na tentativa de superação do DOC, foram desenvolvidas várias experiências de Serviço Social fundamentadas ou inspiradas nas ideias de Paulo Freire, como a construção de círculos de cultura (Silveira, 1964 *apud* Faleiros, 2021, p. 28).

Na intrínseca relação de Paulo Freire com o Movimento Estudantil, percebemos que sua contribuição atravessou o debate do segmento estudantil e alcançou o interior do Serviço Social, em sua teoria e prática. Conforme Machado (2019, p. 71),

O Brasil e o mundo conhecem o legado de Paulo Freire no campo da educação. Tanto é que desde 2012 esse grande intelectual segue patrono da educação brasileira, mesmo a contragosto de muitos conservadores que tentaram derrubar tal título em 2017, apoiados pela perspectiva do movimento Escola sem Partido, sob o argumento de que ele era um intelectual de esquerda e por isso não merecia a titulação. Fato que reflete bastante na conjuntura atual desde o golpe de Estado que derrubou a presidente Dilma Rousseff em 2016. Embora muitos assistentes sociais compreendam o valor das ideias de Paulo Freire acerca da educação popular, nem todos conhecem o grau de contribuição dessa educação no histórico processo de rompimento da profissão com o conservadorismo.

Ao nos voltarmos ao passado e compreendermos a notoriedade do pensamento de Paulo Freire, oxigenamos as bandeiras do Movimento Estudantil e o projeto ético-político do Serviço Social, elementos orientadores e basilares de lutas que, por um inexorável elo, materializam a perspectiva crítica e transformadora do patrono da educação brasileira, legado a ser perpetuado.

2. O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PRIMEIRA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA PARAÍBA - ESS/PB

2.1 A primeira Escola de Serviço Social da Paraíba (ESS/PB)

No presente tópico, nos propomos apresentar a história da primeira Escola de Serviço Social da Paraíba - ESS/PB, desde sua fundação em 1951, até o encerramento das suas atividades em 1972, quando o novo Curso de Serviço Social já funcionava pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Não objetivamos dar conta de todos os fatos que perpassam a existência da ESS/PB, haja vista exigir um estudo com maior aprofundamento, mas, a partir de um resgate mais sucinto, visamos dar condições para compreender esse espaço político-pedagógico movimentado pelas alunas protagonistas do nosso estudo.

É no decurso da expansão da industrialização e urbanização no Brasil que são criadas, na década de 1930, as primeiras escolas de Serviço Social no país, a partir da iniciativa e necessidade da Igreja Católica. Primeiramente, surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS),

considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil, surge em 1932 com o incentivo e sob o controle da hierarquia. Aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica - especialmente da primeira - de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 168).

Como resultado das ações do CEAS e com o apoio da hierarquia, foi criada, em 1936, a Escola de Serviço Social de São Paulo - a primeira do gênero no Brasil - e, no ano seguinte, em 1937, a Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro.

No Nordeste, Silveira Júnior (2021, p. 15) afirma que as escolas de Serviço Social se estruturaram tardiamente em relação a outras regiões do país “em que a transformação capitalista das relações de produção ocorreu mais concentrada e rapidamente”. De acordo com o autor (*Ibidem*, p. 19), as primeiras escolas de Serviço Social da região surgiram na década de 1940. A primeira foi criada em Pernambuco (1940), a segunda na Bahia (1944¹²) e a terceira no Rio Grande do Norte (1945). Em maior número, a década de 1950 foi palco do surgimento de

¹² Almeida (2021, p. 188), ao elencar cronologicamente o surgimento das escolas de Serviço Social no Nordeste, indica a da Bahia no ano de 1945.

escolas de Serviço Social em Fortaleza (1950), João Pessoa (1952¹³), São Luís (1953), Aracajú (1954), Maceió (1957) e Campina Grande (1957), todas confessionais e particulares. Até o final da década de 1950, existiam 28 cursos de Serviço Social no país (Almeida, 2021).

Tornando-se a quinta no Nordeste e a primeira no estado da Paraíba, foi fundada, em 20 de julho de 1951, a Escola de Serviço Social da Paraíba - ESS/PB, situada no município de João Pessoa, mantida pelas Missionárias de Jesus Crucificado (MJC), juridicamente reconhecidas como Sociedade Feminina de Instrução e Caridade¹⁴, com sede em Campinas/SP. A ESS/PB funcionou em seus primeiros nove anos na Casa do Calvário (antigo Mosteiro de São Bento), na Rua General Osório, s/n, de propriedade da Arquidiocese da Paraíba.

Conforme documentos investigados a partir da pesquisa de Machado (2024), o surgimento da Escola de Serviço Social da Paraíba se deu a partir da realização de três cursos intensivos de Auxiliar Social (ofertados com o nome de Serviço Social) na Casa do Calvário, de 1949 a 1951, com duração de três meses nos dois primeiros anos e o último com duração de um ano, do qual as concluintes recebiam o título de Auxiliar Social. Ofertados pelas Missionárias de Jesus Crucificado (MJC), sob direção da Assistente Social Madre Maria Franklin de Andrade, os cursos contaram com a participação de senhoras e jovens da Ação Católica, funcionárias do Serviço Social do Comércio, Serviço Social da Indústria, Prefeitura, Departamento de Serviço Social e dos Institutos de Pensões e Aposentadorias dos Servidores do Estado que buscavam noções básicas sobre o Serviço Social e suas técnicas auxiliares em prol de um trabalho social que essas instituições começavam a realizar no município.

A Igreja Católica, percebendo a demanda por uma preparação mais especializada para lidar com os “problemas sociais” e por interesses próprios, incentivou as MJC a fundarem uma Escola de Serviço Social no município, ato ocorrido em reunião extraordinária das Missionárias de Jesus Crucificado, no dia 20 de julho de 1951, na Casa do Calvário.

¹³ De acordo com documentos, a Escola de Serviço Social da Paraíba - ESS/PB, no município de João Pessoa, foi criada em 1951, ano o qual consideramos para fins do presente estudo.

¹⁴ Segundo Silveira Júnior (2021, p. 28), foi a mesma entidade que ajudou a criar a Escola Maranhense de Serviço Social em 1953, a Escola de Serviço Social de Sergipe em 1954 e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta, em Maceió, em 1957.

Para “preparar o terreno” para a chegada da Escola, as alunas do último curso intensivo, sob orientação da Diretora Madre Franklin, realizaram uma série de palestras por meio da rádio e da imprensa local, levando a uma plena aceitação pela sociedade paraibana. Contribuindo com o movimento, jornais da época divulgaram a chegada da Escola, como é possível constatar através das Imagens 02 e 03.

Imagens 02 e 03 - Matéria de jornal da época (s.d.)



Fonte: Arquivo Setorial do CCHLA/UFPB (2025).

As Imagens 02 e 03 apresentam um dos diversos recortes de jornais organizados e armazenados pela própria Escola de Serviço Social da Paraíba enquanto esteve ativa, em esforço para conservar os registros de jornais da época que mencionavam a instituição ou sujeitos a ela relacionados. Não é possível identificar o título do jornal ou mesmo sua data de circulação, entretanto, é ponto de compreensão tratar-se de um material anterior à fundação da ESS/PB, uma vez que corrobora com a divulgação da chegada da instituição da cidade, informando questões relevantes sobre a ESS/PB e o curso, como seu objeto de estudo, as disciplinas que serão ministradas, realização de estágio, etc. Refletindo o desejo

pela fundação de uma escola de Serviço Social e instigando a adesão das jovens paraibanas, a matéria afirma que “(...) a sociedade em geral será beneficiada com a ação profundamente educativa do Serviço Social e a juventude encontrará no Serviço Social uma profissão nova como garantia de vida”.

O jornal em análise apresenta as disciplinas oferecidas ao longo do curso, das quais destacamos as do primeiro ano: Religião, Moral, Direito, Sociologia, Psicologia, Introdução à Filosofia, Doutrina Social da Igreja, Higiene Geral, Enfermagem, Estatística, Pesquisa Social, Serviço Social e Círculos de Formação. Tais disciplinas são reflexo da influência franco-belga no Serviço Social brasileiro, caracterizada por uma base moral e católica a partir do neotomismo e do higienismo.

Para o desenvolvimento das atividades da Escola de Serviço Social da Paraíba, o Arcebispo da Paraíba Dom Moisés Coelho, concedeu, em 12 de julho de 1951, a própria Casa do Calvário. Além do apoio e interesse da Igreja Católica, a ESS/PB também contou com inteiro apoio do governador José Américo de Almeida, que "determinou a execução de melhoramentos na Casa do Calvário, a fim de colocar o prédio em perfeitas condições para o fim ao qual se destinava" (Peixoto, 1994, p. 31).

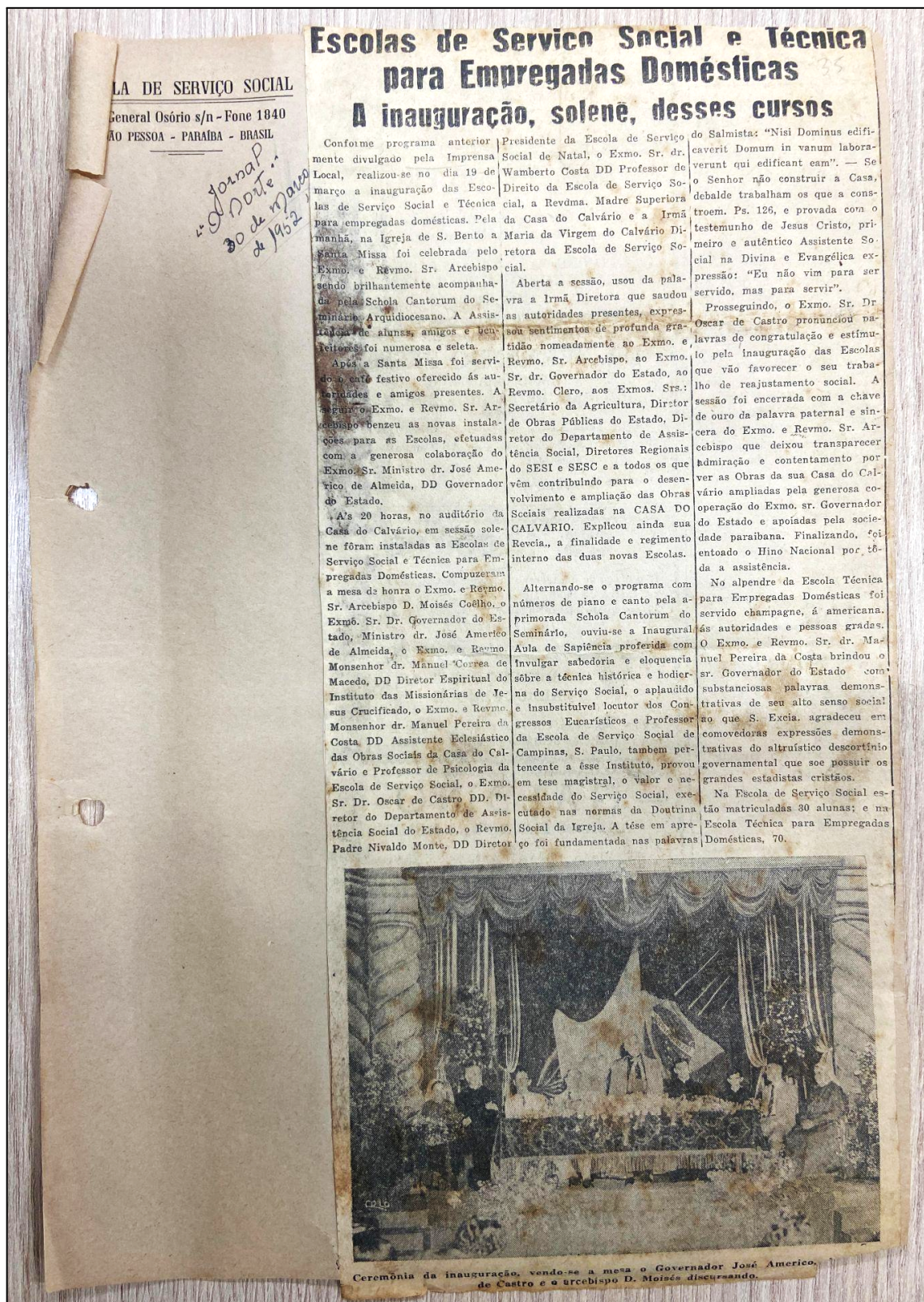
Vale salientar que a criação da Escola de Serviço Social da Paraíba acompanhou o surgimento de diversas outras faculdades/escolas¹⁵ de ensino superior no estado durante o governo de José Américo de Almeida, marcado por uma lógica desenvolvimentista impulsionada desde o Golpe de 1930, do qual foi um dos principais protagonistas.

De acordo com a documentação, a Escola de Serviço Social da Paraíba foi finalmente inaugurada em 19 de março de 1952, na qualidade de escola particular de caráter confessional, destinada a estudantes do sexo feminino. A Sociedade Feminina de Instrução e Caridade ficou na condição de Entidade Mantenedora, nomeando a Madre Maria Franklin de Andrade para assumir o cargo de Diretora. Embora a capacidade da instituição fosse para 55 alunas, o Curso de Serviço Social, com duração de 3 anos, registrou na sua primeira turma a matrícula de 34 alunas,

¹⁵ Faculdade de Ciências Econômicas (1947), Faculdade de Filosofia (1949), Faculdade de Direito (1951), Escola de Serviço Social (1951), Faculdade de Medicina (1951), Faculdade de Odontologia (1951), Escola de Engenharia (1952), Escola Politécnica da Paraíba (1952) e Escola de Enfermagem (1953) (Linha [...], 2020).

que iniciaram as aulas no dia 21 daquele mês. A inauguração foi matéria de jornais da época, como A União, A Imprensa e O Norte, o qual destacamos na Imagem 04.

Imagem 04 - Matéria do jornal O Norte (1952)



Fonte: Arquivo Setorial do CCHLA/UFPB (2025).

Conforme a Imagem 04, no dia da inauguração da Escola de Serviço Social da Paraíba, foi realizada, pela manhã, uma missa na Igreja de São Bento, celebrada pelo Arcebispo Dom Moisés Coelho, seguida de um café festivo. À noite, no auditório da Casa do Calvário, foi realizada a solenidade de inauguração, contando com a Aula de Sapiência, ministrada pelo Monsenhor Dr. Manuel Correia de Macêdo, professor da Escola de Serviço Social de Campinas, o qual “provou em tese magistral, o valor e necessidade do Serviço Social, executado nas normas da Doutrina Social da Igreja”. Na fotografia presente na matéria, apesar da deterioração, observamos a presença de figuras importantes na “mesa de honra”, como o Arcebispo Dom Moisés Coelho, o governador José Américo de Almeida, a Diretora Madre Franklin de Andrade, também conhecida como Irmã Maria da Virgem do Calvário, e o Dr. Oscar de Castro, Diretor do Departamento de Serviço Social do Estado.

A matéria revela que, além da Escola de Serviço Social, foi inaugurado na Casa do Calvário um curso técnico para empregadas domésticas, registrando a matrícula de 70 alunas, quantitativo superior ao do curso de Serviço Social, já mencionado. Peixoto (1994, p. 30) afirma que, junto aos dois cursos supracitados, foi inaugurado, ainda, o Curso de Formação Familiar Dom Moisés. Além dos cursos, funcionou também no local um pensionato para moças do interior que iam estudar nos colégios da capital.

Pouco tempo após a inauguração da ESS/PB, levantou-se na sociedade paraibana uma discussão acerca da criação de uma Universidade estadual, a qual seria denominada Universidade da Paraíba - UPB, composta a partir das instituições de ensino superior já existentes. Segundo o relatório de PIBIC de Montenegro (2025),

Por meses, as possibilidades de ingresso da ESS/PB à UPB foram estudadas até que a Escola estivesse de acordo, bem como sua Entidade Mantenedora, a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade. Para tanto, foram estabelecidas condições para o ingresso do curso da Escola à Universidade, a partir do Regimento Interno da Escola. Basicamente, as condições visavam manter a autonomia da instituição e da Entidade Mantenedora sob seu patrimônio e professores (...).

E prossegue:

Durante esse processo, houve uma discussão na ESS/PB se a agregação à UPB obrigaria a instituição a receber rapazes, o que despertou preocupação na Diretora Madre Franklin de Andrade pela ‘dificuldade que traz para uma Escola de Serviço Social o fato dela ser mista, devido a natureza da mesma e o caráter que procurava dar às alunas’ – situação pela qual também passou a Escola de Enfermagem. Em relação à presença de rapazes no curso, a ex-aluna da Escola, Almeida (2023) relata em entrevista ao Gepedupss: ‘Quando eu fazia o curso, que eu entrei em 68, em 69 um rapaz entrou para o curso, chamado Mário, mas ele não terminou. (...) não sei por que razão ele terminou desistindo já no segundo ou terceiro ano do curso’¹⁶, de modo que, durante os 21 anos de funcionamento, a Escola de Serviço Social da Paraíba não diplomou nenhum estudante homem. Apesar de sabermos, por meio de Almeida, da presença de um rapaz no curso, não identificamos se foi especificamente a agregação ou algum outro fator que possibilitou o seu ingresso.

Em 1955, a Universidade da Paraíba - UPB foi criada através da Lei nº 1.336, de 02 de dezembro de 1955, de maneira que, das 11 instituições de ensino superior que existiam na Paraíba naquele ano (Rocha, 2016), 9 constituíram a UPB, sendo 4¹⁷ instituições na condição de incorporadas e 5¹⁸ na condição de agregadas, caso da Escola de Serviço Social da Paraíba. De acordo com o Art. 10º da Lei de criação, “a agregação das instituições (...) é feita exclusivamente com o objetivo de criar e fortalecer o vínculo universitário, e não acarreta, para o Estado, a obrigação de manter ditas instituições”, continuando sob a responsabilidade de suas entidades mantenedoras. Ao contrário das instituições incorporadas, que eram mantidas pelo estado.

Segundo o relatório de PIBIC de Guedes (2023), com a agregação da ESS/PB à UPB, a Escola não perdeu seu caráter privado, permanecendo o pagamento de taxas e mensalidades, mas para as estudantes que não podiam pagar, existiam bolsas de estudos, solicitadas pela Diretora Madre Franklin à órgãos públicos.

Ao final do movimento de criação da UPB, o curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Paraíba ainda não era reconhecido pelo Governo Federal, status concedido pelo Decreto nº 39.332, de 08 de junho de 1956.

¹⁶ Retificando algumas informações, conforme a ata da reunião do Conselho Departamental da ESS/PB, de 23 de fevereiro de 1970, Mário Fernandes de Medeiros teve sua transferência aprovada da Faculdade de Serviço Social de Mossoró para a 2ª série da Escola de Serviço Social da Paraíba em 1970. Em 11 de setembro de 1970, na reunião do Conselho Departamental, foi registrado em ata que o aluno comunicou verbalmente à Escola sua desistência do curso.

¹⁷ Faculdade de Filosofia da Paraíba, Faculdade de Odontologia da Paraíba, Escola Politécnica da Paraíba e a Escola de Enfermagem da Paraíba.

¹⁸ Faculdade de Direito da Paraíba, Faculdade de Medicina da Paraíba, Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, Escola de Engenharia da Paraíba e a Escola de Serviço Social da Paraíba.

O ano de 1956 foi palco da formatura da primeira turma da ESS/PB, após o atraso de um ano na etapa de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Das 34 alunas que iniciaram o curso, apenas 13 se formaram, em solenidade ocorrida em 01 de dezembro daquele ano.

Segundo Peixoto (1994, p. 71) a Escola de Serviço Social da Paraíba teve seu corpo docente e discente formado por católicos/as motivados/as pela vocação do amor ao próximo, integrando grupos da Ação Católica, como JEC, JOC, JUC, Associação de Moços Católicos, Liga Juvenil de Santo Antônio, etc.

Em 1960, cinco anos após sua criação, a Universidade da Paraíba foi federalizada através da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passando a denominar-se Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Mesmo agregada, agora, a uma Universidade Federal, a ESS/PB seguiu “com formação de caráter confessional, clerical, dentro de padrões éticos e vigentes na época, ou seja, dar atenção ao cliente na caridade e filantropia” (Morais, 2002).

Uma questão que atravessou todo o período em que a ESS/PB esteve ativa foi a dificuldade financeira, uma vez que sua Entidade Mantenedora, a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, não detinha recursos para sozinha manter a instituição, levando a Escola a recorrer a subvenções concedidas por lei, a auxílios do estado e doações. Silveira Júnior (2021, p. 19) revela que essa realidade não era particular da ESS/PB, mas comum à todas as escolas de Serviço Social, pelo menos da região Nordeste, “sustentadas por subvenções governamentais, instituições assistenciais nacionais, doações públicas e particulares, além das mensalidades das próprias alunas”.

Inobstante essa diversidade de fontes de financiamento, tais instituições padeceram, desde o início, de problemas financeiros, expressos em diversas vicissitudes estrutural-funcionais - desde instalações limitadas para o desenvolvimento pleno das atividades do ensino, até dificuldades de pagamentos dos professores (Silveira Júnior, 2021, p. 28-29).

Visando aperfeiçoar os trabalhos e sua expansão, em 1961, a Escola de Serviço Social da Paraíba passou a funcionar provisoriamente na Rua Almirante Barroso, nº 234, em uma casa alugada com a ajuda da reitoria da Universidade Federal da Paraíba e do Departamento de Serviço Social do Estado. Atualmente, funciona no local o Ministério Público do Trabalho na Paraíba. No referido endereço, a ESS/PB ficou até 1963, ano no qual se instalou em sua sede definitiva na Av.

Castro Alves, atual Av. João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 279, possível visualizar na Imagem 05.

Imagem 05 - Sede definitiva da ESS/PB (s.d.)



Fonte: Site do Memorial UFPB¹⁹.

No terreno doado pelo Governo do Estado (Lei nº 2.574, de 08 de novembro de 1961), a Escola construiu dois blocos provisórios, até que fosse erguido o edifício definitivo, financiado pelo Governo Estadual e pela UFPB. Os blocos escolares foram inaugurados no dia 18 de agosto de 1963 e, no endereço, a ESS/PB funcionou pelos 9 anos seguintes até o encerramento das suas atividades. Hodiernamente, funciona no local a ECIT Profª Maria do Carmo de Miranda.

Conforme o *Relatório das Atividades Desenvolvidas em Vinte e Dois Anos de Funcionamento* (1972), ao longo da existência da Escola de Serviço Social da Paraíba, 30 instituições do município de João Pessoa e de suas proximidades foram campo de estágio para as alunas, sendo 17 instituições públicas e 13 privadas. De acordo com Guedes (2024), os estágios tinham como foco o desenvolvimento de habilidades voltadas ao Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

As imagens abaixo retratam momentos em dois campos de estágio frequentados pela ex-aluna Bernadete Almeida.

¹⁹ Disponível em: <<http://plone.ufpb.br/memorialufpb/contents/menu/linha-do-tempo>>. Acesso em: 04 de setembro de 2025.

Imagem 06 - Alunas da ESS/PB em estágio na Maternidade Cândida Vargas (1970)



Fonte: Arquivo pessoal da Prof.^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.

Imagem 07 - Alunas da ESS/PB em estágio no Lar do Menor Jesus de Nazaré (1971)



Fonte: Arquivo pessoal da Prof.^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.

Durante a ditadura empresarial-civil-militar (1964-1985), a Escola de Serviço Social da Paraíba não passou despercebida pela vigilância e repressão das forças militares. Através de pesquisa no Banco de Dados Memórias Reveladas, portal que reúne informações sobre o acervo arquivístico relacionado à repressão política no período de 1964-1985, descobrimos um documento que menciona a Escola de Serviço Social da Paraíba, como é possível observar no Anexo A.

O Anexo A apresenta partes de um documento confidencial do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de inteligência do regime militar brasileiro. O Ofício nº 488, de 19 de setembro de 1969, foi encaminhado pelo Chefe da Agência do SNI em Recife ao Chefe da Agência Central do SNI, tratando sobre a circulação de correspondências subversivas. Onde encontra-se parte de uma relação das pessoas que receberam correspondência dos países socialistas no mês de julho de 1969, é listado o nome da Escola de Serviço Social da Paraíba, curiosamente indicada com localização na Av. Almirante Barroso, endereço no qual a instituição não funcionava mais desde 1963.

No Banco de Dados Memórias Reveladas, também localizamos um documento (Anexo B), de 1973, que apresenta o nome da Diretora Madre Franklin de Andrade em meio a uma relação de pessoas às quais estavam sendo remetidos cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), apreendidos pela Agência de Salvador do Serviço Nacional de Informações (ASV/SNI) por debaterem “os principais problemas da atualidade brasileira, e fazem reflexões críticas, não raro,

atacando as realizações do Governo no plano econômico e social” (Documento nº 314/25).

Em relação à conjuntura ditatorial vivenciada na ESS/PB, a sua ex-aluna Almeida, em entrevista à Moraes (2002, p. 221) relata:

Naquele momento, a religião protegia a nossa formação, porque ela passou a usar o discurso católico para garantir a continuidade do curso. (...) na calada da noite, a Polícia Federal ou mesmo o DOPS incomodavam as freiras para que elas abrissem as instalações para mostrar se estavam escondendo ou dando proteção a alguém, pedindo fichas de alunos e isso nós não sabíamos que estava acontecendo (...). (...) na verdade, aquele discurso era para garantir o finalzinho, para que a Escola fechasse a sua formação ou a formação do Assistente Social, como estava previsto, até 1972, porque se continuasse naquela efervescência de 68, ela, com certeza, seria fechada pela ditadura.

A mesma, em entrevista ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (Gepedupss), em 2023, complementa:

E a partir de 69, o contexto das salas de aula era muito difícil. As colegas mais politizadas, como a gente tinha a Alba, as mais politizadas eram assim ‘cala boca’, porque a gente sabia que em sala de aula tinham os dedos duros. Tinha pessoas que chegavam na sala de aula que a gente nunca tinha visto. E os padres, nossos professores padres, quando eles tinham a oportunidade, eles passavam pra nós essa informação, né? Por exemplo, quando o Bispo, Arcebispo Dom José, era chamado pelo Grupamento de Engenharia pra depor, eles tinham jeito de nos dizer que o Arcebispo, que a gente rezasse, que o Aarcebispo tava no Grupamento de Engenharia²⁰.

Um ponto chave para o futuro da Escola de Serviço Social da Paraíba ocorreu ainda durante o período ditatorial, quando, em meio a expansão das universidades federais do país através Reforma Universitária de 1968, a Universidade Federal da Paraíba propôs incorporar a ESS/PB, o que não foi possível, pois, de acordo com o Parecer nº 424/67, de 8 de novembro de 1967, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação, a ESS/PB não podia ser federalizada em nome do processo de reestruturação das universidades, mas poderia se integrar à UFPB na forma de Curso de Serviço Social, via já tomada por algumas Escolas de Serviço Social do país com suas respectivas Universidades, como a ESS do Ceará e a do Rio de Janeiro.

²⁰ Entrevista concedida pela Prof. Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida (ex-aluna da ESS/PB) ao Gepedupss, em 29 de março de 2023, na cidade de João Pessoa/PB.

Apesar de não ser o que queria, a ESS/PB aceitou a sugestão do Conselho Federal de Educação, iniciando uma sequência de reuniões durante os anos de 1968 e 1969 para tratar das condições para a integração da ESS/PB à UFPB em forma de curso. Como resultado, foi criado em 1969, durante o reitorado do interventor Guilardo Martins Alves (1964 a 1971), um novo Curso de Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba, público e laico, através da Resolução nº 08/69, exposta abaixo.

Através da Resolução nº 08, de 17 de outubro de 1969, o Curso de Serviço Social na UFPB foi criado vinculado ao Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas - ICFCH (atualmente a ECIT Prof.^a Olivina Olívia Carneiro da Cunha), localizado no Centro de João Pessoa. Como parte do acordo entre a ESS/PB e a UFPB, a partir de 1970 o Concurso Vestibular para o Curso de Serviço Social começou a ser realizado pela UFPB, ficando na ESS/PB da 2ª série em diante, de maneira que a última turma se formou em 1972. No ICFCH, parte do corpo docente foi absorvido, assim como a Madre Franklin de Andrade, que ingressou enquanto coordenadora.

Segundo o *Relatório das Atividades Desenvolvidas em Vinte e Dois Anos de Funcionamento* (1972), o terreno e os blocos escolares da ESS/PB foram vendidos aos Institutos Paraibanos de Educação - IPÊ, atual Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). O acervo da vida escolar seguiu para o Departamento de Admissão e Registro da UFPB e o pequeno acervo da biblioteca foi doado ao novo curso no Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas - ICFCH. O restante do material de expediente da Diretoria, Secretaria e do Departamento de Estágio foram incinerados. Após 21 anos de funcionamento, formando 247 alunas, a Escola de Serviço Social da Paraíba encerrou suas atividades.

2.2 O Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino (DASTA)

A descoberta de que a Escola de Serviço Social da Paraíba - ESS/PB possuiu um Diretório Acadêmico foi uma grande surpresa, pois sempre que se falava da Escola nas aulas da universidade era como se nela só existissem “damas da alta sociedade”, supostamente da elite paraibana, e não de aulas que reivindicavam direitos. Entretanto, é importante frisar que não foi uma tarefa simples tratar sobre o Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino - DASTA e o movimento estudantil

construído pelas alunas da Escola de Serviço Social da Paraíba - ESS/PB. Ao tomar como uma das fontes os documentos provenientes da ESS/PB, lidamos com dois acontecimentos que acarretam em profundas lacunas: Primeiro, a incineração dos documentos do DASTA, durante a ditadura empresarial-civil-militar (1964-1985), para não comprometer seus militantes (Peixoto, 1991 *apud* Peixoto, 1994, p. 109). E segundo, com o fechamento da ESS/PB, o encaminhamento para a UFPB de toda a documentação do DASTA²¹, ou o que restou, a qual não foi possível localizar durante nossa pesquisa. Nesse sentido, outras fontes somaram-se ao esforço para resgatar, mesmo que parcialmente, a história do DASTA e da militância das estudantes da ESS/PB.

Ao tratarmos sobre o Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino, este não pode ser dissociado da estrutura organizacional à qual pertence por essência. Nesse sentido, buscando garantir uma abordagem integral e contextualizada, discorreremos em poucos parágrafos sobre a estrutura do Movimento Estudantil (ME) e como um Diretório Acadêmico (DA) está inserido.

Para o Movimento Estudantil se tornar o movimento social com a dimensão e o impacto que sustenta historicamente, foi primordial que se organizasse estrategicamente por todo o território, tencionando a luta em cada curso e instituição de ensino, nos âmbitos municipal, regional e nacional. Para tanto, estabeleceram-se entidades representativas em cada um desses espaços.

No que concerne aos/as estudantes do ensino superior, de acordo com o site da UNE (Estrutura [...], s.d.), os Centros Acadêmicos (CAs) são responsáveis por organizar e representar os/as estudantes de cada curso, atendendo aos problemas e desafios no seu interior. “Realizam atividades de mobilização, lutam por melhorias no ensino e na estrutura acadêmica, calouradas, atividades culturais e ações ligadas ao movimento nacional dos estudantes”.

A diferença de um CA para um Diretório Acadêmico (DA) é que o segundo, em alguns casos, representa dois ou mais cursos de uma mesma área ou de uma determinada faculdade. Em virtude do ME se organizar de forma verticalizada, os CAs e DAs são considerados entidades de base do movimento. No âmbito nacional, os/as estudantes de um curso ou área podem ser organizados e representados por uma Executiva ou Federação.

²¹ De acordo com o *Relatório das Atividades Desenvolvidas em Vinte e Dois Anos de Funcionamento* (1972), da Escola de Serviço Social da Paraíba.

Dentro de uma instituição de ensino, a entidade que representa a comunidade estudantil é o Diretório Central dos Estudantes (DCE), desde que tenha mais de quatro cursos superiores, seja em um único campus ou em multicampi.

No âmbito estadual, a organização e representação dos/as universitários/as se dá pela União Estadual dos Estudantes (UEE), diretamente ligada à União Nacional dos Estudantes (UNE). Nas UEEs, os CAs/DAs representam os seus cursos, assim como os DCEs representam as suas instituições. E no âmbito nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE) assume o papel de organizar e representar todo o contingente universitário do país, daí ser a entidade máxima de representação, congregando todos os CAs, DAs, DCEs e UEEs.

No que toca o objeto do presente tópico, o Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino - DASTA foi a entidade representativa das alunas da Escola de Serviço Social da Paraíba - ESS/PB. Apesar de ter sido criado sob a denominação de Diretório Acadêmico, não representava o corpo discente de nenhum outro curso que não fosse o da ESS/PB. Possivelmente, à época, não compartilhavam da atual concepção acerca da distinção entre CA e DA. Além do DASTA, a ESS/PB também contava com outra entidade organizada por estudantes, a Associação Atlética, sobre a qual não nos deteremos por possuir competências e finalidades distintas.

O DASTA foi fundado em 1954, dois anos após a inauguração da ESS/PB. Em seu nome, o Diretório Acadêmico homenageava São Tomás de Aquino, santo padroeiro dos/as estudantes, professores/as, escolas públicas e universidades católicas. Foi fundador da escola tomista de filosofia e teologia, unindo a fé cristã à filosofia, pensamento revivido e adaptado no século XIX pelo neotomismo, cujos princípios foram hegemônicos na formação profissional do Serviço Social até a década de 1960. A posse da primeira diretoria da entidade foi matéria do jornal O Estado, de 30 de maio de 1954, conforme a Imagem 08.

Imagem 08 - Matéria do jornal O Estado (1954)



Fonte: Arquivo Setorial do CCHLA/UFPB (2025).

De acordo com a Imagem 08, a solenidade de posse do DASTA ocorreu dia 28 de maio de 1954, na Casa do Calvário, em sessão presidida pela Diretora Madre Maria Franklin de Andrade, com a presença de representantes das faculdades e entidades estudantis. A matéria, ao citar o DASTA, não o cita enquanto “Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino”, mas, apenas, como “Diretório Acadêmico da Escola de Serviço Social”, o que pode ser um indicativo de que o nome de São Tomás de Aquino só foi incorporado posteriormente.

A primeira diretoria da entidade foi composta pelas seguintes alunas:

1. Presidente: Maria Gláucia Gama da Silva;
2. Vice-Presidente: Zuleide Pereira Lima;
3. Secretária: Maria Tereza do Eirado Silva;
4. Oradora: Maria Madalena Fragoso;
5. Tesoureira: Gloria Marta Klostermann.

Segundo Informativo da ESS/PB, de 1965 (Anexo C), que sintetiza as atividades ocorridas na instituição de 1951 até 1965, eram finalidades do DASTA:

- a) defender os interesses do corpo discente em geral e os de cada estudante em particular, perante os órgãos dirigentes da Escola, autoridades e particulares;
- b) desenvolver a vida cultural, acadêmica, cívica, promovendo intercâmbio científico, social e esportivo com as associações acadêmicas do País e do Estrangeiro;
- c) zelar, em geral, pelas boas tradições acadêmicas, estimulando na classe o espírito universitário e do civismo.

A entidade se organizava em Comissão Executiva e Departamentos. A Comissão Executiva era composta por Presidente, Vice-Presidente, 1ª Secretária, 2ª Secretária, 1ª Tesoureira e 2ª Tesoureira. Os Departamentos eram quatro: Departamento Cultural, Departamento de Bem-Estar Social, Departamento Esportivo e Departamento Social.

Anexado ao supramencionado Informativo, um organograma (Anexo D) retrata que, na estrutura organizacional da ESS/PB, o DASTA aparecia ao lado dos cinco Departamentos que compuseram a ESS/PB: Departamento de Filosofia, de Ciências Sociais, de Estágio e Pesquisa, de Serviço Social e de Psic. Med. Social. Acima, estavam o Almocharifado, Tesouraria, Diretoria, Secretaria e Biblioteca.

Durante a ditadura empresarial-civil-militar (1964-1985), as eleições para o Diretório Acadêmico passaram a ser afetadas por dispositivos legais repressivos do regime, como manifesta a ata da 86ª reunião do Conselho Departamental da ESS/PB, de 06 de agosto de 1965, ao assinalar que aconteceria “eleição do novo Diretório Acadêmico (...) de acordo com a Lei 4.464 de 9.11.1964 e Dec. nº 56.241 de 4.5.1965”, normas que objetivaram desmobilizar os órgãos de representação estudantil.

Observando o caderno de atas do Conselho Técnico Administrativo da ESS/PB, ulteriormente chamado Conselho Departamental, identificamos por meio de atas entre os anos de 1965 e 1970 que o DASTA realizava prestação de contas, analisada por um/a conselheiro/a parecerista, apreciada pelo conselho e submetida à aprovação da Reitoria para obtenção dos duodécimos a que tinha direito. Uma vez que não constatamos informações sobre prestação de contas do Diretório Acadêmico em período anterior ao Golpe de 1964, os fatos indicam que o

procedimento pode ter sido imposto durante o regime ditatorial visando fiscalizar as movimentações do DASTA e também da Associação Atlética.

De acordo com o cronograma de aulas do ano letivo de 1967 da Escola de Serviço Social da Paraíba, era reservado um horário para as atividades do Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino, o que apresentamos na Imagem 09.

Imagem 09 - Cronograma de aulas (1967)

HORÁRIO DAS AULAS NO PRIMEIRO SEMESTRE (ANO DE 1967)						
1º ANO						
HORAS	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
7 às 8	Sociologia	Cultura Relig.	Pesquisa	Pesquisa	Cultura Relig.	Filosofia
8 às 9	Psicologia	Psicologia	Introdução S.S.	Introdução S.S.	Psicologia	Introdução
9 às 10	Filosofia	Estatística	Psicologia	Estatística	Estatística	-
10 às 11	Introdução S.S.	-	Diretório	-	-	-
11 às 12	Sociologia	-	Sociologia	-	-	-
2º ANO						
HORAS	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
7 às 8	-	Higiene	Economia	Direito	Higiene	Ética Geral
8 às 9	Ética Profis.	Cultura Relig.	Ética Profis	S.S. de Casos	S.S. Casos	Sociologia
9 às 10	S.S. de Casos	S.S. de Casos	Direito	Psicologia	Ética Geral	-
10 às 11	Economia	-	Diretório	-	-	-
17,30/18,30	-	-	Sociologia	-	-	-
3º ANO						
HORAS	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
7 às 8	D. O. C.	S. S. de Grupo	S. S. de Grupo	S. S. de Grupo	D.O.C.	-
8 às 9	-	-	Cultura Relig.	-	Prog. Econômica	-
9 às 10	-	Prog. Econômica	Prog. Econômica	-	-	-
10 às 11	-	-	Diretório	-	-	-
14 às 15	-	-	-	Psicol. Social	-	-
15 às 16	-	-	-	Psicol. Social	-	-
4º ANO						
HORAS	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
7 às 8	-	Política Social	-	D. O. C.	-	-
8 às 9	-	D. O. C.	D. O. C.	D. O. C.	-	-
9 às 10	-	Política Social	Política Social	Administração	Administração	-
10 às 11	-	-	Diretório	-	-	-

Fonte: Arquivo Setorial do CCHLA/UFPB (2025).

Segundo a Imagem 09, foi destinado no primeiro semestre de 1967, a todas as quatro turmas da ESS/PB, um horário comum na quarta-feira, das 10h às 11h, para atividades do DASTA. A partir das documentações, verificamos que o mesmo se repetiu no segundo semestre daquele ano, mas não é possível saber o que era realizado, nem mesmo se foi uma prática promovida em outros anos letivos.

No ano de 1969, foi posta uma interventora na presidência do Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino, a aluna do segundo ano Marlene Ramalho Rosas. No dia 15 de abril, em reunião ordinária do Conselho Departamental, segundo sua ata, foram lidas as “Portarias nº 1/69 e nº 2/69 (...) dissolvendo o Diretório Acadêmico existente na Escola e nomeando a Interventora Srta. Marlene Ramalho Rosas (...)”. A ex-aluna da ESS/PB, Bernadete Almeida, relembra em entrevista ao Gepedupss, no dia 29 de março de 2023, em João Pessoa/PB, que

“nas universidades passou a ser criado um setor de controle dos estudantes. E as pessoas que passaram a ser interventores, essas pessoas eram indicadas pela reitoria”, na qual estava o interventor Prof. Guilardo Martins, reitor de 1964 a 1971. Sobre Marlene Rosas, Almeida diz que ela “tinha um perfil meio ambíguo, conosco ela tinha um certo discurso mais politizado”. Sua posição, servil ao regime ditatorial, não era disfarçada, mas publicamente conhecida, tanto que, nas reuniões da ESS/PB, sua presença era registrada em ata como “a interventora do Diretório Acadêmico, Marlene Ramalho Rosas”.

Os documentos revelam que a relação da Congregação da ESS/PB com a interventora Marlene Rosas era de parceria e admiração. A ata da reunião do Conselho Departamental, de 21 de novembro de 1969, manifesta que a interventora “(...) recebeu do Conselho Departamental os agradecimentos e louvores por tudo que tem realizado em comum com as outras componentes do Diretório”.

Após Marlene Rosas concluir o curso no ano de 1970, por solicitação da UFPB, a Diretora Madre Franklin designou a aluna Zuleida Cavalcanti Barbosa para ser interventora do Diretório Acadêmico, nomeação aprovada pela Universidade e registrada em ata do Conselho Departamental, em 06 de maio de 1971. Posteriormente, em março de 1972, Zuleida Barbosa foi substituída por Maria Gonçalves Fernandes, conforme consta em ata do dia 30 de outubro de 1972.

O Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino encerrou suas atividades acompanhando o fechamento da Escola de Serviço Social da Paraíba em 1972. Dos 21 anos de funcionamento da ESS/PB (1951-1972), 18 desses foram acompanhados pelo DASTA (1954-1972), o qual resistiu, por quase metade da sua existência, a um período tirano da nossa história. O Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino forjou a militância de alunas em suas diversas gestões, perante diferentes conjunturas, desempenhando ações e travando lutas que serão destaque no tópico seguinte.

2.3 As ações do ME e sua perspectiva ético-política na ESS/PB

No presente tópico, nos propomos apresentar, a partir do que foi possível sistematizar, as ações desenvolvidas pelas alunas militantes da Escola de Serviço Social da Paraíba - ESS/PB, desde atividades internas ordinárias até embates travados no cenário regional e nacional. Ações essas que, enquadradas em uma

perspectiva de totalidade, serão postas de forma contextualizada sob a conjuntura na qual se passam, contemplando por vezes o envolvimento de outras entidades que, como os Diretórios Acadêmicos da região, a União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Departamento/Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os grupos jovens da Ação Católica ou dessa oriundos.

Na década de 1950, poucos são os registros que contamos sobre as ações do corpo discente da ESS/PB e do DASTA. Verificamos que, de acordo com a ata da 14ª reunião da Congregação da Escola de Serviço Social da Paraíba, de 03 de dezembro de 1957, aconteceu naquele ano o II Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social do Nordeste, sediado na ESS/PB, com “ótimos resultados”.

Em 1958, o Diretório Acadêmico promoveu um curso de Orientação Vocacional para as candidatas ao Serviço Social. Também, colaborou com a ESS/PB e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) na realização da Primeira Semana de Serviço Social na Paraíba, a fim de debater sobre o Serviço Social para comunidade. A programação, que durou do dia 09 a 15 de maio daquele ano, contou com diversas conferências, acompanhadas, no último dia, de uma missa e um café festivo, em comemoração ao Dia da/o Assistente Social. Durante o evento, também ocorreu a eleição da nova diretoria da ABAS.

Em 1959, as alunas da ESS/PB formularam um pedido para eliminação da arguição oral do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), etapa comumente chamada de defesa do TCC. Naquele período, a arguição não era exigida por Lei Federal, de modo que várias escolas de Serviço Social do país já haviam eliminado de seus regimentos internos a cláusula sobre a obrigatoriedade da defesa oral do TCC. Sob argumentação de que a defesa oral não estava atingindo seus objetivos, o pedido das alunas foi apresentado ao Conselho Técnico-Administrativo da ESS/PB, ficando sua análise sob responsabilidade da relatora Irmã Rodrigues da Cunha.

Em parecer, apresentado em reunião do referido Conselho, em 28 de outubro de 1959, a relatora opinou pelo indeferimento do pedido, uma vez que a argumentação de que a arguição não estava atingindo seus objetivos - “Despertar no aluno capacidade para a argumentação em público; possibilitar a Banca Examinadora um critério de maior justiça no julgamento do TCC e divulgação do Serviço Social” - “não poderá servir de norma para todos os casos”, considerando

“a defesa como instrumento de valorização da Escola e prudente medida de critério e justiça no julgamento do mesmo”.

Ainda em 1959, foram empreendidas duas outras atividades: a Semana sobre Abbé Pierre, promovida com o auxílio da Juventude Universitária Católica, com início em 08 de setembro. E a primeira Semana de Interpretação do Serviço Social na Paraíba, em colaboração com a aluna concluinte Yolanda Lira.

Segundo Peixoto (1994), até 1959 a militância estudantil procedia da vivência das alunas em grupos exteriores à Escola de Serviço Social da Paraíba. Os sujeitos entrevistados²² pela autora, que vivenciaram de dentro a ESS/PB, afirmam o seguinte sobre o ambiente escolar até o ano de 1959 (p. 71-73):

Entrevistada A : “Efervescente como toda escola. (...) tinha, como toda época, as mais ardentes que gostavam de movimento”;

Entrevistada B: “Pouco politizante”;

Entrevistada E: “Havia pouca luta”;

Entrevistada F: “As alunas (...) não deixavam de ser politizadas e capazes de se destacarem em todos os movimentos iniciais de reivindicações estudantis, quando se decidiu criar a Universidade da Paraíba”;

Entrevistada I: “Polêmico, sempre tinha alguém do contra que levantava questões (...). Era alienado, víamos os problemas, choramingávamos... mas não tomávamos atitudes de incentivar a criação de movimentos populares”.

A partir dos depoimentos, compreendemos de modo geral que, até 1959, a ESS/PB não era um espaço que estimulava as alunas a tomada de consciência política, pelo menos não por meio de seus/suas docentes, por se tratar de uma instituição de caráter confessional católica que prezava pelos chamados “bons costumes”, por isso “pouco politizante”, o que mantinha a maioria das alunas alheias a questionamentos ou embates. Entretanto, algumas delas, as denominadas como “ardentes”, pertenciam a movimentos exteriores e se destacavam por deixar o ambiente escolar mais “efervescente”.

A década de 1960 se iniciou para a ESS/PB com acontecimentos mais pontuais e focalizados. Em 1960, as alunas da ESS/PB realizaram uma campanha em conjunto com colegas da Faculdade de Direito e de Enfermagem, na qual arrecadaram e distribuíram alimentos e agasalhos à população acometida pela

²² A autora realizou entrevista a dezesseis sujeitos: professores com formação em Serviço Social e professores com formação variada, alunas e supervisoras da Escola de Serviço Social da Paraíba.

enchente do Rio Paraíba, na cidade de Cruz do Espírito Santos-PB, em 1960. Segundo matéria do jornal A União, de 10 de abril de 1960, a iniciativa contou com apoio do Governo da Paraíba e colaboração do Lions Club, Rotary Club e outras organizações assistenciais de João Pessoa. Antes da campanha, as alunas da ESS/PB coletaram informações *in loco* com as pessoas atingidas.

Também no mês de abril daquele ano, foi anunciada a volta do periódico “Paraíba Universitária”, periódico semanal da União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP) que cobria o movimento acadêmico do estado. Em Ofício Circular, publicado no jornal A União, em 23 de abril de 1960, o presidente da UEEP, Lindemberg Farias, solicitou aos Diretórios Acadêmicos das escolas e faculdades do estado colaboração para estimularem os/as estudantes a escreverem artigos, crônicas ou comentários para publicação no periódico.

Se até 1959 as alunas absorviam o que lhes era ministrado em sala de aula sem maiores discussões ou questionamentos, a partir de 1960 observa-se uma inquietação no meio estudantil, o ambiente escolar torna-se mais polêmico e politizado (...) (Peixoto, 1994, p. 85).

Tal inquietação é compreendida ao observarmos os acontecimentos históricos a partir do ano de 1961 mais precisamente. Segundo a autora, os governos de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964) “desenvolveram políticas sociais, cujo discursos propalavam o sentido de justiça social”. Nessa perspectiva, os movimentos políticos e sociais condicionaram uma nova postura ideológica emergente no período de 1960-1963, refletida no pensamento das alunas da ESS/PB, uma vez que

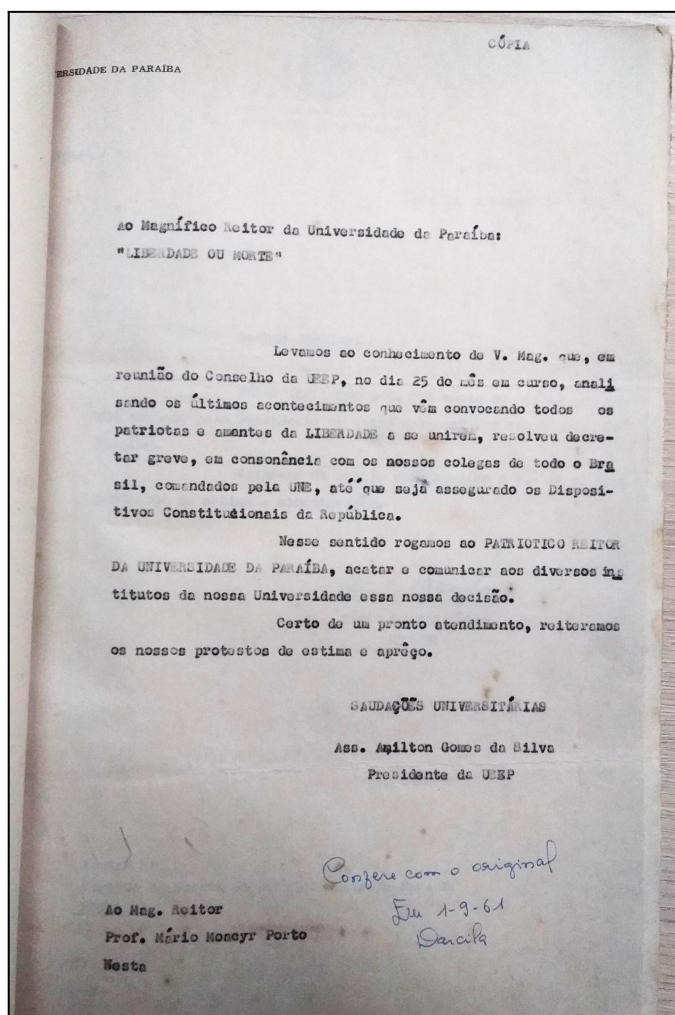
Essa forma de pensar advinha da militância, e engajamento das alunas em grupos fora da Ex-Escola, e pelo intercâmbio com alunos de outras faculdades: Engenharia, Medicina e Direito, que se conglomeravam na União Estudantil Estadual da Paraíba (UEEP), cuja política direcionava os eventos políticos e culturais dos diretórios acadêmicos das diversas Faculdades e Escolas (Peixoto, 1994, p. 82-83).

Sob essa nova orientação política, instigando o Movimento Estudantil, alunas da Escola de Serviço Social da Paraíba e da Faculdade de Filosofia encabeçaram a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), posteriormente Fundação Campanha de Educação Popular. Segundo o Relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa (2020, p. 73), a CEPLAR foi um projeto de educação popular, surgido

em 1961, que objetivava combater o grave quadro de analfabetismo no estado da Paraíba. A ideia concebida no âmbito da Juventude Universitária Católica, contou com o apoio do Governo da Paraíba, “assumindo uma perspectiva pedagógica emancipatória, distinta das antigas abordagens assistencialistas, e estimulando universitários a desempenharem, através da extensão universitária, um trabalho prático de engajamento social”. O Relatório indica que as alunas da ESS/PB: Marion Navarro de Mesquita, Denise Negócio e Isa Quintans Guerra integraram a equipe básica da CEPLAR.

Ainda em 1961, durante uma conjuntura de crise nacional após a renúncia do então presidente Jânio Quadros no mês de agosto, a UNE organizou uma greve estudantil fortalecendo a Campanha da Legalidade, que objetivava garantir a posse à presidência do vice João Goulart, contestada pelos ministros militares (Cunha; Costa; Portilho, s.d.). Na Paraíba, o documento exibido na Imagem 10 revela a adesão dos/as estudantes à greve.

Imagem 10 - Comunicado da UEEP ao Reitor da UFPB (s.d.)



Fonte: Arquivo do *drive* do Gepedupss.

De acordo com o documento (s.d.) da Imagem 10, enviado pelo presidente da UEPB, Amilton Gomes da Silva, ao Reitor da UFPB, Prof. Mário Moacyr Porto, a União Estadual dos Estudantes da Paraíba decretou greve estudantil. Sob o lema “Liberdade ou Morte”, a greve resistiria “até que seja assegurado os Dispositivos Constitucionais da República”.

Em setembro do mesmo ano, Goulart tomou posse após aprovação do regime parlamentarista no país pelo Congresso Nacional (*Ibidem*). De acordo com Trindade (s.d. *apud* A UNE [...], 2015), “a Legalidade foi o grande laboratório para esse aprendizado e permitiu que os dirigentes da UNE pudessem planejar as estratégias de ação do movimento em termos nacionais”.

Foi com essa experiência que o Movimento Estudantil, a partir da UNE, empreendeu, em 1962, a primeira grande greve estudantil de caráter nacional, a

“Greve do 1/3”. Segundo matéria publicada no jornal A Nova Democracia (2013)²³, a greve foi decretada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em junho e durou até o mês de agosto, reivindicando o direito a 1/3 da representação nos órgãos colegiados das universidades e assento nos Conselhos de Educação estaduais e federal. A greve abarcou a maior parte das 40 universidades então existentes, mobilizando mais de 100 mil estudantes, entretanto, após “intransigência do governo e a vacilação da diretoria da UNE”, o movimento se desgastou, conquistando a reivindicação de 1/3 em poucas instituições.

Sobre a greve na UFPB, Antônio Augusto Arroxelas, diretor da UEEP durante período ditatorial, declarou ao jornal O Combate:

(...) com o apoio dos universitários em geral conseguimos de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados da universidade, com direito a vez e a voto. A UFPB foi à primeira universidade brasileira que obteve a citada participação estudantil nos seus órgãos, aplicando a palavra de ordem da UNE (O Combate, 1992 *apud* Lima, 2016).

Em relação à Escola de Serviço Social da Paraíba, as alunas também aderiram à greve. Segundo a ata da reunião extraordinária da Congregação da ESS/PB, realizada em 11 de junho de 1962, durante o movimento grevista, foi pautado unicamente a solicitação feita pelas alunas da Escola para a participação do 1/3 nas reuniões da ESS/PB. A então presidente do Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino, Aldenira Maria de Arruda, se fez presente para apresentar e defender a reivindicação. Durante a discussão, as falas de alguns professores evidenciaram o receio em democratizar às alunas o espaço deliberativo das reuniões, sendo levantadas questões sobre o risco dos/as estudantes nas Congregações, se a participação geraria conflitos nesses espaços, se caso participassem das Congregações “nada mais reclamariam”, e se os/as estudantes queriam trabalhar juntos com os professores “ou se eles não seriam teleguiados da UNE”. A fala de um professor demonstrou, ainda, o receio da vulgarizada ameaça comunista²⁴, ao relatar saber que existia por fora estudantes “puramente de esquerda avançada”.

²³ Disponível em:

<<https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/comunidade-academica/reforma-universitaria/greve-um-terco.pdf>>. Acesso em: 07 de setembro de 2025.

²⁴ O sentimento de uma ameaça comunista é atestado pela fala dos sujeitos entrevistados por Peixoto (1994): Entrevistada D: “(...) cheguei a ser convidada a deixar a Escola por ser considerada Amoral e Comunista” (p. 112); Entrevistada K: “As freiras da Escola eram muito conservadoras e tinham medo que o comunismo entrasse no Brasil” (p. 115).

Em resposta, a presidente do DASTA se ateve a dizer que “um dos objetivos dessa participação dos alunos nas Congregações é que poderiam ser aproveitados para lhes dar responsabilidades e trabalharem juntos, resolvendo os problemas estudantis” e que não seriam teleguiados. Foi posto ainda uma incompreensão do porquê aderiram à greve antes mesmo de terem um posicionamento da Escola em relação à reivindicação, ao passo que a estudante declarou que não ficaria bem as alunas da ESS/PB não acompanharem o movimento grevista que é nacional. Após “calorosas e justas discussões”, foi aberta uma votação entre os/as conselheiros/as presentes, de maneira que, por 13 votos favoráveis, 5 contrários e 1 abstenção, foi aprovada a representação, organizada por turma, de 1/3 das estudantes nas reuniões da Congregação. A presidente do DASTA declarou por fim que, caso as colegas concordassem, retornariam às aulas. Nos dias seguintes à reunião, seria apresentada a decisão da ESS/PB e das outras Faculdades em reunião do Conselho Universitário para tratar sobre o assunto.

Segundo matéria do jornal A União, de 28 de junho de 1962 (Anexo E), após a conquista do 1/3, “todos os presidentes de Diretórios das Faculdades de João Pessoa e Campina Grande” fizeram-se presentes na reunião extraordinária do Conselho da UEEP, realizada no dia anterior, na qual foi pautada a formação de uma comissão de estudantes responsável por escolher e apresentar os nomes dos/as acadêmicos/as que ocupariam a representação de 1/3 nos colegiados universitários.

Na reunião da Congregação seguinte à aprovação da participação do 1/3, ocorrida em 18 de julho, a presidente do DASTA, Aldenira Maria de Arruda²⁵, se fez presente, pela primeira vez, na condição de conselheira. Entretanto, observando a ata do Conselho Técnico Administrativo, de 15 de fevereiro de 1964, constatamos que o direito conquistado ainda não havia sido viabilizado, o que, segundo a Diretora Madre Franklin, só seria possível após a aprovação do Regimento Interno da Escola.

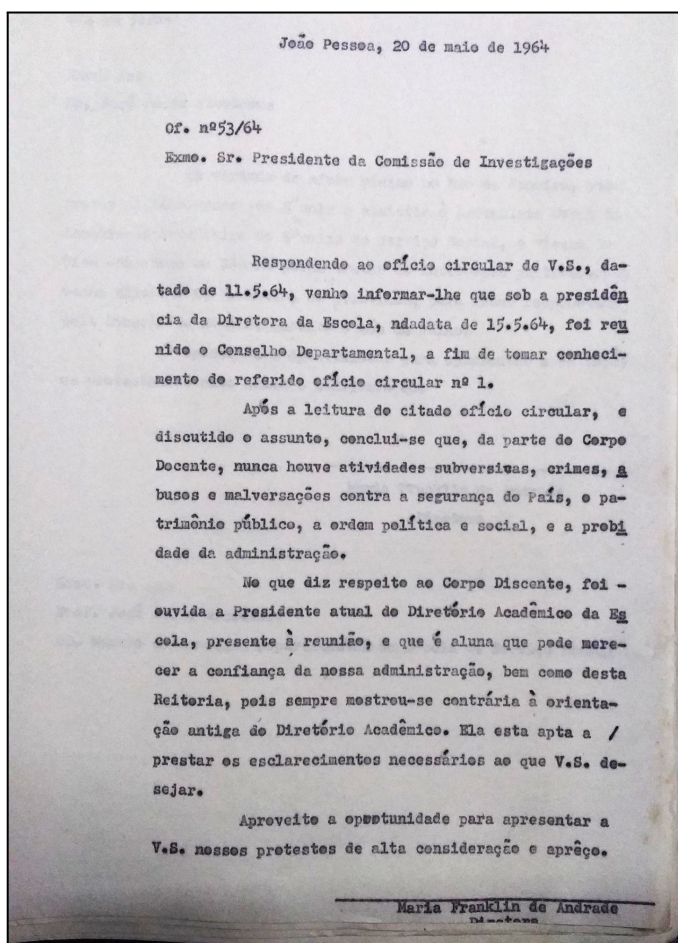
No ano de 1963, surgiu entre os/as docentes da Escola de Serviço Social da Paraíba um sentimento de insatisfação em relação ao empenho das alunas. Conforme a ata da 73ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, aos 22 de novembro de 1963, foi avaliado o baixo rendimento “motivado, talvez, pela ausência

²⁵ Mais tarde a ex-aluna Aldenira Maria de Arruda tornou-se professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Ela já estava aposentada quando faleceu em 02 de junho de 2025. Foi uma das professoras homenageadas no evento dos 73 anos da Primeira Escola de Serviço Social da Paraíba, em 2024, mas, embora tenha recebido uma menção honrosa, não pôde comparecer pois se encontrava doente.

das alunas das aulas. Estas influenciadas, talvez pela excrecência capitalista, voltaram-se para a política, desinteressando-se do curso”. Através da fala anterior e dos eventos expostos, depreendemos que os anos que antecederam o Golpe de 1964 foram marcados por uma agitação política que movimentou as alunas da ESS/PB e atingiu a vida escolar da instituição.

Na continuidade dos fatos, durante a ditadura empresarial-civil-militar (1964-1985), a Escola de Serviço Social da Paraíba não passou despercebida pela vigilância e repressão das forças militares, como já pontuado no tópico anterior. No mês seguinte à instauração do regime ditatorial em abril de 1964, a ESS/PB já estava sendo alvo de investigação, como é possível constatar na Imagem 11.

Imagem 11 - Ofício nº 53/64 (1964)



Fonte: Arquivo do *drive* do Gepedupss.

A Imagem 11 apresenta o Ofício nº 53, de 20 de maio de 1964, remetido pela Diretora Madre Franklin de Andrade ao Presidente da Comissão de Investigações da

Reitoria, em resposta ao Ofício Circular nº 01 enviado anteriormente pelo mesmo. No documento exibido, a Madre informa que o Conselho Departamental da ESS/PB se reuniu e discutiu o assunto apresentado no Ofício Circular, e declara que “da parte do Corpo Docente, nunca houve atividades subversivas, crimes, abusos e malversações contra a segurança do País, o patrimônio público, a ordem política e social, e a probidade da administração”. Declara, ainda, que foi ouvida a então presidente do Diretório Acadêmico, digna de confiança, pois “sempre mostrou-se contrária à orientação antiga do Diretório Acadêmico”, estando apta a prestar os esclarecimentos necessários. O que revela que as dirigentes anteriores eram de fato críticas, vistas como “subversivas”, mas que naquele momento não estavam mais na direção do DASTA.

Analizada a ata da 77ª reunião do Conselho Departamental, aos 15 de maio de 1964, na qual foi discutido o Ofício Circular do Presidente da Comissão de Investigações, verificamos que a então presidente do DA, Regina Tavares Albuquerque, alegou que era “contrária à orientação antiga do Diretório Acadêmico”, pois, segundo ela, a antiga presidente, Maria da Paz Morais Souto, agia arbitrariamente, sem o conhecimento de outros membros do DA em alguns assuntos. Através da ata, descobrimos, ainda, que Maria da Paz foi deposta da presidência em uma intervenção interna do Diretório.

No que se refere a esse processo investigativo que passou a ESS/PB, compreendemos que foi direcionado, em especial, ao corpo docente, haja vista que, “no início, a repressão não se preocupava tanto com os docentes, isso porque os professores universitários, grosso modo, não tinham tanta afinidade com os ideais progressistas das esquerdas” (Ribeiro, 2017, p. 29), fato atestado nas entrevistas realizadas por Peixoto (1994): Entrevistada F: “O corpo docente não participava de movimentos reivindicatórios, políticos ou social” (p. 100), mas ponderado pela entrevistada C: “As freiras decidiram-se em dois grupos, um mais politizado e outro menos, que procuravam derrubar as freiras mais politizadas, isso fez algumas irmãs deixarem a irmandade” (p. 111).

Evidentemente, o cerceamento que começava a ser enfrentado pela ESS/PB não era isolado, mas acompanhava o cenário estadual e nacional do período. Motta (2014, p. 42 *apud* Ribeiro, 2017, p. 45-46) evidencia que, na Paraíba, as forças militares locais intervieram rapidamente. Logo nos primeiros dias de abril, o então reitor da UFPB, Mário Moacyr Porto, foi afastado por “evidências” do seu

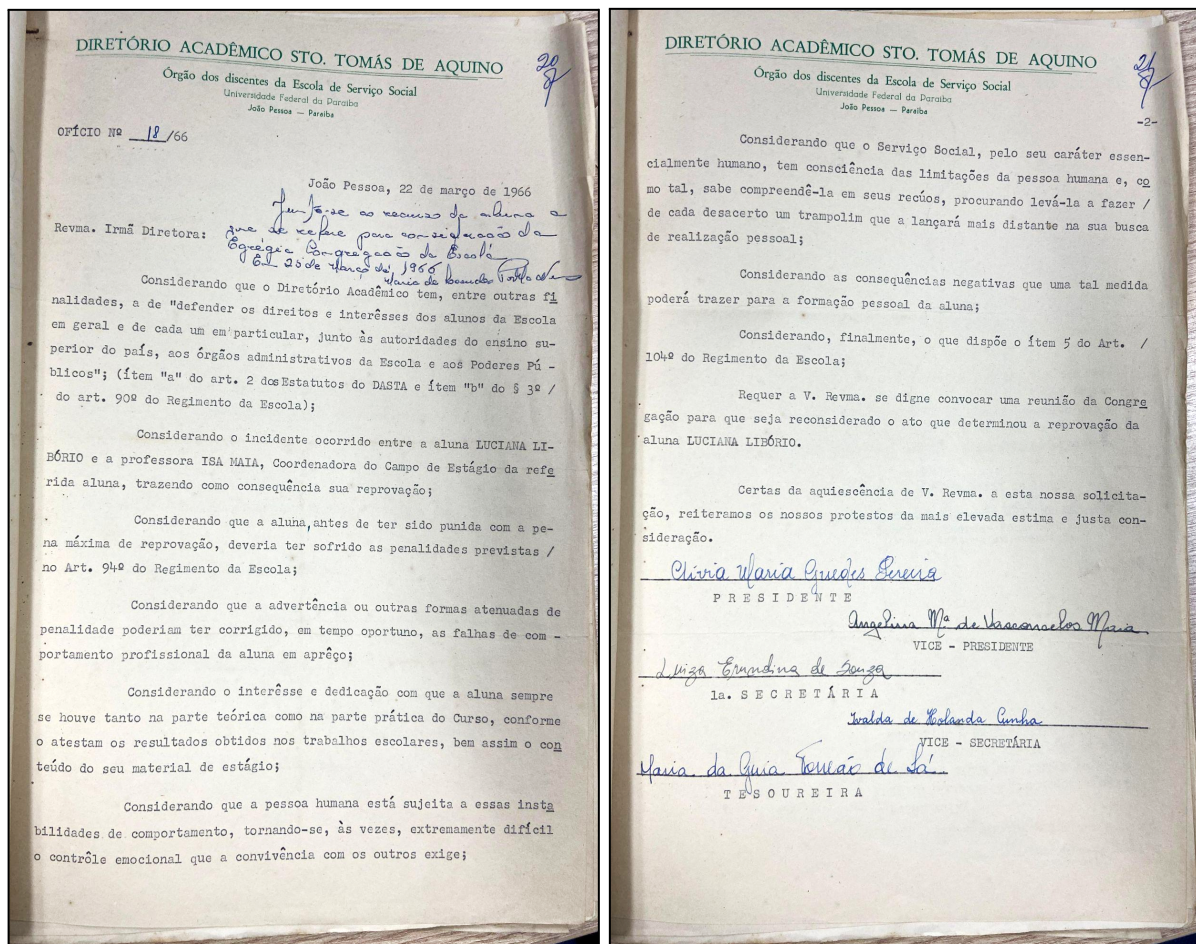
envolvimento com a esquerda. A ação acontecia por todo o país, em um movimento denominado “Operação Limpeza” para limpar simpatizantes das causas à esquerda, de modo que diversos reitores que se colocaram contrários foram destituídos²⁶ ou renunciaram após muita pressão (Ribeiro, 2017). Ainda no mês de abril, o General Comandante da Guarnição Federal nomeou o Prof. Guilardo Martins Alves como interventor na UFPB, ocupando o cargo até 1971 (Batista, 2013).

Um fato que marcou internamente o ano de 1966 na ESS/PB, e levou à mobilização de alunas e do DASTA, foi o processo da estudante Luciana Libório Feitosa de Medeiros. De acordo com os documentos analisados, a referida aluna passou por falhas de comportamento e conflitos com sua coordenadora do campo de estágio, a assistente social Isa Maia, de forma que foi punida pelo Departamento de Estágios e Pesquisas com reprovação em estágio. Após a decisão, 50 alunas da Escola formalizaram um abaixo-assinado (Anexo F), no dia 10 de março do mesmo ano, na tentativa de atenuar a situação, por acreditarem que a punição imposta foi excedida. No documento, destinado à Irmã Maria de Lourdes Portela, Chefe do Departamento de Estágios e Pesquisas, as alunas solicitaram reavaliação do caso, “objetivando a aplicação de uma pena cabível a colega”.

Dias após a elaboração do abaixo-assinado pelas alunas, o Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino se uniu à mobilização para que a imposição fosse reconsiderada, postura materializada no único documento do DASTA encontrado em nossa investigação, do qual segue imagens.

Imagens 12 e 13 - Ofício nº 18/66 do DASTA (1966)

²⁶ Além do gestor da UFPB, também foram afastados os gestores da UnB - Universidade de Brasília, da URGs - Universidade do Rio Grande do Sul, da URRJ - Universidade Rural do Rio de Janeiro, da UFES - Universidade Federal do Espírito Santo e da UFG - Universidade Federal de Goiás (Ribeiro, 2017).



Fonte: Arquivo Setorial do CCHLA/UFPB (2025).

As Imagens 12 e 13 exibem o Ofício nº 18/66, enviado pelo "Diretório Acadêmico Sto. Tomás de Aquino"²⁷ à Diretora, no dia 22 de março de 1966. No documento, considerando "que a aluna, antes de ter sido punida com a pena máxima de reprovção, deveria ter sofrido as penalidades previstas no Art. 94º do Regimento da Escola" e que "a advertência ou outras formas atenuadas de penalidades poderiam ter corrigido, em tempo oportuno, as falhas de comportamento profissional da aluna em aprêço", entre outras coisas, a entidade representativa requereu que fosse convocada uma nova reunião da Congregação para que o ato que determinou a reprovção da aluna fosse reconsiderado.

Como resultado do processo, foi escolhido o Prof. Edigardo Ferreira Soares como relator do recurso interposto pela aluna. Apesar do seu parecer favorável à

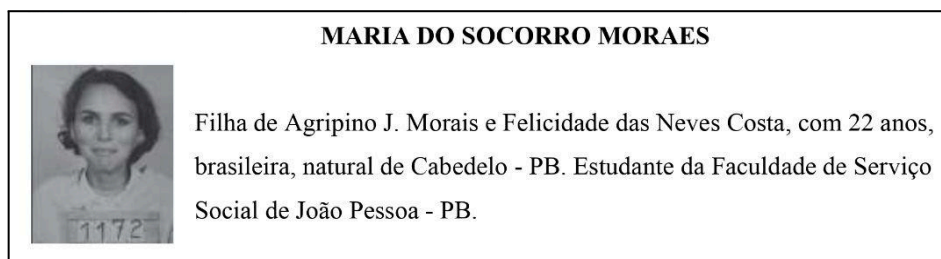
²⁷ Apesar do nome da entidade ter sido registrado no documento com a abreviação de "Santo", diversos outros documentos verificados durante o processo investigativo registram o nome "São" Tomás de Aquino.

requerente, em reunião extraordinária da Congregação, em 07 de junho de 1966, a Congregação rejeitou o recurso por maioria dos votos.

Retornando aos acontecimentos diretamente ligados ao período ditatorial, Peixoto (1994) e Moraes (2002) apontam que a aluna Iza Quintans Guerra, concluinte em 1963, foi duramente perseguida pelo regime, a ponto de se exilar no interior e ter sua prisão decretada. Seu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Varadouro - Relato de uma experiência” foi censurado e retirado da Biblioteca da Escola de Serviço Social da Paraíba.

Outra aluna da ESS/PB perseguida foi Maria do Socorro Fragoso de Moraes, presidente do DASTA na gestão 1967/1968, integrante da Juventude Estudantil Feminina Católica e da Ação Popular. Construindo uma trajetória na militância estudantil, no ano de 1968, Socorro Fragoso se dirigiu a São Paulo para participar do XXX Congresso da UNE (CONUNE), o quarto sob conjuntura ditatorial, realizado na clandestinidade na cidade de Ibiúna. No dia 12 de outubro, as forças policiais invadiram o evento e prenderam aproximadamente 700 estudantes, dentre os/as quais, Socorro Fragoso, uma dos/as 25 estudantes de instituições paraibanas presos (Paraíba, 2017). A Imagem 14 exhibe a foto de fichamento de Socorro Fragoso ao ser presa.

Imagem 14 - Foto de fichamento de Socorro Fragoso ao ser presa (1968)



Fonte: Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (2017).

A respeito de Socorro Fragoso, Almeida (2023), ex-aluna da ESS/PB, relata em entrevista ao Gepedupss: “Quando eu entrei em 68 (na ESS/PB), o Diretório era muito atuante. (...) a presidente era Socorro (...). Ela era uma pessoa atuante, conhecida no Movimento Estudantil e ela estava sempre à frente das Assembleias, nos encontros (...)”.

Pela participação no XXX CONUNE e em movimento estudantil, Socorro Fragoso foi punida pela UFPB, assim como diversos/as estudantes da instituição, com impedimento de efetuar matrícula pelo período de dois anos (decisão *ad referendum* do reitor Guilardo Martins e posteriormente aprovada pelo Conselho Universitário). Poucos dias após a punição, foi promulgado o Decreto-Lei nº 477/1969, o “AI-5 das Universidades”, impulsionando a repressão a docentes, discentes e pessoal administrativo das instituições de ensino pública e privada. No relatório de encerramento²⁸ da ESS/PB, de 1972, o nome de Socorro Fragoso foi registrado na lista de alunas desistentes.

Socorro Fragoso era namorada de João Roberto, eleito presidente do Diretório Acadêmico de Medicina da UFPB, em 1968. Com o adensamento da repressão, a partir do Decreto-Lei nº 477/69, Socorro Fragoso e João Roberto fugiram em fevereiro de 1969 para Recife/PE, onde foram presos mais uma vez junto a outros militantes ao distribuírem panfletos contra o AI-5 de 1968. Segundo o Relatório Final da CEVPM-PB, Socorro Fragoso passou uma semana detida por portar identidade falsa, até que ela e duas colegas foram soltas após convencerem os agentes de que estavam no local fazendo programa. Após isso, foi uma dos/as estudantes acusados/as pela Polícia Federal de Pernambuco de roubarem da Faculdade de Agronomia da Paraíba um mimeógrafo para confecção de boletins subversivos, mas, ao final do processo, foi considerada revés. Em outubro de 1969, seu namorado João Roberto foi encontrado morto em um açude em Catolé do Rocha/PB, constando no atestado de óbito “morte por afogamento”. Década depois, a versão de morte por afogamento foi desconstruída e reconhecido que João Roberto foi preso e morto por agentes da repressão, sendo considerado anistiado político *post mortem* em 2001 (BRASIL, 2014, p. 354). A vida e militância de Socorro Fragoso, sob investigação, foram registrados em um processo com quase 40 páginas do Conselho de Segurança Nacional (CSN) (Anexo G).

Tendo em vista o longo período da sua vida que passou na clandestinidade com outra identidade, após a anistia resolveu alterar seu nome: ‘...eu sou Maria do Socorro Fragoso de Moraes, [...] Mas, eu vivi na clandestinidade 10 anos com o nome de Josidameia, de Joana e de Maria José. Nesses 10 anos quando veio a anistia eu fiquei meio sem saber quem eu era, e eu incluí o Jô para que eu pudesse fazer essa ponte com o passado, com o presente e com o futuro. Por isso, que Socorro Fragoso e Jô Moraes são as mesmas pessoas, e meu nome oficial hoje por erro do cartório é Maria do

²⁸ Intitulado *Relatório das Atividades Desenvolvidas em Vinte e Dois Anos de Funcionamento* (1972).

Socorro Jô Moraes'. (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 432).

Tal qual a estudante Socorro Fragoso foi alvo de punição pela UFPB em 1969, consta no Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, de 2017, que mais três estudantes da Escola de Serviço Social da Paraíba também foram acometidas, mas essas com impedimento definitivo de matrícula nas diversas unidades da UFPB. Foram elas: Maria da Penha Ribeiro, Maria Teixeira e Terezinha do Vale. A fonte não indica quais foram as circunstâncias específicas que levaram à punição das três alunas, como, no caso de Socorro Fragoso, a participação no XXX CONUNE. Ainda assim, é certo que foi pela militância estudantil e pelo posicionamento contrário ao regime. Apesar do impedimento de matrícula, os nomes das três aparecem na lista de alunas diplomadas pela ESS/PB em 1968, segundo *Relatório das Atividades Desenvolvidas em Vinte e Dois Anos de Funcionamento* (1972).

A seguir apresentamos uma imagem de Maria do Socorro Fragoso Moraes (Jô Moraes), atualmente com 79 anos, é ex-deputada federal pelo partido PCdoB, em Minas Gerais.

Imagem 15 - Socorro Fragoso (Jô Moraes) quando foi deputada entre 2015-2018



Fonte: Site Wikipédia²⁹.

Em pesquisa no Banco de Dados Memórias Reveladas, descobrimos informações em um documento (Anexo H) sobre uma outra aluna, Angelina Maria de Vasconcelos Maia, conluente de 1967. Em resposta à uma solicitação, o documento

²⁹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%B4_Moraes>. Acesso em: 28 set. 2025.

da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI), de 24 de novembro de 1971, reúne informações acerca da aluna, tais como:

- 1) Em 1966, participou de movimentos grevistas no Estado da PARAÍBA, como estudante e presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Serviço Social da PARAÍBA;
- 2) Em 1967, assinou manifesto contra a nova constituição e a nova Lei de Imprensa;
- 3) Em conversa com o Secretário de Segurança Pública da PARAÍBA, disse que queimaria qualquer bandeira, até mesmo a do BRASIL, pois, não considerava uma bandeira mais do que um pedaço de pano;
- 4) Compareceu à passeata de protesto contra o Acordo MEC-USAID.

Durante a ditadura empresarial-civil-militar, além das ações mais emblemáticas supracitadas, o Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino empreendeu ainda atividades mais pontuais, como:

- 1965 - Promoção do curso “Uma introdução ao estudo socioeconômico do Nordeste”, solicitado ao Departamento Cultural da Universidade Federal da Paraíba, contando com a presença de alunas do Curso de Serviço Social e de várias delegações de Diretórios de outras Faculdades (Anexo I);
- 1965 - Promoção do curso “Fundamentos históricos da realidade Nordestina”;
- 11 a 13 de maio de 1966 - Promoção do curso “Treinamento Interdisciplinar para o Desenvolvimento”, em comemoração à Semana da/o Assistente Social, contando com uma série de palestras e debates proferidas por técnicos paraibanos e pernambucanos (Anexo J);
- 1966 - Participação no Congresso de Estudantes de Serviço Social, em Salvador;
- 14 e 15 de maio de 1968 - Promoção de um seminário para análise do sistema de aulas e do desenvolvimento do estágio prático da ESS/PB;
- 1968 - Participação na Comissão Especial da ESS/PB, responsável por elaborar uma proposta para a integração da ESS/PB à UFPB;
- 1969 - Promoção de um curso de extensão universitária sobre “Psiquiatria Social”;
- 1970 - Promoção de um curso de extensão universitária sobre “Processos Sociológicos”;

- 1970 - Participação em uma reunião do DCE, em Areia, juntamente com a Associação Atlética e representantes de turma da ESS/PB;
- 10 a 14 de maio de 1970 - Programa em comemoração à Semana da/o Assistente Social, em parceria com a direção da Escola e com representante da ABAS.

Diante do exposto ao longo deste tópico, fica evidente que as alunas e o Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino da Escola de Serviço Social da Paraíba desenvolveram ações que refletiram o compromisso com a formação profissional e, indissociavelmente, travaram lutas encorajadas por tendências revolucionárias despertadas pela inserção em espaços coletivos organizados. De tal forma que, construindo um arcabouço teórico crítico que alicerçasse seus ideais, acompanharam o Serviço Social, paulatinamente, se distanciando dos moldes conservadores católicos rumo à consolidação de sua dimensão teórico-metodológica assentada hegemonicamente no materialismo histórico-dialético, bem como o amadurecimento de uma dimensão ético-política que abrangesse os valores, princípios e compromisso com a justiça social e uma nova forma de sociedade.

3. ENTRE O ONTEM E O HOJE: O MESS E SUA PERMANÊNCIA NA LUTA ESTUDANTIL

3.1 O Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS)

A emergência do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) é um quadro histórico que carece de informações. Conforme Vasconcelos (2003), os registros existentes apontam que os/as estudantes de Serviço Social começaram a se organizar politicamente na década de 1960. Há referências de que em 1961 já ocorriam encontros nacionais de estudantes de Serviço Social - o que confirmamos ao indicar no capítulo anterior que as alunas da Escola de Serviço Social da Paraíba - ESS/PB participaram, no ano de 1966, do Congresso de Estudantes de Serviço Social, em Salvador/BA. O autor aponta que, em 1963, foi fundada a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS)³⁰, em encontro na cidade de Porto Alegre/RS. Contudo, a entidade ficou ativa apenas até 1968, ano no qual o

³⁰ Nesse período, a sigla ENESS tanto se referia ao Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, como à Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

Movimento Estudantil foi desarticulado em grande nível com a instituição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que intensificou potencialmente a perseguição aos/às estudantes, adensado, ainda, pelo Decreto-Lei nº 477/69, o “AI-5 das Universidades”.

O MESS só voltou a se organizar na segunda metade da década de 1970, acompanhando a própria rearticulação do Movimento Estudantil em geral. Nesse período, ainda ditatorial, Ramos e Santos (1997) apontam que ocorreram os primeiros encontros de estudantes por áreas, como Engenharia, Medicina, e, em 1978, de Serviço Social. Na Imagem 16 observamos o cartaz do referido encontro.

Imagem 16 - Cartaz do I ENESS (1978)



Fonte: Site da ENESSO.³¹

Como é possível observar na Imagem 16, o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) foi realizado entre os dias 29 e 31 de outubro de 1978, com o tema “O Serviço Social e a Realidade Brasileira”, em Londrina/PR. De acordo com documento³² acerca da história da ENESSO, o encontro foi realizado na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

³¹ Disponível em: <<https://enessooficial.wordpress.com/enesso/historia/>>. Acesso em: 29 set. 2025.

³² Documento “QUADRO DE TEMAS DOS ENESS” (2021). Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1NWaMjWmiQm-XtJx8YYGJvj-HKoR-gryh/view>>. Acesso em: 29 set. 2025.

É a partir deste encontro que se inaugura a possibilidade de unificarem-se as lutas, de debater a profissão, a universidade, etc. O referido evento contou com a participação de 24 escolas e teve como tema: 'O Serviço Social e a Realidade Brasileira'. Foi também a partir deste evento que se verificou a necessidade de discutir a formação profissional, mais diretamente a reformulação do currículo do curso de Serviço Social (ENESSO, 2014).

O I ENESS abriu as portas para a estruturação de uma agenda de luta e ações articuladas em âmbito nacional do Movimento Estudantil de Serviço Social, que voltou a se reunir anualmente no Encontro Nacional³³. Conforme Vasconcelos (2003, p. 59):

O processo de reorganização dos estudantes de Serviço Social sintoniza-se com o debate da renovação do Serviço Social na sua vertente de ruptura com o conservadorismo e com a dinâmica da organização sindical da categoria profissional com o I Encontro Sindical em 1978. A expressão dessa efervescência no Serviço Social culminou no III CBAS o 'Congresso da Virada', no qual estudantes e profissionais contestaram a direção política e os rumos que as entidades da categoria assumiram.

O documento "QUADRO DE TEMAS DOS ENESS"³⁴, mostra que, sob conjuntura ditatorial, aconteceram mais 7 encontros:

- 1979 - II ENESS, na UCSal, em Salvador/BA, com tema não localizado;
- 1980 - III ENESS, na PUC/BH, em Belo Horizonte/MG, com tema "Serviço Social: Formação Profissional e Intervenção na Realidade";
- 1981 - IV ENESS, na UFPE, em Recife/PE, com tema "Reconceituação do Serviço Social na realidade brasileira";
- 1982 - V ENESS, na UFES, em Vitória/ES, com tema "O Estado e a política social e a intervenção do Serviço Social - Relação Teoria x Prática";
- 1983 - VI ENESS, na PUC/BH, em Belo Horizonte/MG, com tema "Movimento político atual e a Formação Profissional";
- 1984 - VII ENESS, na PUC/RS, em Porto Alegre/RS, com tema "Relações de poder do Serviço Social na sociedade capitalista";

³³ Segundo dossiê do Serviço Nacional de Informações (SNI), arquivado no Banco de Dados Memórias Reveladas, no II ENESS ficou estipulado que o encontro teria uma reunião anual.

³⁴ Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1NWaMjWmiQm-XtJx8YYGJvj-HKoR-gryh/view>>. Acesso em: 29 set. 2025.

- 1985 - VIII ENESS, na UNB, em Brasília/DF, com tema “Reforma Universitária e organização estudantil”.

Observando os temas contemplados, verificamos uma preocupação do Movimento Estudantil de Serviço Social em debater sobre formação profissional e conjuntura, dimensões que, apesar de distintas, possuem grande relação e continuam sendo ponto de discussão até os hodiernos encontros estudantis da área, uma vez que são elementos que acompanham o movimento da realidade e estão em constante mudanças, demandando debates atualizados.

Em pesquisa no Banco de Dados Memórias Reveladas, descobrimos dossiês produzidos pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI), órgão de inteligência do regime militar brasileiro, referentes aos ENESSs dos anos de 1979, 1980, 1981 e 1989³⁵. Os dossiês apresentam informações como nomes dos/as estudantes presentes, suas instituições, sujeitos de destaque que participaram do encontro, conteúdo das falas proferidas, temas das mesas de discussões, encaminhamentos, etc.

Através dos citados dossiês, verificamos que, da Paraíba, participaram do II ENESS (1979) delegações de estudantes de João Pessoa e Campina Grande. No III ENESS (1980), a “relação de elementos participantes” indica a presença de 16 estudantes de João Pessoa/PB e 20 estudantes de Campina Grande/PB. Já no IV ENESS (1981), houve a participação de representantes da UFPB. O dossiê sobre o XI ENESS (1989) não detalha sobre o quantitativo, localidade ou unidade de ensino dos/as estudantes participantes.

Ainda no tocante ao período de abertura política, conforme Ramos e Santos (1997, p. 158), no início da década de 1980, acompanhando o movimento de criação de diversas executivas de cursos e os primeiros Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social, iniciou uma discussão entre os/as estudantes de Serviço Social a respeito da criação de uma entidade nacional para “unificar as lutas dos(as) estudantes de Serviço Social, intensificando o contato com outras entidades do ME (UNE e outras executivas de curso) e da categoria profissional (ABESS, ANAS, CFAS)”. Haja vista que, de 1979 a 1987, o mais próximo que os/as estudantes de

³⁵ Embora o SNI seja situado enquanto um órgão da ditadura empresarial-civil-militar, suas atividades não se encerram com o fim do regime. De acordo com Pedretti e Domenici (2024), o órgão se movimentou politicamente para manter suas atividades após o fim da ditadura, atuando para garantir que sua “imagem pública” não fosse atingida. A extinção do SNI só ocorreu no ano de 1990.

Serviço Social tiveram de uma entidade nacional foi a Secretaria Executiva Nacional, composta pela escola que sediaria o ENESS seguinte e as representações de cada região (Vasconcelos, 2003).

A ideia da criação de tal entidade foi sendo trabalhada pelos Centros e Diretórios Acadêmicos, bem como ao longo dos encontros estudantis da área, polarizando um grupo a favor e outro contrário. Até que no ano de 1988, durante o X Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, no Rio de Janeiro/RJ, foi oficialmente criada a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes (SESSUNE), com sede na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A criação dessa entidade indicava um salto qualitativo no processo de articulação entre as entidades de base do MESS, bem como revelava a possibilidade de fomentar maior discussão política entre os(as) estudantes e de intensificar a relação do movimento com outros MS's (Ramos; Santos, 1997, p. 159).

No ano de 1991, o Movimento Estudantil de Serviço Social criou mais uma instância, o Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SNFPMESS), realizado pela primeira vez em Recife/PE (Vasconcelos, 2003). De acordo com o atual Estatuto da ENESSO³⁶, em seu Art. 27º, “o SNFPMESS se constitui em instância de discussão e proposição acerca da formação profissional, do movimento estudantil e em especial, da formação político-pedagógica das/os estudantes e de suas entidades representativas”.

Em 1993, no XV ENESS, realizado em São Leopoldo/RS, partindo da insatisfação pela falta de articulação da UNE com as executivas de cursos e buscando maior autonomia, os/as estudantes de Serviço Social presentes no encontro, ou sua maioria, aprovaram a retificação do nome da SESSUNE, passando a denominar-se ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, compondo o fórum das executivas de curso (Ramos; Santos, 1997).

A ENESSO é a entidade representativa dos/as estudantes de Serviço Social do país. Conforme seu Estatuto, no Art. 2º,

³⁶ Disponível em:

<<https://enessoooficial.wordpress.com/wp-content/uploads/2025/02/estatuto-vigente-enesso-2024-1.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2025.

A ENESSO garante sua autonomia de atuação e deliberações, unificando e fortalecendo a luta de todas/es/os as/es/os estudantes de Serviço Social, e se organiza em conjunto com outros movimentos populares que compartilham um novo projeto societário, baseado na equidade e liberdade, sem discriminação por classe, raça, etnia, gênero, ou qualquer outra forma de opressão e exploração (entre indivíduos e com o meio ambiente).

A Executiva é gerida por uma Coordenação Nacional (CN), dividida em sete eixos organizativos: Secretaria, Finanças, Movimentos Populares, Formação Profissional, Comunicação, Sócio Cultural e Combate às Opressões, cada um com atribuições específicas. Em âmbito nacional, com fins de melhor atingir seus objetivos, há uma divisão organizacional da ENESSO em seis regiões, cada uma dispondo de uma Coordenação Regional (CR).

O Movimento Estudantil de Serviço Social se reúne, através da ENESSO, em seis tipos de encontros: os Encontros Nacional, Regional e Local de Estudantes de Serviço Social (ENESS, ERESS e ELESS), os Conselhos Nacional e Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS e CORESS) e o Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SNFPMESS).

Resumidamente, o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social e o Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social reúnem anual e presencialmente estudantes de Serviço Social, respectivamente a nível nacional e regional, deliberando sobre o MESS e discutindo eixos da Executiva e outros de relevância. No contexto dos encontros, o ENESS é a instância máxima de deliberação do MESS. Já o Encontro Local de Estudantes de Serviço Social é um encontro facultativo de nível estadual, mesorregional ou municipal. Possui caráter formativo e organizativo, com o objetivo de organizar e fomentar a base de estudantes de Serviço Social.

Já o Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social e o Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social são encontros, respectivamente, a nível nacional e regional, que reúnem os Centros e Diretórios Acadêmicos de Serviço Social para organizar os ENESSs e ERESSs ou, caso haja necessidade, para tratar de outras questões relevantes para o MESS.

Uma vez que já abordamos anteriormente sobre o Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, dispensaremos a

mera repetição, acrescentando apenas que, esse, a ENESSO busca realizá-lo a cada três anos.

Destarte, nos seus 32 anos de trajetória, somando mais de 40 encontros nacionais e inúmeros regionais, a ENESSO, enquanto ponto central do Movimento Estudantil de Serviço Social, tem construído uma luta anticapitalista e revolucionária pela defesa de um Serviço Social crítico que atue em defesa dos direitos humanos da classe trabalhadora, por uma educação e por uma universidade pública, gratuita, democrática e universal, alinhado ao Projeto Ético-Político da Profissão em prol de um novo projeto societário de superação do capitalismo. Em consonância, ENESSO (s.d.) afirma:

As contribuições que o MESS proporciona na dimensão Ético-Política, Técnico-Operativa e Teórico-Metodológica da profissão se manifestam no cotidiano prático de sua organização nas formações políticas e elaborações teóricas; na construção de novas metodologias; na realização de atos e manifestações; nas disputas ideológicas dentro de sala de aula ou na experiência de estágio, etc.

Ao nos referirmos à ENESSO e ao MESS como um todo, não tratamos apenas sobre uma entidade ou coordenação, mas de cada Região, de cada Centro e Diretório Acadêmico e de cada estudante de Serviço Social do país, pois se nos reconhecemos sujeitos de luta e entoamos que “ENESSO é pra lutar!”, então nós somos a ENESSO. Mais que isso, juntos e juntas, somos o Movimento Estudantil de Serviço Social.

3.2 Memórias das minhas vivências como um integrante do MESS na UFPB

Inicialmente, ao idealizarmos o presente tópico no projeto de pesquisa, nos propomos abordar sobre as contribuições do Movimento Estudantil da Escola de Serviço Social da Paraíba - ESS/PB para o atual Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) da Paraíba, em especial da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No entanto, no desenvolvimento da pesquisa, constatamos que carecem estudos acerca da história e atuação do MESS com foco no estado ou, ainda, na UFPB. Por conseguinte, optamos por discorrer a respeito dos anos que, enquanto estudante de Serviço Social da UFPB, integrei o Movimento Estudantil de Serviço

Social, o que, em algum nível, colabora para atenuar a lacuna existente de produções sobre o assunto.

Primeiro, é importante situar de qual local e quais experiências eu parto. É comum que estudantes que constroem Movimento Estudantil ao adentrar no ensino superior, o façam a partir de experiências anteriores, seja no Movimento Estudantil Secundarista, em outros movimentos sociais ou até mesmo em Grêmio Estudantil. No meu caso, eu não possuía tal experiência. Praticamente todos os meus anos no ensino formal pré-universidade foram em uma escola privada confessional católica, onde a existência de um Grêmio Estudantil não era realidade. O que nos faz perceber como a existência do ME na ESS/PB era frente de seu tempo, pois atualmente não se vê muito movimento estudantil advindo de escolas privadas confessionais. Nesse sentido, o máximo que dispúnhamos era a função de representante de turma, para a qual me candidatei e fui eleito no Ensino Médio, a partir da vontade de fazer mais e de adentrar em espaços que, se há a possibilidade de eu construir, assim eu quero.

Em março de 2021, ainda em um contexto de pandemia da Covid-19, iniciei a graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, em um período acadêmico suplementar com aulas totalmente remotas. O cenário na UFPB era de intervenção. No mês de novembro do ano anterior, o então presidente Jair Bolsonaro tinha nomeado para o mandato de reitor da instituição o terceiro e último colocado em lista tríplice, o Prof. Valdiney Veloso Gouveia e sua vice-reitora a Prof.^a Liana Filgueira. A nosso ver, a ação foi um desrespeito à autonomia universitária e um ataque ao processo democrático de escolha de reitores das universidades federais, que era respeitado pela Presidência da República desde a redemocratização do país. Assim sendo, a maior parte da minha vida acadêmica e dos acontecimentos que relato no presente tópico se passaram sob uma conjuntura de intervenção, desenvolvida com perseguição àqueles/as que faziam oposição ao reitorado - como o Movimento Estudantil - sobre o que trataremos adiante.

Entretanto, antes de qualquer contato direto com o Movimento Estudantil, a Campanha Fora Bolsonaro me levou às ruas pela primeira vez. A mobilização realizada no dia 03 de julho de 2021, a terceira de uma série de manifestações nacionais, puxou 352 atos em 312 cidades em todos os estados do Brasil, constituídos, sobretudo, por partidos políticos de esquerda, centrais sindicais e movimentos sociais. O ato foi pela defesa da vacinação em massa, culpabilização

do (des)governo Bolsonaro pelas mortes em decorrência da Covid-19, aumento do auxílio emergencial e as então recentes denúncias de irregularidades na compra de vacinas (Mammi, 2021). A Imagem 17 registra minha participação no ato, ao lado de uma amiga, à época, também graduanda pela UFPB.

Imagem 17 - Ato Nacional “3J” Fora Bolsonaro (2021)³⁷



Fonte: Arquivo pessoal.

Ao final de 2021, já próximo de concluir o segundo período do curso, no qual se retomou algumas aulas presenciais, os/as integrantes remanescentes da gestão do Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS/UFPB) iniciaram uma movimentação para debater com o corpo estudantil do curso sobre a situação da entidade e seus rumos. Em duas Assembleias Estudantis, das quais participei, Odaiza Araújo e Ozivan Mendonça, coordenadores da última gestão do CASS eleita pré-pandemia, expuseram que, em decorrência do contexto pandêmico e, conseqüentemente, da suspensão das atividades acadêmicas presenciais, o CASS retornava naquele momento com uma gestão esvaziada, seja pela conclusão do curso por parte de alguns/algumas coordenadores/as ou por mero afastamento. Nesse sentido, uma vez que os dois coordenadores ativos se encontravam sobrecarregados, bem como foi julgado em Assembleia ser inviável a realização de um processo eleitoral frente a desmobilização dos/as estudantes do curso e do Movimento Estudantil de modo geral, foi deliberado que se formasse provisoriamente uma Comissão Gestora (CG), com a missão de reativar o Centro Acadêmico de Serviço Social. Naquele momento, me coloquei para compor a Comissão, pois, mesmo sem nenhuma experiência ou

³⁷ À esquerda, Carla Silva, à época graduanda em Terapia Ocupacional pela UFPB.

noção do que iríamos enfrentar, havia em mim o desejo de pertencer e a vontade de construir coletivamente.

Inicialmente, eu e mais seis estudantes formamos a Comissão Gestora, disposta na Imagem 18.

Imagem 18 - Post de apresentação da Comissão Gestora do CASS³⁸



Fonte: Instagram do CASSLC (2022).³⁹

Durante o período de um ano, em conjunto, garantimos o retorno do CASS para os espaços de deliberação, como as reuniões departamentais e do Conselho de Centro, realizamos roda de conversa, atividade de recepção à turma ingressante, produção de material informativo-instrutivo sobre o curso, organização da sede do CASS e, em especial, conseguimos reformular o Estatuto do CASS em Assembleia Estudantil, dado que se encontrava obsoleto. Nesse espaço de tempo, a ENESSO Região II (RII) também voltava a se restabelecer, igualmente, por meio da formação de uma Comissão Gestora, a qual a companheira do CASS, Gabriella Kollontai, também compôs. Em setembro de 2022, a Comissão Gestora do CASS encerrou suas atividades, ao passo em que foi constituída uma Comissão Eleitoral para organizar a eleição para coordenação do CASS. A experiência de um ano enquanto Comissão Gestora me iniciou no Movimento Estudantil. Pela vivência, compreendi a

³⁸ Da esquerda para direita: Cendy Esvael, Odaiza Araújo, Aline Martins, Maria Izabel Galdino, Lucas Montenegro, Gabriella Kollontai e Maria Denise.

³⁹ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CdjbkacpfBd/?hl=pt>>. Acesso em: 02 out. 2025.

dinâmica da construção de entidade de base e a abrangência do Movimento Estudantil de Serviço Social, com todas as suas entidades e instâncias.

Enquanto ocorria o processo eleitoral do CASS, um caso de transfobia marcou a comunidade discente do CCHLA e da UFPB. Uma colega, travesti, foi expulsa do banheiro feminino por uma funcionária da instituição e levada à administração da Central de Aulas (bloco no qual ocorreu o caso) sob alegação de que seria um homem e, para fazer uso daquele espaço, precisava de um documento que comprovasse seu gênero. Em discussão com a funcionária e com o administrador do bloco, foi repetidamente tratada no masculino, mesmo afirmando que seus pronomes eram femininos. Somado ao caso, naquele mesmo período, uma estudante preta e seu colega, igualmente preto, foram discriminadamente interrogados por agentes de segurança da UFPB ao entrar na instituição.

Como resposta aos acontecimentos, os/as estudantes e diversos movimentos realizaram um ato contra o racismo e a transfobia institucional na UFPB. Participando do ato, fizemos uma caminhada passando no local onde o caso de transfobia ocorreu, gritando palavras de ordem e deixando registrado que estudantes trans/travestis/não binários existem e resistem na UFPB, o que é possível conferir nas Imagens 19 e 20.

Imagem 19 - Ato contra o racismo e a transfobia na UFPB (2022)



Fonte: Instagram do Movimento Correnteza PB (2022).⁴⁰

Imagem 20 - Pixo "TRAVESTYS VIVAS" (2022)



Fonte: Arquivo pessoal.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CkOIQMdOs03/?img_index=1>. Acesso em: 02 out. 2025.

O caso provocou uma reação para além do ato. O projeto de extensão Cine Trava, do qual eu e a própria colega vítima de transfobia integrávamos, em parceria com o Centro de Referência de Políticas de Prevenção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres da UFPB (CoMu) e o projeto Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP), construíram uma minuta que serviu de base para criação da Resolução nº 01/2024 do Conselho Universitário (CONSUNI), que garantiu o direito à utilização dos banheiros da UFPB de acordo com a identidade de gênero, independentemente do Registro Civil.

Retornando ao que tange o Centro Acadêmico de Serviço Social, finalizada nossas atividades enquanto Comissão Gestora, eu ainda sentia que estava inexperiente e desejava amadurecer no Movimento Estudantil. Como não faltava vontade, junto a Gabriella Kollontai, organizei uma chapa para disputar a primeira eleição do Centro Acadêmico após quase quatro anos de sua última. Havendo sido chapa única, em novembro de 2022, tomou posse a chapa denominada “Grytar Autônomo y Pensar Plural”, composta por 11 estudantes⁴¹ de diferentes períodos do curso. Vejamos a Imagem 21.

Imagem 21 - Chapa eleita e Comissão Eleitoral (2022)⁴²



Fonte: Instagram do CASSLC (2022).⁴³

⁴¹ Alice Cavalcante, Alice Laudelino, Carla Cristina, Eduarda Medeiros, Gabriella Kollontai, Guilherme Menezes, Lívia Maria, Lucas Montenegro, Maria Izabel Galdino, Melk Alexandre e Niewerton David.

⁴² Da esquerda para direita: Janielle Carneiro (Comissão Eleitoral), Carla Cristina, Lucas Montenegro, Maria Izabel Galdino, Alice Laudelino, Maria Rita Xandu (Comissão Eleitoral), Gabriella Kollontai, Niewerton David, Melk Alexandre e Odaiza Araújo (Comissão Eleitoral).

⁴³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Ci7GK0kJ5w0/?hl=pt>>. Acesso em: 02 out. 2025.

Como o nome da chapa indicava, nossa perspectiva era a de construção de um movimento autônomo (alguns diriam que não éramos “organizados”⁴⁴), mas articulado. Não só pensávamos, mas refletíamos a pluralidade, fazíamos questão em nos apresentarmos como uma chapa/gestão composta por estudantes com diferentes vivências acadêmicas e sociais, alguns com origem interiorana, dissidentes de raça, gênero e sexualidade. Não por mero “checklist”, mas pela necessidade de representar e compreender as demandas de corpos universitários atravessados por diferentes expressões da questão social.

Iniciamos a gestão fazendo uma escolha que incomodou e/ou causou estranheza em muitos/as. Nos textos das nossas postagens na rede social do CASS, além do uso da linguagem neutra, sobre a qual não irei aprofundar, adotamos o uso do “Y”⁴⁵ em substituição a letra “I”, uma decisão que, em terra de normas da ABNT, se fez uma provocação constante para lembrar que a “escrita correta” procede de um sistema de escrita formulado a partir do apagamento de diversos idiomas indígenas, em meio ao genocídio e escravização dos povos originários e trazidos de África durante o Brasil Colônia.

Ainda no começo da gestão, em articulação com os demais Centros Acadêmicos do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), criamos o Fórum de Centros Acadêmicos do CCHLA (FOCAS/CCHLA), em dezembro de 2022, uma iniciativa que não existia em nenhum outro Centro de Ensino.

O Fórum - que dentro da nossa dinâmica torna-se para além de um espaço de reunião, sendo uma forma de organização - vem a partir do entendimento de que, atravessados pela mesma realidade e suas problemáticas, se faz necessária uma atuação conjunta e articulada entre as entidades representativas estudantis do Centro (FOCAS, 2023).

A partir do FOCAS, os Centros Acadêmicos do CCHLA começaram a trabalhar em maior sintonia, potencializando qualitativamente a atuação nas reuniões do Conselho de Centro, espaço de verdadeiras disputas, nas quais estabelecemos lutas, com destaque para as reivindicações pela construção de uma

⁴⁴ Termo comumente utilizado para se referir ao sujeito que constrói a força de algum partido ou movimento específico.

⁴⁵ Lobato (2024) explica que, no Brasil Colônia, os colonizadores sistematizaram o tupi antigo a fim de facilitar a catequização e colonização dos povos originários e trazidos de África. Nesse processo, o “Y” foi utilizado para representar um fonema tupi que não se encaixava em nenhuma letra latina.

copa para uso dos/as estudantes do Centro, por melhores estruturas nas salas dos CAs e pela provisão de sala para o CA que ainda não possuísse. Com perseverança, conseguimos alguns aprimoramentos nas salas, a disposição de um espaço para sediar um CA e, apesar de não obtermos a copa, ao menos foi concedido a cada entidade um aparelho micro-ondas.

No final de 2022 e início de 2023, participamos do processo de reativação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPB, na época inativo após uma gestão vencida há mais de três anos. Fizemo-nos presentes em cada uma das reuniões do Conselho de Entidade de Base Estadual (COEBE)⁴⁶ convocadas com o objetivo de organizar uma eleição para o DCE. Das chapas concorrentes, a Chapa 1 “Ocupa DCE” era composta por duas coordenadoras do CASS e outra aluna do curso de Serviço Social. Foram muitos os momentos que marcaram esse processo, mas vale destacar que, durante a apuração dos votos na sede do DCE, faltou eletricidade, nos levando (a Comissão Eleitoral, as chapas concorrentes e seus/suas apoiadores/as presentes) a aguardar seu restabelecimento. Aquela madrugada escura de espera foi marcada por conversas, afetos e algumas poucas horas de sono no chão. Sob a luz do dia ao amanhecer, foi dado continuidade à apuração, com resultado que levou à eleição da chapa apoiada “Ocupa DCE”.

Em março de 2023, nossa gestão se viu expandindo a atuação do CASS para além dos muros institucionais da UFPB. Naquele mês, o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (CMMU) - ou, como fazemos a crítica, o “Conselho Tarifário” - decidiu pelo aumento da tarifa do transporte coletivo de João Pessoa para o valor de R\$4,70, havendo o único voto contrário do estudante do DCE, representando a comunidade estudantil. Compreendendo que o aumento do valor não era acompanhado pelo aumento quantitativo e qualitativo do serviço, uma das várias deficiências de mobilidade urbana do município, foi organizado pelos/as estudantes um ato contra o novo valor abusivo. Enquanto gestão do CASS, eu e demais coordenadores/as, bem como estudantes do curso, participamos da manifestação, conforme apresenta as Imagens 22 e 23.

Imagem 22 - Ato contra o aumento da tarifa do transporte coletivo (2023)

⁴⁶ Espaço de deliberação dos Centros e Diretórios Acadêmicos da instituição.



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 23 - Coordenadores/as do CASS e estudantes do curso no ato (2023)⁴⁷



Fonte: Instagram do CASSLC (2023).⁴⁸

Na continuidade dos eventos, prosseguimos realizando atividades comuns ao Centro Acadêmico, como rodas de conversa e recepção das turmas ingressantes do curso. Em outros momentos, expressamos nossas reivindicações junto a outros/as discentes, como em ato pelos valores inacessíveis do Restaurante Universitário da UFPB, passando a custar R\$10,57 no câmpus I, valor que só tem aumentado desde então. Ou, ainda, em ato de mobilização da comunidade acadêmica com deficiência, cujos/as estudantes e professores/as com deficiência auditiva estavam sendo prejudicados/as pela falta de intérpretes de libras e negligência do interventor Valdíney Gouveia.

⁴⁷ Da esquerda para direita: Lucas Montenegro, Gabrielly Martins, Eloá Almeida, Victória Caroline, Vitória Coutinho, Melk Alexandre, Alice Cavalcante, Késsia Mendes, Gabriella Kollontai, Kalena Maciel e Maria Eduarda Medeiros.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CptUOMytbQV/?hl=pt&img_index=2>. Acesso em: 02 out. 2025.

Um dos objetivos da gestão “Grytar Autônomo y Pensar Plural”, registrados desde a Carta Programa da chapa, foi revitalizar e equipar a sede do CASS. Para tanto, ao longo da gestão, desenvolvemos estratégias para levantar fundos, como rifa e feirão de livros, de modo que, ao final, conseguimos entregar uma sala que voltou a ser um espaço de socialização entre os/as estudantes.

Outro fato empreendido a partir da gestão, foi a escolha de um nome para o CASS. Em Assembleia Estudantil, em agosto de 2023, a gestão sugeriu que o Centro Acadêmico homenageasse em seu nome a Prof.^a Luciana Cantalice, proposição aprovada por unanimidade. Luciana Cantalice, falecida no ano anterior, era professora do curso, com notória atuação na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e no Conselho Regional de Serviço Social 13^a Região/Paraíba (CRESS/PB). Inclusive, no final da década de 1990, quando graduanda na UFPB, foi coordenadora do CASS. Nesse sentido, a entidade passou a denominar-se Centro Acadêmico de Serviço Social Luciana Cantalice (CASSLC).

No mês de fevereiro de 2024, a gestão “Grytar Autônomo y Pensar Plural” chegou ao fim. Em pouco mais de um ano de gestão foram várias ações desenvolvidas e tantos outros embates travados, resultando em muitos aprendizados, mas também, sem romantizar, muito desgaste. Daí, achei que já era o momento de me despedir do Centro Acadêmico, mas o destino tinha outros planos. Com o processo eleitoral da entidade, um número de estudantes se juntou para formar uma chapa única, contudo, ainda faltava um/a integrante para completar o número mínimo necessário. Sob a premissa de que cederia meu nome apenas para que a chapa pudesse se inscrever, me vi novamente em uma gestão, mas era óbvio que eu não conseguiria não fazer nada. Em março de 2024, foi eleita e empossada a chapa “Eu Sou Porque Nós Somos”, composta por dez estudantes, para o mandato de um ano (2024-2025). Vejamos a Imagem 24.

Imagem 24 - Gestão “Eu Sou Porque Nós Somos” do CASSLC⁴⁹

⁴⁹ Da esquerda para direita: Rubem Neto, Maria Eugênia Cavalcanti, Lucas Montenegro, Rhadja Cordeiro, Silvia Guedes, Victória Caroline, Maria Luiza da Silva, Pedro Soares e Melk Alexandre. Maria Eduarda Medeiros não pôde se fazer presente.



Fonte: Instagram do CASSLC (2024).⁵⁰

O início da gestão acompanhou o fim da intervenção de Valdiney e Liana na UFPB. Nesse período, havia perseguição àqueles/as que se colocassem contrários/as à intervenção, fato constatado pelas diversas denúncias à Polícia Federal (PF) contra estudantes, professores/as e servidores/as da instituição, caso de Odara Moraes, estudante de Psicologia e membra do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que em 2023 respondia a três inquéritos na PF e um processo administrativo na universidade (Alunos [...], 2023); de Lena Dias, bibliotecária e militante do SINTESPB; e dos/as professores/as Márcio Silva (Biologia), Daniel Antiquera (Relações Internacionais), Marília Bregalda (Terapia Ocupacional) e Mojana Vargas (Relações Internacionais) (Professores [...], 2024). Após longos quatro anos, com inúmeros atos e tentativas de pautar sua destituição, o reitorado interventor findou. Ainda assim, com muita tolice ou coragem, Valdiney pleiteou novamente o cargo, concorrendo com outras duas chapas, uma delas formada pelas professoras Terezinha Domiciano e Mônica Nóbrega, as mesmas que na consulta do ano de 2020 ficaram em primeiro lugar, mas não foram empossadas pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro. Em um ato de reparação histórica, a comunidade universitária, mais uma vez, elegeu as professoras Terezinha e Mônica em consulta realizada em abril de 2024, sendo nomeadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em outubro e iniciado o mandato em novembro do mesmo ano. A eleição das professoras representou a volta de ares democráticos e, para o Movimento

⁵⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C48-r9opIRq/?hl=pt&img_index=1>. Acesso em: 02 out. 2025.

Estudantil, a abertura de um canal de diálogo. A saída de Valdiney Gouveia e Liana Filgueira foi celebrada no ato “Velório da Intervenção na UFPB”, organizado pelo Movimento Autônomo Ocupa UFPB, o qual visualizamos na Imagem 25.

Imagem 25 - Velório da Intervenção na UFPB (2024)⁵¹



Fonte: Compilação de arquivo pessoal.

Enquanto nova gestão, percebemos que havia um distanciamento e desconhecimento por parte de muitos/as estudantes do curso em relação ao próprio Centro Acadêmico e ao Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), embora, naquela altura, o CA já tivesse voltado a estar ativo no Departamento de Serviço Social há quase três anos. À vista disso e em alusão ao Dia do/a Estudante, promovemos no mês de agosto uma palestra sobre “Desafios Acadêmicos, Movimento Estudantil e Atuação Profissional”⁵². Apresentando um resultado muito positivo, a atividade provocou em alguns/algumas alunos/as a vontade de colaborar com a gestão do Centro Acadêmico.

Em continuidade ao trabalho realizado na gestão anterior, que oportunizou a homenagem do nome da Prof.^a Luciana Cantalice na entidade, iniciamos um processo para escolha de uma logo para o CASSLC, que não dispunha. Em Assembleia Estudantil, ocorrida em setembro de 2024, apresentei a minha proposta, aprovada por todos/as presentes, a qual podemos observar a seguir.

⁵¹ Na imagem esquerda da compilação: Gabriella Kollontai, Eloá Almeida, Yasmin Silva, Rubem Neto, Sílvia Guedes, Rhadja Cordeiro, Anna Beatriz, Lucas Montenegro e Pamela Albuquerque.

⁵² A palestra foi ministrada pela Dra. Shellen Galdino (Fundadora do Serviço Social para Concursos), por Gabriella Kollontai (à época, graduanda em Serviço Social e integrante do Movimento Ocupa UFPB) e pela Profa. Dra. Nívia Pereira (Docente do Departamento de Serviço Social da UFPB).

Imagem 26 - Logo do CASSLC



Fonte: Instagram do CASSLC (2025).⁵³

Como acordado em Assembleia que não poderia ser diferente, a logo apresenta em destaque o rosto da professora Luciana Cantalice, a partir de uma fotografia que se tornou seu registro, delimitado por uma circunferência na cor verde, cor associada ao curso de Serviço Social, com o nome da entidade.

Merece destaque outra ação da gestão que mobilizou diversos docentes do Departamento que, a partir de uma campanha promovida pelo Centro Acadêmico, contribuíram financeiramente para a participação de oito estudantes do curso com trabalhos aprovados no 18º Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no mês de dezembro, em Fortaleza/CE. Para nós (havendo sido eu um dos favorecidos pela campanha) a contribuição não foi somente financeira, mas uma valiosa contribuição com a nossa formação profissional.

Naquele ano, acompanhamos dois processos eleitorais na UFPB. Um para a Coordenação de Curso de Serviço Social e outro para a gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Embora a chapa à qual declaramos apoio não tenha sido eleita para o DCE, a entrada do Prof. Dr. Fabrício Rodrigues para ocupar a função de Coordenador de Curso foi um ganho para o Departamento de Serviço Social da UFPB. Para o CASSLC, foi o início de uma gestão com base no respeito, no diálogo, na colaboração e na promoção de um verdadeiro protagonismo estudantil.

Em março de 2025, chegou o fim da gestão “Eu Sou Porque Nós Somos”. Para mim, com muita dificuldade, foi também o momento de me despedir do Centro Acadêmico, compreendendo a precisão e importância de encerrar ciclos e de avançar em outras empreitadas. Apesar do entristecimento pela despedida, a

⁵³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/cass.ufpb/?hl=pt>>. Acesso em: 02 out. 2025.

felicidade foi maior por todo o trabalho executado e pelo conhecimento e experiências acumulados ao longo de mais de três anos à frente do Centro Acadêmico de Serviço Social Luciana Cantalice.

Não obstante, minha saída do CASSLC não significou a saída do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS). Dois meses após o encerramento da gestão, em maio de 2025, eu e mais uma colega do curso participamos do XLII Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS), em Recife/PE, evento que não acontecia desde 2019, devido a pandemia da Covid-19.

O XLII ERESS demarcou a rearticulação da Região II da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), composta por sete estados do Nordeste. A Imagem 27 apresenta os/as participantes reunidos/as.

Imagem 27 - Participantes do XLII ERESS (2025)



Fonte: Foto cedida pela Comissão Organizadora do evento.

Posteriormente, no mês de setembro do mesmo ano, a ENESSO promoveu o XLIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), em Salvador/BA, o segundo pós-pandemia, levantando um debate sobre “o resgate da história do MESS e os desafios da organização política na atualidade”. Na Imagem 28 observamos os/as estudantes participantes do encontro.

Imagem 28 - Participantes do XLIII ENESS (2025)



Fonte: Arquivo pessoal.

Para o referido encontro, conseguimos formar uma delegação de 12 estudantes de Serviço Social da UFPB, dos/as quais seis eram da nova gestão do CASSLC, e, com o transporte concedido pela instituição, viabilizamos ainda a participação de estudantes de Pernambuco e Ceará, os quais vemos na imagem a seguir.

Imagem 29 - Estudantes da Paraíba, Pernambuco e Ceará (2025)⁵⁴

⁵⁴ Da esquerda para direita da primeira fileira: Breno Silva (UFPE), Laryssa Farias (UFPB), Lucas Montenegro (UFPB), Roberta Pereira (UPE), Yasmin Silva (UFPB). Da segunda fileira: Luan Policarpo (UECE), Danilo Estevão (UFPE), Alexandro Fidelis (UFPE), Tereza Barros (IFCE), Erza Arnoso (UFPB), Maria Rita Xandu (UFPB), Silvia Guedes (UFPB), Rhadja Cordeiro (UFPB), Eliziane Pessoa (UFPB), Luísa Caldas (UFPB), Gilcelia Ribeiro (UFPB), Sara Regina (UFPB), André Henrique (UPE) e os dois motoristas.



Fonte: Arquivo pessoal.

Construir os espaços dos Encontros Regionais e Nacionais foi uma realização enquanto estudante e militante do Movimento Estudantil de Serviço Social. Entre tantas coisas, acentuou o desejo que sempre esteve presente de construir a ENESSO enquanto coordenação, regional e nacional, mas que não foi possível concretizar, pois eu não queria deixar de construir entidade de base e sabia que, situando-me em duas coordenações, eu não conseguiria me dedicar como gostaria e como era necessário ao CASSLC.

Passados quase quatro anos construindo Movimento Estudantil, permanece a plena certeza que este me forjou não somente enquanto estudante, mas como futuro profissional e cidadão. O curso de Serviço Social me estimulou à tomada de uma consciência crítica e o Movimento Estudantil, enquanto espaço coletivo de luta, potencializou essa capacidade. Ao lado de companheiros e companheiras, fizemos da revolta organização coletiva, lutando em prol dos direitos dos/as estudantes, de uma educação pública, gratuita e de qualidade, de um Serviço Social que acompanhe a realidade e demandas dos sujeitos que o constroem, e de um novo projeto societário justo e igualitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o presente estudo, percebemos que trabalhar com fontes documentais não é uma tarefa fácil, pois lidamos com fatores como a falta de armazenamento adequado dos documentos, a deterioração devido ao próprio tempo, a perda de documentos quando são realocados, a falta de arquivistas no Arquivo Setorial do CCHLA para auxiliar a pesquisa, entre outros. Tais fatores acabaram levando a algumas lacunas, exigindo maior cuidado no cruzamento de informações ao recorrermos a outros registros e evidências.

Conforme apresentado, observamos que o Movimento Estudantil, movimento que nasceu a partir da organização política de um segmento tão específico da população, conseguiu se consolidar através da construção de uma trajetória de lutas travadas a partir de demandas e reivindicações próprias e outras compartilhadas com diferentes grupos da sociedade, impactando diretamente os desdobramentos históricos do país. O ME atingiu uma proporção e potência historicamente sustentada por cada geração de estudantes que, tomados por uma consciência crítica, despertam para a necessária organização coletiva.

Retornando os objetivos propostos, a partir do resgate da trajetória histórica do Movimento Estudantil no Brasil - desde as primeiras menções no período colonial até os acontecimentos no contexto pós-redemocratização - foi possível identificar o panorama do Movimento Estudantil no período em que a Escola de Serviço Social da Paraíba esteve ativa. Inicialmente, o panorama foi marcado pelos primeiros anos da União Nacional dos Estudantes (UNE), que detinha pouco mais de uma década de existência quando a ESS/PB foi fundada em 1951. Apesar de, à época, ser uma entidade representativa relativamente nova, a UNE estava pautando não somente as questões relacionadas ao/à estudante, mas outras problemáticas nacionais e internacionais. Na sequência, adentrando na conjuntura ditatorial instaurada em 1964, o panorama do ME nos anos iniciais foi de resistência diante de um regime que o colocou na clandestinidade. A partir de 1968, com a instituição do AI-5, as forças repressivas se sobressaíram sob o Movimento Estudantil, sendo duramente desarticulado, cenário no qual a ESS/PB encerrou suas atividades, não testemunhando a reorganização do movimento na década de 1970.

As fontes do estudo revelaram que, no que tange o Movimento Estudantil na primeira Escola de Serviço Social da Paraíba, a instituição foi verdadeiramente

marcada pela atuação das suas alunas, especialmente quando organizadas e representadas pelo Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino (DASTA), que existiu por 18 dos 21 anos de funcionamento da instituição. Nesse sentido, verificamos que a ESS/PB se viu atravessada pelo contexto político, social e econômico do período, de modo que, acompanhando a crescente efervescência política daquela quadra histórica, gradualmente se gerou nas alunas uma agitação política. Tal fato, não porque os/as docentes ou dirigentes da ESS/PB transformaram a instituição em um espaço politizado, mas sim as próprias alunas. Foram elas que, a partir de vivências externas à instituição, em organizações coletivas, junto a estudantes de outras escolas e faculdades do estado, politizaram suas discussões e ações e construíram uma dimensão política no interior da Escola de Serviço Social da Paraíba.

Foram diversas as ações desenvolvidas pelo Movimento Estudantil na Escola de Serviço Social da Paraíba, com destaque para o Diretório Acadêmico São Tomás de Aquino (DASTA), que tanto promoveu atividades comuns a um Centro/Diretório Acadêmico, tal qual atividades complementares (cursos, seminários e conferência), como travou lutas em conformidade com o cenário regional e nacional do Movimento Estudantil, que se apropriou de ideais revolucionários para nortear suas lutas. Nesse sentido, o Movimento Estudantil na ESS/PB estava alinhado à uma perspectiva ético-político crítica, atuando em prol dos direitos das alunas da Escola e do segmento estudantil no Brasil, de uma formação profissional de qualidade e pela consolidação de um Serviço Social direcionado por valores, princípios e compromissos críticos.

Ao falar sobre a história da Escola de Serviço Social da Paraíba e o Movimento Estudantil desenvolvido por suas alunas, muito foi mencionado em relação à ditadura empresarial-civil-militar, dado que dos 21 anos de funcionamento da instituição, quase metade foi sob conjuntura ditatorial, cujo regime teve um impacto direto na vida acadêmica e no ME. Portanto, fazer seu estudo inserido na ESS/PB significa reconhecer que, por grande parte do tempo em que a Escola esteve ativa, as ações e lutas das suas alunas e do Diretório Acadêmico estavam profundamente ligadas às tensões e desafios impostos pela ditadura, o que confere o Movimento Estudantil um significado ainda mais importante perante o cenário da época.

A análise permitiu compreender que as alunas da ESS/PB fizeram parte de uma geração de estudantes de Serviço Social que, a partir da militância na Ação

Católica Especializada (ACE), especificamente na Juventude Universitária Católica e, posteriormente, na Ação Popular, levou a dois fatos históricos no Serviço Social: tanto fez germinar as raízes do Movimento Estudantil de Serviço Social, com seu marco de organização na segunda metade da década de 1970, como condicionou o Serviço Social a uma aproximação com o marxismo, consolidado na década de 1980, mas com um contato inicial a partir do pensamento de teóricos como Paulo Freire, a partir da década de 1960. Conforme Moraes (2002, p. 138), “o Serviço Social Tradicional formou os profissionais para a bondade, mas fez despontar mulheres com engajamento e militância política”. Dessa geração de militantes, saíram nomes notáveis, como a já mencionada Jô Moraes (naquele tempo, Socorro Fragoso), ex-deputada federal do PCdoB, entre 2015-2018, por Minas Gerais, e também Luiza Erundina, a primeira mulher prefeita de São Paulo, atualmente deputada federal do PSOL pelo estado de São Paulo.

O Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) carrega o legado dessa geração de estudantes que, embora estivesse inserida em um período no qual o Serviço Social sofria forte influência da doutrina católica, hodiernamente já superada, suas contribuições não podem ser minimizadas ou ignoradas. O Movimento Estudantil de Serviço Social existe pela coragem e pelo legado daqueles e daquelas que nos antecederam, e permanece resistindo graças à luta incansável de quem o constrói no presente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **Trajetória do Serviço Social na Paraíba**. In: MOTA, Ana Elisabete; VIEIRA, Ana Cristina e AMARAL, Angela. (Orgs.) *Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2021.

ALUNOS e professores que divergem de reitor da UFPB são intimados pela PF. Terra, 2023. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/alunos-e-professores-que-divergem-de-reitor-da-ufpb-sao-intimados-pela-pf,59dbddef12681ff1119cfc12f03f7ff9k68t6an9.html>>. Acesso em: 02 dez. 2025.

A UNE em defesa da democracia. UNE, 25 maio 2015. Disponível em: <<https://www.une.org.br/noticias/a-une-em-defesa-da-democracia/>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Wagner Braga. Retratação institucional a alunos, ex-alunos e professores da UFPB. **Universidade Federal de Campina Grande**, 23 ago. 2013. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=15315>. Acesso em: 04 set. 2025.

BECKER, Maria Josefina. MEMÓRIA DA ESPERANÇA. In: SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa; ZACARIAS, Inez (orgs.). **SERVIÇO SOCIAL E PAULO FREIRE: Diálogos sobre Educação Popular**. Editora CRV, 2021.

BORON, Atílio. Aula inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: BORON, Atílio A., AMADEO, Javier e GONZÁLEZ Sabrina. (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BRAGA, Pauliane de Carvalho. Ataques à sede da UNE. **Rio Memórias**, s.d. Disponível em: <<https://riomemorias.com.br/memoria/ataques-a-sede-da-une/>>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRAGHINI, Katya Zuquim; CAMESKI, Andreza Silva. “Estudantes democráticos”: A atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 945-962, out./dez. 2015.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / **Comissão Nacional da Verdade**. - Brasília: CNV, 2014. 1996 p. - (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3).

CLOSS, Thaisa *et. al.* AÇÃO POPULAR, SERVIÇO SOCIAL E PAULO FREIRE: caminhos cruzados com a tradição marxista. In: SCHEFFER, Graziela; CLOSS,

Thaís; ZACARIAS, Inez (orgs.). **SERVIÇO SOCIAL E PAULO FREIRE**: Diálogos sobre Educação Popular. Editora CRV, 2021.

Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa: **relatório** [recurso eletrônico] / Marlene Costa de Almeida *et al.* - João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/municipais/relatorio-cmv-joao-pessoa.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2025.

CUNHA, Luís Antônio; COSTA, Marcelo; PORTILHO, Aline. União Nacional dos Estudantes (UNE). **Atlas Histórico do Brasil**, s.d. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbete/8898>>. Acesso em: 25 ago. 2025.

DAYANE, Jessy. UNE volante: Resistência estudantil por democracia, educação e liberdade. **UNE**, 2018. Disponível em: <<https://www.une.org.br/noticias/une-volante-resistencia-estudantil-por-democracia-e-educacao-e-liberdade/>>. Acesso em: 01 jul. 2025.

DIAS, Reginaldo Benedito. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a Ação Popular na história do catolicismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, n. 1, 2008.

DÍAZ, Kim. Paulo Freire (1921—1997). **Internet Encyclopedia of Philosophy**, s.d. Disponível em: <<https://iep.utm.edu/freire/>>. Acesso em: 21 maio 2025.

ENESSO. Gestão “Façamos nós, por nossas mãos” (2013/2014). **ENESSO: que bicho é esse?**. s.d., p. 11. Disponível em: <<https://enessooficial.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/04/cartilha-enesso-1.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

ENESSO. História da ENESSO. 12 set. 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XmVt0_-j8KjS1oZe2yaSPlikjvLU4Ydw/view>. Acesso em: 28 mar. 2025.

ESTRUTURA do Movimento Estudantil. UNE, s.d. Disponível em: <<https://www.une.org.br/2011/09/estrutura-do-movimento-estudantil/>>. Acesso em: 16 ago. 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. CULTURA POPULAR E LUTA DOS OPRIMIDOS: interlocução entre Paulo Freire e Serviço Social. In: SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaís; ZACARIAS, Inez (orgs.). **SERVIÇO SOCIAL E PAULO FREIRE**: Diálogos sobre Educação Popular. Editora CRV, 2021.

FOCAS. [Apresentação]. [S.l.], 20 maio 2023. Instagram: @focas.cchla. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CseelUdJ2RB/?hl=ja>>. Acesso em: 30 set. 2025.

GAVIÃO, Fábio Pires. **A “ESQUERDA CATÓLICA” E AÇÃO POPULAR (AP) NA LUTA PELAS REFORMAS SOCIAIS (1960-1965)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: A Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GUEDES, Sílvia Larissa da Silva. **Relatório Final de Iniciação Científica**: SERVIÇO SOCIAL, HISTÓRIA E MEMÓRIAS: um estudo acerca do processo de implantação do Curso de Serviço Social na UFPB na década de 1970. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

GUEDES, Sílvia Larissa da Silva. **Relatório Final de Iniciação Científica**: SERVIÇO SOCIAL, HISTÓRIA E MEMÓRIA: da primeira Escola de Serviço Social da Paraíba ao processo de implantação do Curso de Serviço Social na UFPB (1951-1972). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

HISTÓRIA da UNE. UNE, s.d. Disponível em:
<<https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

HISTÓRIA UBES. UBES, s.d. Disponível em:
<<https://www.ubes.org.br/memoria/historia/>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita; Revisão técnica: Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, ed. 19, 2006.

INVASÕES francesas na Guanabara. Rio Memórias, s.d. Disponível em:
<<https://riomemorias.com.br/memoria/invasoes-francesas-na-guanabara/>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LIMA, Juliana Augusta Dionísio. **HISTÓRIA DE VIDA PROFFESSORAL DE MÁRIO MOACYR PORTO**: a cultura jurídica em favor dos Direitos Humanos (1950-1969). Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.

LINHA do Tempo. Memorial UFPB, 13 nov. 2020. Disponível em:
<<http://plone.ufpb.br/memorialufpb/contents/menu/linha-do-tempo>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LOBATO, Bela. No Tupi, o “y” é uma vogal que não existe em português. **Superinteressante**, 2024. Disponível em:
<<https://super.abril.com.br/sociedade/no-tupi-o-y-e-uma-vogal-que-nao-existe-em-portugues/>>. Acesso em: 02 out. 2025.

MACHADO, Aline Maria Batista; SILVA, Andrêsa Melo da; TOLENTINO, Graziela Mônica Pereira. Paulo Freire e a Educação Popular na história do Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade nº 134**. São Paulo: Cortez, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n134/0101-6628-sssoc-134-0070.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2025.

MACHADO, Aline Maria Batista. **SERVIÇO SOCIAL, HISTÓRIA E MEMÓRIA**: da primeira Escola de Serviço Social da Paraíba ao processo de implantação do Curso de Serviço Social na UFPB (1951-1972). Projeto de Iniciação Científica. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

MAMMI, Antonio. Como foi o 3º ato nacional pelo impeachment de Bolsonaro. **NEXO**, 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/07/04/como-foi-o-3o-ato-nacional-pelo-impeachment-de-bolsonaro>>. Acesso em: 03 out. 2025.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: Identidade e alienação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil**: da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira, v. 17, suplemento 3, 2002, p. 4-6. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH56v8cDtWGZ8yZdYjHHQ/>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

MONTENEGRO, Lucas Lucena Barbosa. **Relatório Final de Iniciação Científica**: SERVIÇO SOCIAL, HISTÓRIA E MEMÓRIAS: um estudo acerca do processo de implantação do Curso de Serviço Social na UFPB na década de 1970. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

MONTENEGRO, Lucas Lucena Barbosa. **Relatório Final de Iniciação Científica**: SERVIÇO SOCIAL, HISTÓRIA E MEMÓRIA: da primeira Escola de Serviço Social da Paraíba ao processo de implantação do Curso de Serviço Social na UFPB (1951-1972). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.

MORAIS, Giacomina Magliano de. **CARIDADE E MILITÂNCIA**: O PERCURSO DE ASSISTENTES SOCIAIS QUE FIZERAM HISTÓRIA - COM-PAIXÃO -. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2002.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 52.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Relatório final / Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. Paulo Giovani Antonino Nunes et al. - João Pessoa: A União, 2017.

PEIXOTO, Márcia Carlos de Souza. **A relação entre ideologias e a formação do assistente social**: um estudo de caso em João Pessoa. Dissertação (Mestrado em

Serviço Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1994.

PEDRETTI, Lucas; DOMENICI, Thiago. Os registros inéditos do SNI que espionou mais de 300 mil brasileiros na ditadura. **Pública**, 2024. Disponível em: <[PIRES, Cidia D. de O.; MELO, Cristina M. M. de. **Gênese do movimento estudantil na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia \(1947-1959\)**. Esc. Anna Nery Rev. Enferm., set. 2008, p. 437-443. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/VBYs7hF4W9ZfyMsw6GwLwrc/?lang=pt>>. Acesso em: 22 mar. 2025.](https://apublica.org/2024/03/os-registros-ineditos-do-sni-que-espionou-mais-de-300-mil-brasileiros-na-ditadura/#:~:text=Por%20que%20isso%20importa?%20*%20Aos%2060.dos%20quais%20foram%20presos%2C%20torturados%20e%20assassinados.>. Acesso em: 29 set. 2025.</p>
</div>
<div data-bbox=)

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5 ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. - Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PROFESSORES investigados por criticarem o atual reitor da UFPB são ouvidos pela Polícia Federal nesta terça (6) e quarta-feira (7). Brasil de Fato, 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/08/07/professores-investigados-por-criticarem-o-atual-reitor-da-ufpb-sao-ouvidos-pela-policia-federal-nesta-terca-6-e-quarta-feira-7/>>. Acesso em: 06 dez. 2025.

RAMOS, Sâmia R. R.; SANTOS, Silvana M. M. **Movimento Estudantil de Serviço Social**: Parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) Assistente Social brasileiro. Caderno ABESS, n. 7, Cortez: São Paulo, 1997, p. 141-168. Disponível em: <<https://abepss.org.br/formacao-profissional-trajetorias-e-desafios-caderno-abess-n-7-cortez-sao-paulo-1997/>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

RIBEIRO, Luís Augusto de Mendonça. **O educacional no discurso político**: história e memória do movimento estudantil da UFPB (1964-1969). Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

ROCHA, Daniel. Sobre a UFPB. **UFPB**, 03 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/apresentacao/sobre-a-ufpb>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Gabrielle Andrade da. KARL MARX E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: Uma análise sobre os conceitos desenvolvidos pelo pensamento marxista. **Revista Movimentos Sociais**, v. 01, n. 01, jul./dez. 2016.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste**. Curitiba: CRV, 2021.

SOUZA, Ney de. AÇÃO CATÓLICA, MILITÂNCIA LEIGA NO BRASIL: MÉRITOS E LIMITES. **Revista de Cultura Teológica**, v. 14, n. 55, abr./jun. 2006.

VASCONCELOS, Ailton Marques de. **A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978-2002. E a sua relação com o projeto de Formação Profissional**. 2003. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social - PUC/SP, São Paulo, 2003.

ANEXOS

ANEXO A - OFÍCIO Nº 488 (1969)

CONFIDENCIAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

S.N.I.
AGÊNCIA CENTRAL
007712 24 SET 69
PROTOCOLO

Recife, PE. Em 19 / set / 1969

OFÍCIO
Nº 488

SNI/ARH
(SSCI)

Do: Chefe da Agência em Recife do SNI

Ao: Ilmo. Sr. Chefe do SNI/AC

Assunto: Correspondência subversiva

Referência:

Anexo: Revistas e Jornais

22559

Junto ao presente encaminho a V.Sa. quatro relações, sendo duas vindas de Portaleza (CE), uma (1) de São Luiz (MA) e outra (1) de João Pessoa (PB), todas versando recebimento de correspondência subversiva e relação com endereços de diversos destinatários.

Outrossim, segue anexo, um panfleto distribuído no centro desta Cidade, durante a Semana da Pátria, e intitulado "Princípios Revolucionários".

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sa. protestos de apreço e consideração.

João R. P. Batista do Rêgo
Gen. R/1 SALVADOR BATISTA DO RÊGO
Chefe da Agência em Recife do SNI

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

8
FIL. 3

VALMIR RODRIGUES DA SILVA
Caixa Postal, 6 - Juazeiro do Norte-CE

WILLIAM ARAUJO
R. Vig. Virginio, 374-C. Grande-PB

WALDIR DE BRITO
R. Prof. Xavier Júnior, 202-Areia-PB

O MUNICÍPIO
Crato-CE

CORREIO DO JUAZEIRO
Juazeiro do Norte -CE

FOLHA DO CARIRI
R. Padre Cícero, 583-Juazeiro do Norte-CE

RÁDIO ARARIPE LTDA
R. Nelson Alencar, 90 - Crato-CE

ANTONIO FILHO
Av. Cruz das Armas, 2282-J. Pessoa-PB

ALEXANDRE BARANOWSKY
R. Francisca Moura, 586 - J. Pessoa-PB

ALVARO DE BARROS CORREIA
Av. Floriano Peixoto, 983-C. Grande-PB

ADILSON MEDEIROS
Escola de Agronomia do Nordeste-Areia-PB

ADELSON DA SILVA LIMA
R. Santa Rita, 147-Areia-PB

BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTICA
R. Eduardo Ribeiro S/N - Manaus-AM

BIBLIOTECA PUBL SOLON DE LUCENA
R. João José Maroja, S/N - Pilar-PB

BIBLIOTECA PÚB MUNICIPAL H. CAMPOS
R. Cel. José Vicente, 55-Souza-PB

BIBLIOTECA PÚBLICA ANTONIO HORTÊNCIO
R. José Pessoa, 121-Ingá-PB

BIBL. MUNICIPAL AUGUSTO DOS ANJOS
R. Simplicio Coelho, 11- Sape-PB

BIBLIOTECA MUNICIPAL
R. Benjamin Constant, 86 - Itabaiana-PB

BIBLIOTECA PÚB. MUNICIPAL
R. Alseida Barreto, 48-Guarabira-PB

BIBLIOTECA RODRIGUES DE AQUINO
R. Pedro Américo, 16

BIBLIOTECA PÚB. AMÉRICO FALCÃO
R. Juarez Távora, 45-Sta. Rita, PB

BIBLIOTECA CALIXTO DA NÓBREGA
R. Gen Osório, 128-J. Pessoa/PB

BIBLIOTECA PÚB MUNICIPAL A. NAVARRO
R. Floriano Peixoto, 199-Bananeiras-PB

CARLOS ROCHA
Rua da Independência, 226-C. Grande-PB

EDUARDO C. ROCHA
R. Sabiniano Maia, S/N - Guarabira-PB

ESCOLA DE ENFERMAGEM STA EMÍLIA DE RODAT
F. Caldas Brandão, s/n - J. Pessoa-PB

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
AV. Almirante Barroso, 224- J. Pessoa-PB

CONFIDENCIAL

**ANEXO B - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES Nº 832/03 E 314/25 DA ASV/SNI
(1973)**

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SALVADOR

SC-03
27

DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 832/03/ASV/SNI/73

Data :- **18 DEZ 73**

Assunto :- **CORRESPONDENCIA INTERCEPTADA**

Origem :-

Referencia :- **DOC. INF. Nº 815/03/ASV/73, de 30 Nov 73, e outros referen-
ciados no item 4 do mesmo documento. TX. Nº 296/25/ASV/73.**

Difusão :- **AC/SNI -**

Anexo :- **a) 1 (um) Caderno do CEAS de Nº 27.**

ENCAMINHAMENTO

1. Esta Agência interceptou um malote contendo 907 CADERNOS de Nº 27 - Outubro 73, editados pelo CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL, Rua Aristides Novis Nº 101 - Federação, SALVADOR/BAHIA.
2. A correspondência referenciada se destinava para diversas pessoas e entidades com sede no território nacional, como também, em países da América Latina, Europa, Ásia e África.
3. Da análise da publicação em anexo, verifica-se a transcrição integral dos manifestos dos Bispos do Centro Oeste, "MARGINALIZAÇÃO DE UM POVO, GRITO DAS IGREJAS", pg. 6 a 36, e dos Bispos e Superiores do Nordeste, "EU OUVI OS CLAMORES DO MEU POVO", pg. 37 a 60.
4. Esta Agência, consulta sobre o destino a ser dado aos exemplares apreendidos e considera os Cadernos do CEAS como publicações a serviço da FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES (FBI).

OBS. O ANEXO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NA BIBLIOTECA DA ASV.

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X
-X-X-X-X-X-X-X-X-X-
X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SALVADOR

DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 314/25/ASV/SNI/73

Data : 19 DEZ 73

Assunto : CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL

Origem : ASV/SNI

Referência :

Difusão : 2ºDN - 6ºRM - COMCOS - SR/DPF/BA.

Anexo : CADERNO DO CEAS Nº 27 (1 (UM) EXEMPLAR).

1. INFORMAÇÃO

a. O "CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL" (CEAS), funciona em Salvador à rua Aristides Novis nº 101, bairro de Federação. Órgão formado por jesuitas e leigos, entre suas atividades, publica a nualmente 6 revistas, a que dão o nome de "CADERNOS DO CEAS". Este ano, já foram publicados os cadernos de nºs 23, 24, 25, 26 e 27, sob os títulos respectivos de "EMPRESAS MULTINACIONAIS", "CRISTÃOS-POLÍTICA PARTICIPAÇÃO", "PERSPECTIVA DO NACIONALISMO AUTORITÁRIO NO BRASIL", "O MEIO SÃO FRANCISCO" e "UMA IGREJA A CAMINHO DO POVO";

b. As publicações, debatem os principais problemas de atualida de brasileira, e fazem reflexões críticas, não raro, atacando as realizações do Governo no plano econômico e social. Criticam os Órgãos responsáveis pela Segurança Interna, fazendo, alarde, quando ocorrem prisões ou condenações de religiosos envolvidos em atividades subversivas, pela Justiça Militar.

c. Seu corpo de redatores, congrega em sua maioria, padres de nacionalidade italiana, que argumentam a necessidade de despertar

Continua...

CONFIDENCIAL



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL

(Cont. do Doc. de Informações nº 314/25/ASV/SNI/73.)

a consciência dos cristãos para a análise de certos problemas da vida brasileira.

d. Atualmente, a equipe redatora dos cadernos, compõe-se dos padres: CLAUDIO PERANI, CESARE GIUSEPE GALVAN, DOMINGOS CÚNICO, JULIO DE LAURA, MANOEL ANDRES MATO, TOMAS CAVAZZUTI, GIAMPAOLO SALVINI; do professor JOVINIANO SOARES DE CARVALHO NETO e os leigos EDSON MENEZES DA SILVA e JOSÉ CRISÓSTOMO DE SOUZA.

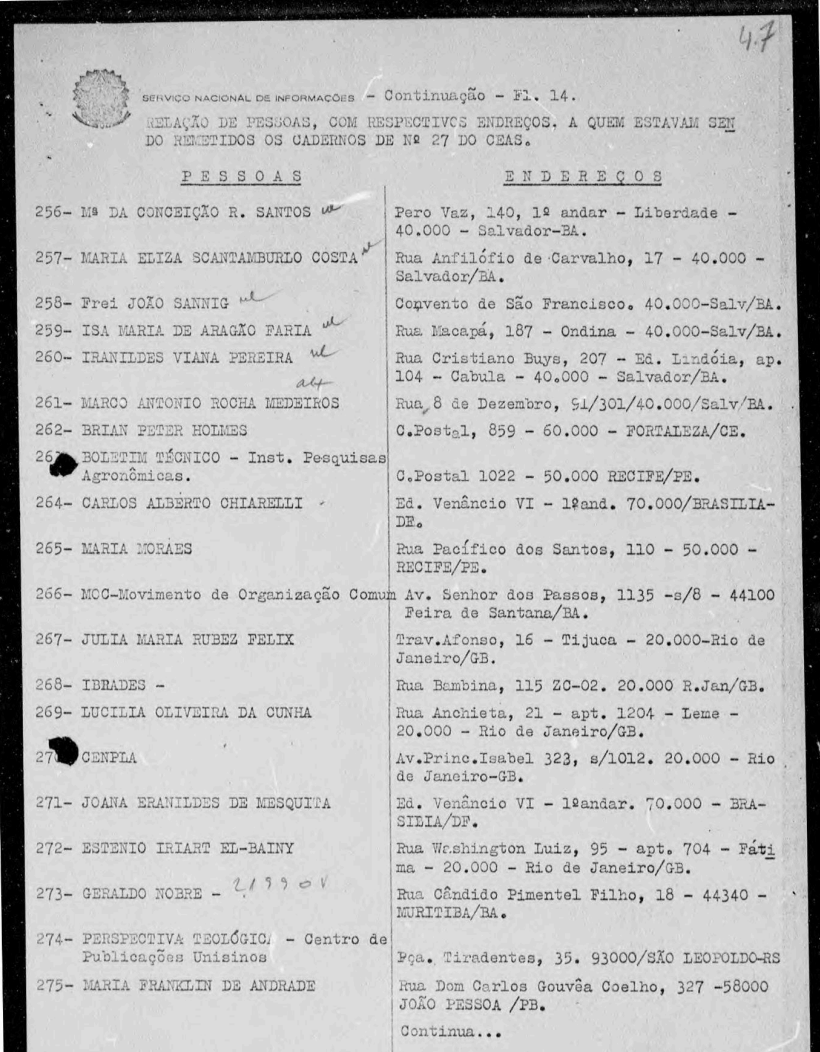
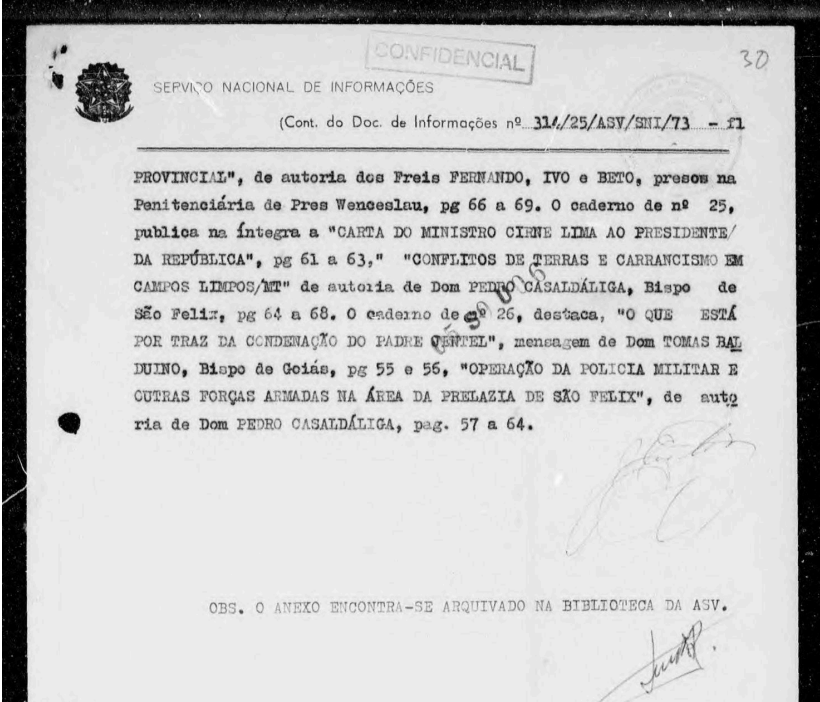
e. O caderno de nº 27, que segue anexo, foi editado em Out 73. Cerca de mil exemplares já foram expedidos para distribuição, entre pessoas e entidades com sede no território nacional, como também, em países da América Latina, Europa, Ásia e África. Verifica-se na publicação, pg III e IV, a opinião do Cardeal AVELAR BRANDÃO VILELLA, arcebispo de Salvador, a respeito do manifesto dos Bispos do Nordeste, matéria já divulgada no Jornal da Bahia de 25 de Ago 73. A revista da revista, publica / também, o manifesto dos Bispos do Centro Oeste "MARGINALIZAÇÃO DE UM POVO; GRITO DAS IGREJAS", pg 6 a 36, o manifesto dos Bispos e Superiores do Nordeste "EU OUVI OS CLAMORES DO MEU POVO", pg 37 a 60, e a alocução de Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal / de São Paulo, pronunciada a 5 de Mai 73 pelos microfones da Rádio 9 de Jul.

f. A pedido da Pastoral da Igreja da Amazônia, está sendo realizado atualmente pelo CEAS, um estudo de análises e perspectivas que devem ser questionadas, a respeito da região Amazônica. A primeira parte desta pesquisa, será divulgada pelo caderno / de nº 28, a ser publicado neste mês de Dezembro.

g. O caderno de nº 23, sob o título "AGRAVAMENTO DAS ESTRUTURAS DE OPRESSÃO", publica palestra proferida por Dom HELDER CÂMARA em Freiburg/Alemanha, em 23 de Jul 72, pg 51 a 57. O caderno de nº 24, publica "O PRIMEIRO ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE CRISTÃOS PARA O SOCIALISMO", pg 36 a 46, "CARTA A UM PADRE

Continua...

CONFIDENCIAL



ANEXO C - INFORMATIVO DA ESS/PB (1956)

4.^a Série

Desenvolvimento e Organização de Comunidade
Administração
Higiene Mental e Psiquiatria
Seminário de T.C.C.
Política Social

Estágio de Serviço Social:
Aplicação dos Processos de Serviço Social no campo ou área para Estágio Final do Curso.

6 — CAMPOS DE ESTÁGIO

I — Áreas trabalhadas em 1964:

Foi realizado um levantamento sócio-econômico da cidade de Bayeux, Bairro do Mandacaru e Bairro da Povoação Índio Piragibe.

Nesta última área, as alunas da 1.^a série da Escola, fizeram um estudo nos setores: Saúde, Educação e Bem Estar Social, com o objetivo geral de promoção de um Programa de Desenvolvimento de Comunidade e com objetivos específicos:
a) elevação do nível de vida da população através de mobilização de recursos humanos e materiais nestes 3 setores.

II — Obras Sociais

Processo de Serviço Social de Casos aplicado nos seguintes:

- a) Campos: Família, Menores e Médico;
- b) Instituições Públicas e Privadas:

- Departamento de Serviço Social do Estado
- Hospital Napoleão Laureano
- Legião Brasileira de Assistência
- Sanatório Clementino Fraga
- Asilo do Bom Pastor
- Clube do Menor Feireiro

— Processo de Serviço Social de Grupo aplicado nos seguintes

- a) Campos: Família e Menores.
- b) Instituições Públicas e Privadas:

- Departamento de Serviço Social do Estado
- Abrigo de Menores Jesus de Nazaré
- Clube do Menor Feireiro
- Instituto D. Adauto
- Caritas Brasileira — Arquidiocese da Paraíba

7 — ÓRGÃO DE CLASSE DOS ESTUDANTES

Diretório Acadêmico

Órgão de representação do corpo discente.

Suas finalidades:

- a) defender os interesses do corpo discente em geral e os de cada estudante em particular, perante os órgãos dirigentes da Escola, autoridades e particulares;
- b) desenvolver a vida cultural, acadêmica, cívica, promovendo intercâmbio científico, social e esportivo com as associações acadêmicas do País e do Estrangeiro;
- c) zelar, em geral, pelas boas tradições acadêmicas, estimulando na classe o espírito universitário e do civismo.

Organização:

Comissão executiva:

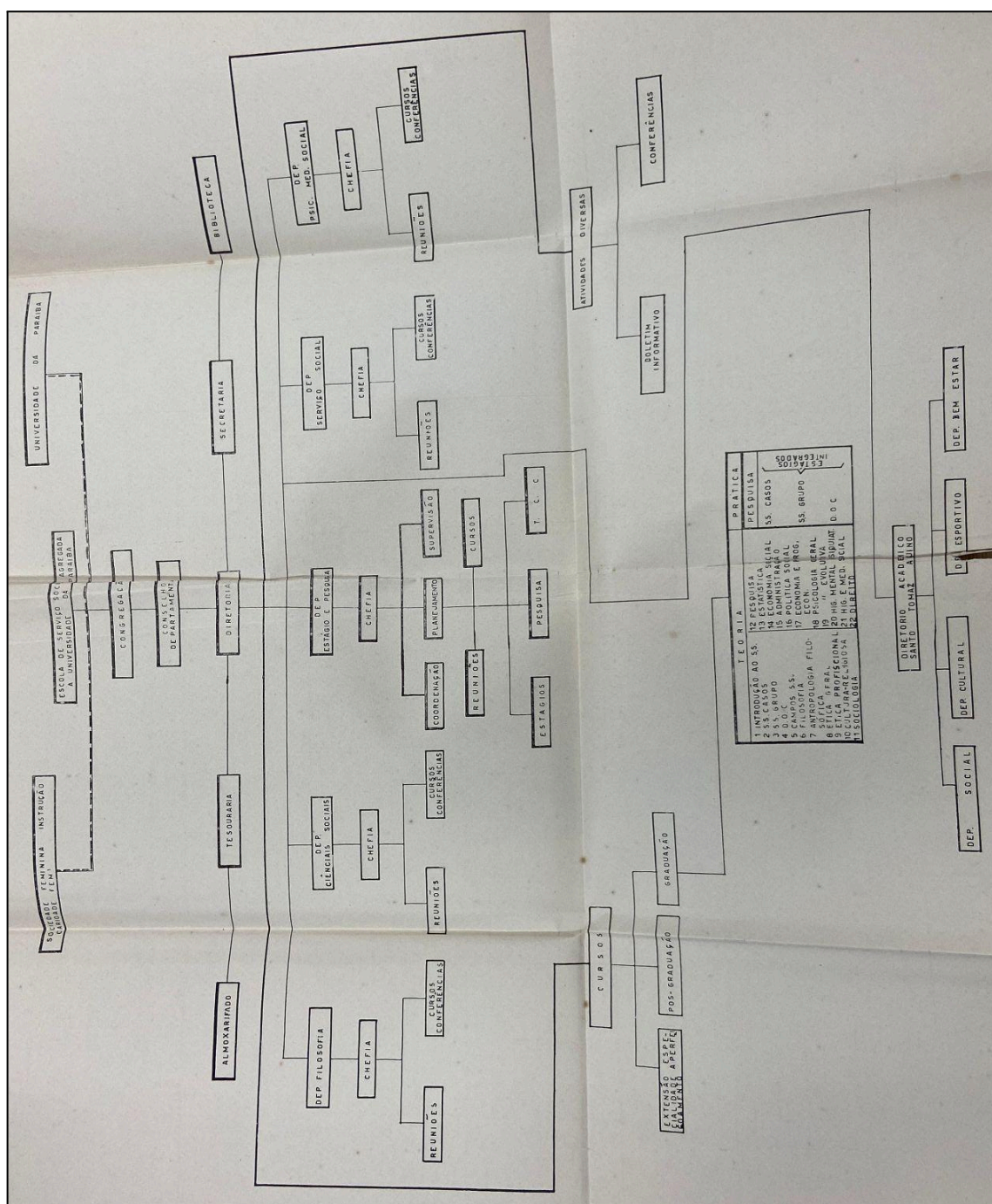
Presidente
Vice-presidente
1.^a Secretária
2.^a Secretária
1.^a Tesoureira
2.^a Tesoureira

Departamentos:

- 1 — Departamento Cultural
- 2 — Departamento Bem Estar Social
- 3 — Departamento Esportivo
- 4 — Departamento Social

O Diretório Acadêmico funciona numa sala própria, construída pela Escola.

ANEXO D - ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA ESS/PB (1956)



Fonte: Arquivo Setorial do CCHLA/UFPB (2025).

ANEXO E - MATÉRIA DO JORNAL A UNIÃO (1962)

A UNIÃO, Quinta-feira, 28 de Junho de 1962

UEEP realizou reunião extraordinária ontem

Realizou-se, ontem, pela manhã, em sua sede, à Rua Rodrigues de Aquino, a reunião extraordinária do Conselho da UEEP, que contou com a presença de todos os presidentes de Diretórios das Faculdades de João Pessoa e de Campina Grande.

Iniciados às 10 horas, os trabalhos prolongaram-se até às 13, presididos pelo acad. Antonio Augusto, tendo sido na oportunidade abordados vários assuntos do magno interesse da classe universitária.

NOMEADA COMISSÃO

Entre os temas de maior evidência, destacou-se a indicação de uma comissão de estudantes, alguns diretoriais, que tem a missão de escolher e apresentar, até a próxima terça-feira, oficialmente, aos diretores de estabelecimentos superiores do ensino, os nomes dos acadêmicos que terão participação (1/3) nos colegiados universitários.

ANEXO F - ABAIXO-ASSINADO DAS ALUNAS DA ESS/PB (1966)

Irmã Maria de Lourdes Portela

Chefe do Departamento de Estágios e Pesquisas

Junta-se ao recurso respectivo.

Em 12 de março de 1966
Maria de Lourdes Portela Chefe - Diretora e Examinadora

Nós abaixo assinados, alunas da Escola de Serviço Social, da
 cientes da resolução tomada pelo Deptº de Estágios sobre o caso
 A.S. Isa Maia e da colega Luciana Libório.

Considerando o alto espírito de formação, de justiça, de
 honestidade que caracterizam a chefe deste Deptº (Técnica em S.Social)

Considerando os imensuráveis e prestimosos serviços da
 A.S. Isa Maia; a responsabilidade demonstrada pela colega Luciana em fa
 se de formação profissional;

Considerando os fatos ocorridos desde agosto 65 entre as
 pessoas já mencionadas;

Baseando-nos o caso dos estudantes da Escola de Engenha -
 ria (...65) quando quebraram à pontapés o retrato do MAGNÍFICO REITOR,
 cuja punição não os prejudicou no ano letivo;

Baseando-nos o caso dos futuros médicos por ocasião dos
 jogos olímpicos de 65, quando se excedendo na bebida, caluniaram uma co
 lega perante todos que assistiam aos jogos e esta apontando o nome des
 tes aos superiores, não os prejudicaram nos estudos, antes mandaram des
 culpar-se do que haviam feito;

Considerando todos estes fatos e a solução tomada pelo De
 ptº de Estágios, vimos mui respeitosamente solicitar de V.Revdma. se
 digne de mandar fazer nova avaliação do caso, objetivando a aplicação de
 uma pena cabível a colega.

Certas de que mereceremos a atenção de V.Revdma. apresen
 tamos os protestos de elevada estima e distinta consideração

João Pessoa, 10 de março de 1966

Caria de Razeeth Santiago
Miguel da Silva Tenório de Sá
Três de março

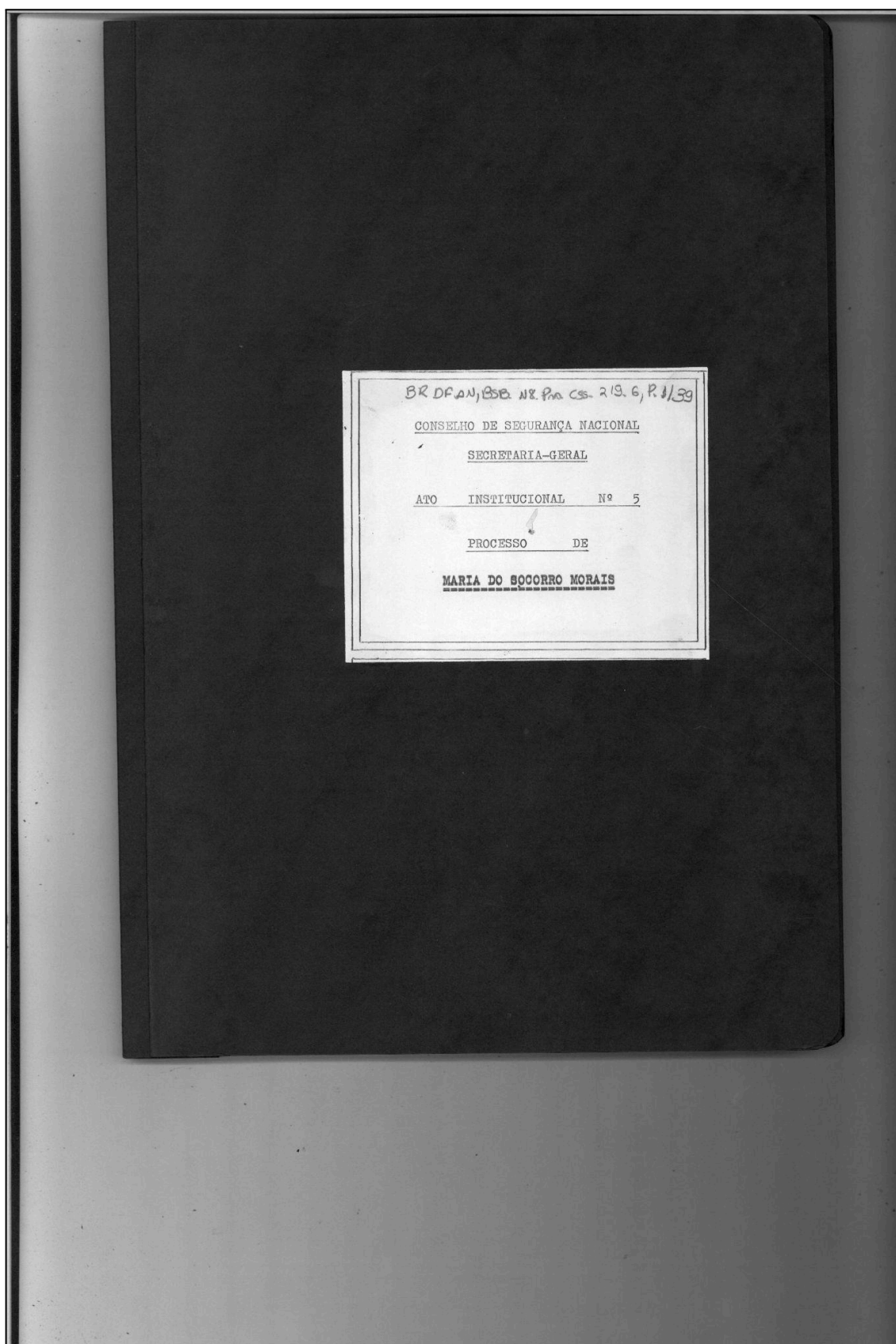
Cliria Maria Mendes Pereira
Dimaura Bonfins Seixas
Maria Lúcia de Maria Paula

9
87.

Marta Riba de Aia Jacido.
 Idaci Soares
 Angelina Ma de Vasconcelos Maia.
 Cisarantina Cantares da Costa.
 Maria Luísa M. M. M.
 Maria das Joes Santa
 Geniza de Lourença Beltrão
 Coluálon Kalui Marquês.
 M.^a Valdivia B. da Costa
 Inalda Cunha
 Isabel Arelino de Sá (Imã)
 Melotilde Tavares Costa
 Helena Campos Martins
 Maria Antonia Barreto
 M.^a Emma Torquato
 J. M.^a Elisabete da Vinhada
 Linza Emmanuella de Souza
 Maria de Fátima Salvo Fernandes
 Vivandine da Silva Gomes
 Maria Mayde Cascaes Borges.
 Maria Alves de Lima
 Edneide Tavares de Albuquerque
 Glória Abreu Gattalica
 Juvenia Marinho Pereira
 M.^a Teófilo de J. B. do Vale
 Paula Francisca de A. Luena
 Maria Teixeira Câmara
 M.^a Luciana
 Maria José Ramalho de Figueiredo.
 Marlene Soares.
 Dinah Navarro de Menquites
 Maria do Rio de Janeiro
 Marcelino Isaac Trigueiro
 M.^a Angela de Toledo Lima

10
87.

Genilde Leona de Carvalho.
 M.^a de Lourdes Machado
 M.^a Lourdes Fortuna
 Solange Gomes
 Fátima Paula
 Maria de Lourdes Rocha
 Maria de Lourdes Fortuna
 M.^a Maria Lúcia Falcão

ANEXO G - CAPA DO PROCESSO DE SOCORRO FRAGOSO (1969)

ANEXO H - DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO DA AC/SNI (1971)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA GERAL
INFORMAÇÃO Nº 197260E/71/AC/SNI

DATA : 24 NOV 71
ASSUNTO : ANTECEDENTES - ANGELINA MARIA DE WASCONELOS MATA
REF : PS 464/331/MA de 26 Out 71
DIFUSÃO : 331/MA

42121

a. Em atendimento à solicitação constante do documento da referência, informamos que sobre a epígrafa existe neste Serviço, os seguintes dados:

- 1) em 1966, participou de movimentos grevistas no Estado da PARAIBA, como estudante e presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Serviço Social da PARAIBA;
- 2) em 1967, assinou manifesto contra a nova Constituição e a nova Lei de Imprensa;
- 3) em conversa com o Secretário de Segurança Pública da PARAIBA, disse que queimaria qualquer bandeira, até mesmo a do BRASIL, pois, não considerava uma bandeira mais do que um pedaço de pano;
- 4) compareceu à passeata de protesto contra o Acôrdio MEC-USAID;
- 5) em 1969, foi contratada para a função de Assistente Social do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário da PARAIBA (INDA/PS).

b. Quanto a FRANCISCO ALVARO PINHEIRO NETO nada foi encontrado neste Serviço, até a presente data.

* * *

REF:- PRG/26.191-71

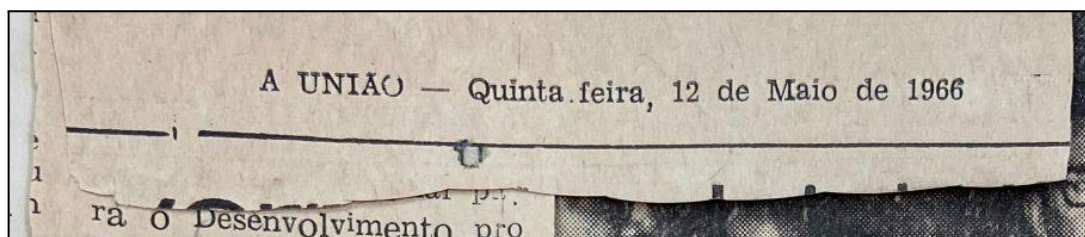
42121

ANEXO I - MATÉRIA SOBRE CURSO SOLICITADO PELO DASTA (1965)



Fonte: Arquivo Setorial do CCHLA/UFPB (2025).

ANEXO J - MATÉRIA DO JORNAL A UNIÃO (1966)



**Celso de Paiva
Fez Palestra**

Uma palestra do prof. Celso de Paiva Leite abriu ontem pela manhã o treinamento Interdisciplinar para o Desenvolvimento promovido com que a Escola de Serviço Social da UFP comemora a Semana do Assistente Social.

A primeira palestra do Treinamento deveria ter sido feita pelo economista Fernando Mota superintendente adjunto da SUDENE que no entanto não pôde comparecer sendo portanto substituído pelo professor Celso de Paiva Leite.

O Treinamento que se encerrará amanhã dia 13 consta de uma série de palestras seguida de debates proferidas por técnicos paraibanos e pernambucanos.

Hoje pela manhã o economista Juarez Farias falou sobre "o Economista e o Desenvolvimento" e na parte da tarde o prof. José Augusto de Farias abordará o tema "O Sociólogo e o Desenvolvimento".

Amanhã dois técnicos da SUDENE falarão sobre "O Educador e o Desenvolvimento" e "O Técnico em Saúde e o Desenvolvimento".

